

CARTAS A MEUS AMIGOS

SOBRE A CRISE SOCIAL E PESSOAL NO MOMENTO ATUAL

PRIMEIRA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Há algum tempo recebo correspondência de distintos países pedindo explicação ou ampliações sobre temas que aparecem em meus livros. Em geral, pede-se esclarecimento sobre assuntos bem concretos, como a violência, a política, a economia, a ecologia, as relações sociais e as interpessoais. Como se vê, as preocupações são muitas e diversas, e é claro que nesses campos terão que ser os especialistas os que deem resposta. Certamente esse não é meu caso.

Até onde for possível, tratarei de não repetir o já escrito em outros lugares e, tomara, possa esboçar em poucas linhas a situação geral em que vivemos e as tendências mais imediatas que se anunciam. Em outras épocas seria usada como fio condutor desse tipo de descrição uma certa ideia de “mal-estar da cultura”, mas hoje, diversamente, falaremos da veloz mudança que está ocorrendo nas economias, nos costumes, nas ideologias e nas crenças, tratando de rastrear uma certa desorientação que parece asfixiar os indivíduos e os povos.

Antes de entrar no tema, gostaria de fazer duas advertências: uma referida ao mundo que se foi, e que parece ser considerado neste escrito com uma certa nostalgia, e outra que aponta ao modo de expor, no qual se poderia ver uma total ausência de matizes, levando as coisas a um primitivismo expositivo que, na realidade, não é adotado por aqueles que criticamos. Direi que, acreditando na evolução humana, não estamos deprimidos pelas mudanças, senão que desejamos um incremento na aceleração dos acontecimentos, enquanto tratamos de adaptar-nos crescentemente aos novos tempos. Quanto ao modo de expressar a argumentação dos defensores da “Nova Ordem”, posso comentar o seguinte: ao falar deles não têm deixado de ressoar em mim os acordes daquelas diametrais ficções literárias, *1984* de Orwell e *Admirável Mundo Novo* de Huxley. Esses magníficos escritores profetizaram um mundo futuro em que, por meios violentos ou persuasivos, o ser humano terminava asfixiado e robotizado. Creio que ambos atribuíram demasiada inteligência aos “maus” e demasiada estupidez aos “bons” de seus romances, movidos talvez por um pessimismo de fundo, que não é o caso de interpretar agora. Os “maus” de hoje são pessoas com muitos problemas e uma grande avidez, mas, de qualquer forma, incompetentes para orientar processos históricos que claramente escapam à sua vontade e capacidade de planificação. Em geral, trata-se de gente pouco estudiosa e de técnicos a seu serviço, que dispõem de recursos parciais e pateticamente insuficientes. Assim, pedirei que não levem muito a sério alguns trechos, nos quais, na verdade, divertimo-nos colocando em suas bocas palavras que não dizem, mesmo que suas intenções sigam naquela direção. Creio que devemos considerar essas coisas fora de toda solenidade (própria da época que morre) e, pelo contrário, considerá-las com o bom humor e espírito de brincadeira que permeiam as cartas trocadas entre pessoas verdadeiramente amigas.

1. A situação atual

Desde o começo de sua história, a humanidade evolui, trabalhando para obter uma vida melhor. Apesar dos avanços, hoje se utiliza o poder e a força econômica e tecnológica para assassinar, empobrecer e oprimir em vastas regiões do mundo, destruindo, além disso, o futuro das novas gerações e o equilíbrio geral da vida no planeta. Uma pequena porcentagem da humanidade possui grandes riquezas, enquanto muitos padecem sérias necessidades. Em alguns lugares, há trabalho e remuneração suficientes, mas em outros a situação é desastrosa. Em todos os cantos, os setores mais humildes sofrem horrores para não morrer de fome. Hoje, minimamente, e apenas pelo fato de ter nascido em um meio social, todo ser humano requer alimentação adequada, atendimento à saúde, moradia, educação, vestuário, serviços etc. E, chegando a determinada idade, necessita assegurar seu futuro pelo tempo de vida que lhe resta. Com todo o direito, as pessoas querem isso para elas e seus filhos, desejando que estes possam viver melhor. No entanto, essas aspirações de bilhões de pessoas hoje não são satisfeitas.

2. A alternativa de um mundo melhor

Buscando amenizar os problemas comentados, diferentes experimentos econômicos têm sido realizados com diversos resultados. Atualmente, a tendência é aplicar um sistema em que supostas leis de mercado regularão automaticamente o progresso social, superando o desastre produzido pelas economias dirigidas anteriores. Segundo esse esquema, as guerras, a violência, a opressão, a desigualdade, a pobreza e a ignorância retrocederão sem a ocorrência de maiores sobressaltos. Os países se integrarão em mercados regionais, até chegarem a uma sociedade mundial sem barreiras de qualquer tipo. E, assim como os setores mais pobres dos pontos desenvolvidos irão elevando seu nível de vida, as regiões menos avançadas receberão a influência do progresso. As majorias se adaptarão ao novo esquema que técnicos capacitados, ou homens de negócios, estarão em condições de colocar em prática. Se algo falhar, não será pelas naturais leis econômicas, mas por deficiências desses especialistas que, como acontece em uma empresa, terão que ser substituídos todas as vezes que for necessário. Por outro lado, nessa sociedade “livre” será o público quem decidirá democraticamente entre diferentes opções de um mesmo sistema.

3. A evolução social

Dada a situação atual e a alternativa que se apresenta para a obtenção de um mundo melhor, cabe refletir brevemente em torno dessa possibilidade. De fato, numerosas tentativas econômicas têm sido realizadas com diferentes resultados. Frente a isso, afirma-se que o novo experimento é a única solução para os problemas fundamentais. No entanto, não conseguimos compreender alguns aspectos dessa proposta. Em primeiro lugar, aparece o tema das leis econômicas. Ao que parece, existiriam certos mecanismos, como na natureza, que, ao atuar livremente, autorregulariam a evolução social. Temos dificuldade para aceitar que qualquer processo humano e, conseqüentemente, o processo econômico seja da mesma ordem que os fenômenos naturais. Acreditamos, pelo contrário, que as atividades humanas são não naturais; são intencionais, sociais e históricas; são fenômenos que não existem nem na natureza em geral, nem nas espécies animais. Tratando-se, pois, de intenções e de interesses, também não temos por que supor que os setores que detêm o bem-estar estejam preocupados em superar as dificuldades de outros menos favorecidos. Em segundo lugar, a explicação que se dá a respeito de que sempre houve grandes diferenças econômicas entre uns poucos e a maioria e que, apesar disso, as sociedades progrediram, parece-nos insuficiente. A História nos ensina que os povos avançaram reivindicando seus direitos frente aos poderes estabelecidos. O progresso social não se produziu porque a riqueza acumulada por um setor depois tenha transbordado automaticamente “para baixo”. Em terceiro lugar, apresentar como modelo determinados países que, operando com essa suposta economia livre, hoje têm um bom nível de vida, parece um excesso. Esses países realizaram guerras de expansão sobre outros, impuseram o colonialismo, o neocolonialismo e a divisão de nações e regiões; arrecadaram com base na discriminação e violência e, finalmente, absorveram mão-de-obra barata, ao mesmo tempo que impuseram termos de acordos desfavoráveis para as economias mais débeis. Poderá argumentar-se que aqueles eram os procedimentos que se entendiam como “bons negócios”. Porém, afirmando isso, não se poderá sustentar que o desenvolvimento comentado seja independente de um tipo especial de relação com outros povos. Em quarto lugar, fala-se do avanço científico e técnico e da iniciativa que se desenvolve em uma economia “livre”. No que diz respeito ao avanço científico e técnico, há que se saber que este opera desde que o ser humano inventou a clava, a alavanca, o fogo e assim seguindo, em uma acumulação histórica que não parece ter se preocupado muito com as leis de mercado. Se, no entanto, pretende-se dizer que as economias abundantes atraem talentos, pagam equipamento e pesquisa e que, por último, são motivadoras de uma melhor remuneração, diremos que isso é assim desde épocas milenares e que tampouco se deve a um tipo especial de economia, mas, simplesmente, a que nesse lugar existem recursos suficientes, independentemente da origem de tal potencialidade econômica. Em quinto lugar, fica o expediente de explicar o progresso dessas comunidades pelo intangível “dom” natural de especiais talentos, virtudes cívicas, trabalho, organização e coisas

semelhantes. Esse já não é um argumento, mas uma declaração devocional na qual se escamoteia a realidade social e histórica que explica como esses povos se formaram.

Certamente, temos pouco conhecimento para compreender como é que, com semelhantes antecedentes históricos, esse esquema poderá sustentar-se no futuro imediato, mas isso faz parte de outra discussão, a discussão sobre se existe realmente tal economia livre de mercado ou se se trata de protecionismos e dirigismos encobertos que abrem determinadas válvulas onde se sentem dominando uma situação e fecham outras em caso contrário. Se isso é assim, tudo o que se agregar como promessa de avanço ficará reservado apenas à explosão e difusão da ciência e da tecnologia, independentemente do suposto automatismo das leis econômicas.

4. Os futuros experimentos

Como ocorreu até hoje, quando for necessário, o esquema vigente será substituído por outro que “corrija” os defeitos do modelo anterior. Desse modo e passo a passo, a riqueza continuará concentrando-se nas mãos de uma minoria cada vez mais poderosa. É claro que a evolução não se deterá, tampouco as legítimas aspirações dos povos. Dessa maneira, em pouco tempo serão varridas as últimas ingenuidades que asseguram o fim das ideologias, confrontações, guerras, crises econômicas e desordens sociais. Certamente, tanto as soluções quanto os conflitos serão mundializados, porque já não restarão pontos desconectados entre si. Também há algo certo: nem os esquemas atuais de dominação nem as fórmulas de luta vigentes até o dia de hoje poderão sustentar-se.

5. A mudança e as relações entre as pessoas

Tanto a regionalização dos mercados quanto a reivindicação regionalista e das etnias apontam para a desintegração do Estado nacional. A explosão demográfica nas regiões pobres leva a migração ao limite de controle. A grande família camponesa se desagrega, deslocando a geração jovem em direção ao aglomeramento urbano. A família urbana industrial e pós-industrial se reduz ao mínimo, enquanto as macrocidades absorvem contingentes humanos formados em outras paisagens culturais. As crises econômicas e as reconversões dos modelos produtivos fazem com que a discriminação irrompa novamente. Entretanto, a aceleração tecnológica e a produção massiva tornam os produtos obsoletos no instante em que entram no circuito de consumo. A substituição de objetos corresponde à instabilidade e ao deslocamento na relação humana. A antiga solidariedade, herdeira do que em algum momento se chamou “fraternidade”, terminou perdendo seu significado. Os companheiros de trabalho, de estudo, de esporte e as amizades de outras épocas assumem o caráter de concorrentes; os parceiros da relação conjugal lutam pelo domínio, calculando desde o começo da relação qual será a cota de benefício ao permanecerem juntos e qual será a cota ao se separarem. Nunca antes o mundo esteve tão comunicado e, no entanto, os indivíduos padecem cada dia mais de uma angustiada incomunicação. Nunca os centros urbanos estiveram mais povoados e, no entanto, as pessoas falam de “solidão”. Nunca as pessoas necessitaram mais que agora de calor humano e, no entanto, qualquer aproximação converte a amabilidade e a ajuda em suspeitas. Assim deixaram nossa pobre gente: fazendo todo infeliz acreditar que tem algo importante a perder e que esse “algo” intangível é cobiçado pelo resto da humanidade! Nessas condições é possível contar-lhes este conto como se tratasse da mais autêntica realidade...

6. Um conto para aspirantes a executivos

“A sociedade que se está colocando em marcha trará, finalmente, a abundância. Porém, além dos grandes benefícios objetivos, ocorrerá uma liberação subjetiva da humanidade. A antiga solidariedade, própria da pobreza, não será necessária. Muitos estão de acordo que, com dinheiro ou algo equivalente, quase todos os problemas serão solucionados; por conseguinte, os esforços, pensamentos e sonhos estarão lançados nessa direção. Com o dinheiro se comprará boa comida, boa moradia, viagens, diversões, brinquedos tecnológicos e pessoas que façam o que você quiser. Haverá um amor eficiente, uma arte

eficiente e psicólogos eficientes que resolverão os problemas pessoais que ainda possam restar e que, mais adiante, a nova química cerebral e a engenharia genética terminarão de resolver.

Nessa sociedade de abundância diminuirá o suicídio, o alcoolismo, a droga, a insegurança urbana e a delinquência, como hoje já mostram os países economicamente mais desenvolvidos (?). Também desaparecerá a discriminação e aumentará a comunicação entre as pessoas. Ninguém estará pressionado a pensar desnecessariamente no sentido da vida, na solidão, na enfermidade, na velhice e na morte porque, com cursos adequados e alguma ajuda terapêutica, será possível bloquear esses reflexos que tanto têm detido o rendimento e a eficiência das sociedades. Todos confiarão em todos porque a competição no trabalho, no estudo e na relação de casal terminará estabelecendo relações maduras.

Finalmente, as ideologias terão desaparecido e já não serão utilizadas para lavagem cerebral das pessoas. Certamente, ninguém impedirá o protesto ou a desconformidade com temas menores, sempre que, para se expressar, sejam pagos os canais adequados. Sem confundir liberdade com libertinagem, os cidadãos se reunirão em números pequenos (por razões sanitárias) e poderão expressar-se em lugares abertos (sem perturbar com sons contaminadores ou com publicidade que enfeie o 'município' ou como se chame no futuro).

Porém, o mais extraordinário ocorrerá quando o controle policial já não for necessário, uma vez que cada cidadão será alguém decidido, que protegerá os demais das mentiras que algum terrorista ideológico tentar difundir. Esses defensores terão tanta responsabilidade social que irão rapidamente aos meios de comunicação, nos quais encontrarão imediata acolhida para alertar a população; escreverão estudos brilhantes que serão publicados imediatamente; e organizarão fóruns nos quais formadores de opinião de grande cultura esclarecerão algum desprevenido que possa estar ainda à mercê das forças obscuras do dirigismo econômico, do autoritarismo, da antidemocracia e do fanatismo religioso. Nem sequer será necessário perseguir os perturbadores, porque em um sistema de difusão tão eficiente ninguém desejará aproximar-se deles para não se contaminar. No pior dos casos, serão 'desprogramados' com eficácia e, então, agradecerão publicamente sua reinserção e o benefício que lhes permitirá reconhecer as bondades da liberdade. Por sua vez, aqueles esforçados defensores, se é que não foram enviados especificamente para cumprir essa importante missão, serão pessoas comuns que, assim, poderão sair do anonimato, ser reconhecidas socialmente por sua qualidade moral, dar autógrafos e, como é lógico, receber uma merecida retribuição.

A Empresa será a grande família que favorecerá a capacitação, as relações e o lazer. A robótica terá suplantado o esforço físico de outras épocas, e trabalhar para a Empresa na própria casa será uma verdadeira realização pessoal.

Assim, a sociedade não necessitará de organizações que não estejam incluídas na Empresa. O ser humano, que tanto tem lutado por seu bem-estar, finalmente terá chegado aos céus. Saltando de planeta em planeta, terá descoberto a felicidade. Instalado ali, será um jovem competitivo, sedutor, aquisitivo, triunfador e pragmático (sobretudo pragmático)... executivo da Empresa!"

7. A mudança humana

O mundo está mudando em grande velocidade, e muitas coisas em que até há pouco tempo se acreditava cegamente já não podem sustentar-se. A aceleração está gerando instabilidade e desorientação em todas as sociedades, sejam estas pobres ou opulentas. Nessa mudança de situação, tanto as direções tradicionais e seus "formadores de opinião" quanto os antigos lutadores políticos e sociais deixam de ser referência para as pessoas. No entanto, está nascendo uma sensibilidade correspondente aos novos tempos. É uma sensibilidade que capta o mundo como uma globalidade e adverte que as dificuldades das pessoas em qualquer lugar terminam implicando a outras, mesmo que se encontrem a muita distância. As comunicações, o intercâmbio de bens e o veloz deslocamento de grandes contingentes humanos de um ponto a outro mostram esse processo de mundialização crescente. Também estão surgindo novos critérios de ação ao

considerar-se a globalidade de muitos problemas, compreendendo-se que a tarefa daqueles que querem um mundo melhor será efetiva sempre que cresça a partir do meio no qual se tem alguma influência. Diferentemente de outras épocas, cheias de frases vazias com as quais se buscava reconhecimento externo, hoje se começa a valorizar o trabalho humilde e sentido, mediante o qual não se pretende engrandecer a própria figura, mas mudar a si mesmo e ajudar a mudar o meio familiar, de trabalho e de relação. Os que apreciam realmente as pessoas não desprezam essa tarefa silenciosa, mas incompreensível para qualquer oportunista formado na antiga paisagem dos líderes e da massa, paisagem em que ele aprendeu a usar outros para ser lançado ao ápice social. Quando alguém comprova que o individualismo esquizofrênico já não tem saída e comunica abertamente a todos seus conhecidos o que pensa e o que faz, sem o ridículo temor de não ser compreendido; quando se aproxima de outros; quando se interessa por cada um e não por uma massa anônima; quando promove o intercâmbio de ideias e a realização de trabalhos em conjunto; quando claramente expõe a necessidade de multiplicar essa tarefa de reconexão em um tecido social destruído por outros; quando sente que mesmo a pessoa mais “insignificante” é de qualidade humana superior a qualquer desalmado colocado no topo da conjuntura da época... Quando ocorre tudo isso é porque no interior desse alguém começa a falar novamente o Destino que tem movido os povos em sua melhor direção evolutiva; esse Destino tantas vezes torcido e tantas vezes esquecido, mas reencontrado sempre nos recantos da História. Não somente se vislumbra uma nova sensibilidade, um novo modo de ação, mas, além disso, uma nova atitude moral e uma nova disposição tática frente à vida. Se eu me apressasse a precisar o enunciado acima, diria que as pessoas, mesmo que isso se tenha repetido há três milênios, hoje experimentam como algo novo a necessidade e a verdade moral de tratar os demais como querem ser tratadas. Acrescentaria que, quase como leis gerais de comportamento, hoje se aspira a:

1. uma certa proporção, tratando de ordenar as coisas importantes da vida, levando-as em conjunto e evitando que algumas se adiantem e outras se atrasem excessivamente;
2. uma certa adaptação crescente, atuando a favor da evolução (não simplesmente da curta conjuntura) e não cooperando com as diversas formas de involução humana;
3. uma certa oportunidade, retrocedendo ante uma grande força (não ante qualquer inconveniente) e avançando ante seu declínio;
4. uma certa coerência, acumulando ações que dão a sensação de unidade e acordo consigo mesmo, descartando aquelas que produzem contradição e que se registram como desacordo entre o que se pensa, sente e faz. Não creio que seja o caso explicar por que digo que se está “sentindo a necessidade e a verdade moral de tratar os demais como se quer ser tratado”, frente à objeção que coloca o fato de que não se age assim neste momento. Tampouco creio que devamos estender-nos em explicações acerca do que entendo por “evolução” ou por “adaptação crescente” e não simplesmente por adaptação de permanência. Quanto aos parâmetros do retroceder ou avançar frente a grandes ou declinantes forças, sem dúvida teríamos de contar com indicadores ajustados que não mencionamos. Por último, acumular ações unitivas frente às situações contraditórias imediatas que nos toca viver ou, em sentido oposto, descartar a contradição, evidentemente, aparece como uma dificuldade. Isso é certo, mas se revisamos o comentado acima, veremos que mencionei todas essas coisas dentro do contexto de um tipo de comportamento que hoje se começa a aspirar bastante diferente do que se pretendia em outras épocas.

Destaquei algumas características especiais que estão se apresentando, correspondentes a uma nova sensibilidade, uma nova forma de ação interpessoal e um novo tipo de comportamento pessoal que, me parece, têm ido além da simples crítica de situação. Sabemos que a crítica é sempre necessária, mas mais necessário é fazer algo diferente do que criticamos!

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 21/02/1991

SEGUNDA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Na carta anterior me referi à situação em que vivemos e a certas tendências que os acontecimentos estão mostrando. Aproveitei para discutir algumas propostas que os defensores da economia de mercado anunciam como se fossem condições inevitáveis para todo progresso social. Também destaquei a crescente deterioração da solidariedade e a crise de referências que se verifica neste momento. Por último, esbocei algumas características positivas que começam a se observar no que chamei “uma nova sensibilidade, uma nova atitude moral e uma nova disposição tática frente à vida”.

Alguns de meus correspondentes fizeram-me notar sua discordância com o tom da carta já que, segundo acharam, havia nela muitas coisas graves para que nos permitíssemos ironizar. Mas não dramatizemos! É tão inconsistente o sistema de provas oferecido pela ideologia do neoliberalismo, da economia social de mercado e da Nova Ordem Mundial, que não é o caso de franzir a testa. O que quero dizer é que tal ideologia está morta em seus fundamentos há muito tempo e que logo virá a crise prática, de superfície, que é a que finalmente percebem aqueles que confundem significado com expressão; conteúdo com forma; processo com conjuntura. Do mesmo modo que as ideologias do fascismo e do socialismo real haviam morrido muito tempo antes que se produzisse seu descalabro prático posterior, o desastre do sistema atual surpreenderá muitos somente mais adiante. Isso não tem muito de ridículo? É como ver várias vezes um filme muito ruim. Depois de tanta repetição, nos dedicamos a procurar detalhes nas paredes do cenário, nos adornos dos atores e nas tomadas de efeitos, enquanto ao nosso lado, uma senhora se emociona pelo que vê pela primeira vez e que, para ela, é a própria realidade. Portanto, em minha defesa, digo que não pretendia ironizar a enorme tragédia que significa a imposição deste sistema, senão suas monstruosas pretensões e seu grotesco final – final que já presenciamos em muitos casos anteriores.

Também tenho recebido correspondências pedindo maior precisão na definição de atitudes que se deveriam assumir frente ao processo de mudança atual. A esse respeito, creio que será melhor tratar de entender as posições tomadas por distintos grupos e pessoas isoladas, antes de fazer recomendações de qualquer tipo. Vou me limitar, então, a apresentar as posturas mais populares, dando minha opinião nos casos que me parecem de maior interesse.

1. Algumas posturas frente ao processo de mudança atual

No lento progresso da humanidade foram-se acumulando fatores até o momento atual, no qual a velocidade das mudanças tecnológica e econômica não coincidem com a velocidade de mudanças nas estruturas sociais e no comportamento humano. Essa defasagem tende a se incrementar e a gerar crises progressivas. Esse problema é encarado de distintos pontos de vista. Existem aqueles que supõem que o desajuste se regulará automaticamente e, portanto, recomendam não tratar de orientar esse processo que, além disso, seria impossível direcionar. Trata-se de uma tese mecanicista otimista. Existem outros que supõem que se vai em direção a um ponto de explosão irremediável. É o caso dos mecanicistas pessimistas. Também aparecem as correntes morais que pretendem deter a mudança e, na medida do possível, voltar a supostas fontes reconfortantes. Elas representam uma atitude anti-histórica. Também os cínicos, os estoicos e os epicuristas contemporâneos começam a elevar suas vozes – uns negando importância e sentido a toda ação; outros, afrontando os fatos com firmeza, mesmo que tudo acabe mal; finalmente, os terceiros, tratando de tirar partido da situação e pensando simplesmente em seu hipotético bem-estar que estendem, no máximo, a seus filhos. Como nas épocas finais de civilizações passadas, muitas pessoas assumem atitudes de salvação individual, supondo que não tem sentido, nem possibilidade de êxito, qualquer tarefa que se empreenda em conjunto. Em todo caso, o conjunto tem utilidade para a especulação estritamente pessoal e por isso os líderes empresariais, culturais ou políticos necessitam manipular e melhorar sua imagem, mostrando-se confiáveis, fazendo com que outros creiam que eles pensam e atuam em função dos demais.

É claro que tal ocupação tem seus dissabores, porque todo mundo conhece o truque, e ninguém acredita em ninguém. Os antigos valores religiosos, patrióticos, culturais, políticos e sindicais ficam à mercê do dinheiro, em um campo em que a solidariedade e, portanto, a oposição coletiva a esse esquema é eliminada, ao mesmo tempo em que o tecido social se decompõe gradualmente. Logo virá outra etapa na qual o individualismo extremo será superado... mas esse é um tema para considerar em outro momento. Com nossa paisagem de formação nas costas e com a crise de nossas crenças, não estamos ainda em condições de admitir que se aproxima esse novo momento histórico. Hoje, dispoño de uma pequena parcela de poder ou dependendo absolutamente do poder de outros, todos nos encontramos tocados pelo individualismo, no qual claramente leva vantagem quem está melhor instalado no sistema.

2. O individualismo, a fragmentação social e a concentração de poder nas minorias

O individualismo leva necessariamente à luta pela supremacia do mais forte e à busca do êxito a qualquer preço. Tal postura começou com alguns poucos que respeitaram certas regras de jogo entre eles, frente à obediência da maioria. De qualquer maneira, essa etapa se esgotará em um “todos contra todos”, porque mais cedo ou mais tarde se desequilibrará o poder a favor do mais forte, e os demais, apoiando-se entre eles ou em outras facções, terminarão por desarticular esse sistema tão frágil. Mas as minorias têm mudado com o desenvolvimento econômico e tecnológico, aperfeiçoando seus métodos, a tal ponto que em alguns lugares, em situação de abundância, a grande maioria desloca seu descontentamento em direção a aspectos secundários da situação em que vive. E se insinua ainda que, melhorando o nível de vida global, as massas postergadas se conformarão, esperando uma melhor situação a futuro, porque já não parece que questionarão globalmente o sistema, senão certos aspectos de urgência. Tudo isso mostra uma mudança importante no comportamento social. Se isso é assim, a militância pela mudança será progressivamente afetada, e as antigas forças políticas sociais ficarão vazias de propostas; a fragmentação grupal e interpessoal se estenderá, e o isolamento individual será medianamente substituído pelas estruturas produtoras de bens e lazer coletivos concentradas sob uma mesma direção. Nesse mundo paradoxal se terminará de varrer toda centralização e burocratização, rompendo-se as anteriores estruturas de direção e decisão, mas a chamada desregulamentação, descentralização, liberalização de mercados e de atividades será o campo mais adequado para que floresça uma concentração como nunca houve em época anterior, porque a absorção do capital financeiro internacional seguirá crescendo em mãos de um setor cada vez mais poderoso. A classe política sofrerá um paradoxo similar, ao ter que proclamar os novos valores que farão o Estado perder o poder, com o que seu protagonismo será cada vez mais comprometido. Por algum motivo, faz tempo que palavras como “governo” vão sendo substituídas por outras como “administração”, convencendo os “públicos” (não os “povos”) de que um país é uma empresa.

Por outro lado, até que se consolide um poder imperial mundial, poderão ocorrer conflitos regionais como em outros momentos ocorreram entre países. Que tais confrontações ocorram no campo econômico ou se desloquem à arena da guerra em áreas restritas; que como consequência ocorram desordens incoerentes e massivas; que caiam governos completos e se terminem desintegrando países e zonas, em nada afetará o processo de concentração para o qual este momento histórico parece apontar. Regionalismos, lutas interétnicas, migrações e crises sustentadas não alterarão o quadro geral de concentração do poder. E quando a recessão e o desemprego afetarem também as populações dos países ricos, já haverá passado a etapa da liquidação liberal e começarão as políticas de controle, coação e emergência no melhor estilo imperial... Quem poderá falar, então, de economia de livre mercado, e que importância terá sustentar posturas baseadas no individualismo extremo?

Mas devo responder a outras inquietudes que me foram manifestadas a respeito da caracterização da crise atual e suas tendências.

3. Características da crise

Comentaremos a crise do Estado nacional, a crise de regionalização e mundialização e a crise da

sociedade, do grupo e do indivíduo.

No contexto de um processo de mundialização crescente acelera-se a informação e aumenta o deslocamento de pessoas e bens. A tecnologia e o poder econômico em crescimento se concentram em empresas cada vez mais importantes. O próprio fenômeno de aceleração no intercâmbio entra em choque com as limitações e a lentidão impostas por antigas estruturas como o Estado nacional. O resultado é que as fronteiras nacionais tendem a desaparecer dentro de cada região. Isso leva à homogeneização da legislação dos países, não somente em matéria de taxas alfandegárias e documentação pessoal, mas também naquilo que se refere à adaptação de seus sistemas produtivos. O regime de trabalho e de previdência social seguem a mesma direção. Contínuos acordos entre esses países mostram que um parlamento, um sistema judiciário e um executivo em comum darão maior eficácia e velocidade à gestão dessa região. A primitiva moeda nacional vai cedendo caminho a um tipo de signo de intercâmbio regional que evita perdas e demoras em cada operação de conversão. A crise do Estado nacional é um fato observável não somente naqueles países que tendem a fazer parte de um mercado regional, mas também em outros cujas maltratadas economias mostram uma paralização relativa importante. Em todos os cantos se elevam vozes contra as burocracias emperradas e se pede a reforma desses esquemas. Em pontos nos quais um país se configurou como resultado recente de divisões e anexações ou como federação artificial, avivam-se antigos rancores e diferenças regionais, étnicas e religiosas. O Estado tradicional tem que enfrentar essa situação centrífuga em meio a crescentes dificuldades econômicas que questionam precisamente sua eficácia e legitimidade. Fenômenos desse tipo tendem a crescer no centro da Europa, no Leste e nos Bálcãs. Essas dificuldades também se aprofundam no Oriente Médio, Levante e Ásia Menor. Na África, em vários países delimitados artificialmente, começam a observar-se os mesmos sintomas. Acompanhando essa decomposição, começam as migrações de povos em direção às fronteiras, colocando em risco o equilíbrio da região. Bastará que ocorra um importante desequilíbrio na China para que mais de uma região seja afetada diretamente pelo fenômeno, considerando, além disso, a instabilidade atual da antiga União Soviética e dos países asiáticos continentais.

Entretanto, surgiram centros econômica e tecnologicamente poderosos que assumem caráter regional: o Extremo Oriente liderado pelo Japão, Europa e Estados Unidos. A ascensão e influência dessas zonas mostram um aparente policentrismo, mas o desenvolvimento dos acontecimentos assinala que os Estados Unidos somam a seu poder tecnológico, econômico e político sua força militar em condições de controlar as áreas de abastecimento mais importantes. No processo de mundialização crescente, essa superpotência tende a se levantar como reitora do processo atual, em acordo ou desacordo com os poderes regionais. Esse é o significado final da Nova Ordem Mundial. Ao que parece, não chegou ainda a época da paz, embora se tenha dissipado, no momento, a ameaça de guerra mundial. Explosões regionais, étnicas e religiosas, desordens sociais, migrações e conflitos bélicos em áreas restritas parecem ameaçar a suposta estabilidade atual. Por outro lado, as áreas postergadas se afastam cada vez mais do crescimento das zonas tecnológica e economicamente aceleradas, e essa defasagem relativa agrega dificuldades adicionais ao esquema. O caso da América Latina é exemplar nesse aspecto, porque mesmo que a economia de vários de seus países experimente um crescimento importante nos próximos anos, a dependência com relação aos centros de poder será cada vez mais notória.

Ao mesmo tempo em que cresce o poder regional e mundial das multinacionais e o capital financeiro internacional se concentra, os sistemas políticos perdem autonomia e a legislação se adequa aos ditames dos novos poderes. Numerosas instituições podem ser hoje substituídas, direta ou indiretamente, pelos departamentos ou pelas fundações da Empresa, que está em condições, em alguns pontos, de oferecer assistência ao nascimento, capacitação, emprego, matrimônio, lazer, informação, previdência social, aposentadoria e morte de seus empregados e filhos. O cidadão já pode, em determinados lugares, evitar aqueles velhos trâmites burocráticos, tendendo a manejar-se com um cartão de crédito e, pouco a pouco, com uma moeda eletrônica na qual constarão não somente seus gastos e depósitos, mas também todo tipo

de antecedente significativo e situação atual devidamente computados. Certamente, tudo isso já libera algumas poucas pessoas de restrições e preocupações secundárias, mas essas vantagens pessoais servirão também a um sistema de controle dissimulado. Ao lado do crescimento tecnológico e da aceleração do ritmo de vida, a participação política diminui; o poder de decisão se torna remoto e cada vez mais intermediado; a família se reduz e se desintegra em casais mais instáveis e mutáveis; a comunicação interpessoal se bloqueia; a amizade desaparece e a competição envenena todas as relações humanas ao ponto que, desconfiando todos de todos, a sensação de insegurança já não se baseia no fato objetivo do aumento da criminalidade, mas sobretudo em um estado de ânimo. Deve-se acrescentar que a solidariedade social, grupal e interpessoal desaparece velozmente; que a dependência de drogas e o alcoolismo fazem estragos; que o suicídio e as doenças mentais tendem a aumentar perigosamente. Mesmo considerando que em todos os lugares existe uma maioria saudável e racional, os sintomas de tanto desajuste já não nos permitem falar de uma sociedade sã. A paisagem de formação das novas gerações conta com todos os elementos de crise que mencionamos brevemente, e não fazem parte de sua vida somente sua capacitação técnica e de trabalho, as telenovelas, as recomendações dos opinantes dos meios massivos, as declamações sobre a perfeição do mundo em que vivemos ou, para a juventude mais favorecida, o lazer da motocicleta, as viagens, a moda, o esporte, a música e os aparelhos eletrônicos. Esse problema da paisagem de formação nas novas gerações ameaça abrir enormes brechas entre grupos de distintas idades, colocando em evidência uma dialética geracional virulenta de grande profundidade e de enorme extensão geográfica. Está claro que se tem instalado no pico da escala de valores o mito do dinheiro e a ele, cada vez mais, subordina-se tudo. Um contingente importante da sociedade não quer ouvir nada que lhe faça lembrar o envelhecimento e a morte, desqualificando todo tema que se relacione com o sentido e o significado da vida. E nisso devemos reconhecer uma certa razoabilidade, porque a reflexão sobre esses pontos não coincide com a escala de valores estabelecida no sistema. São graves demais os sintomas da crise para não os ver e, no entanto, uns dirão que é o preço a se pagar para existir no fim do século XX. Outros afirmarão que estamos entrando no melhor dos mundos. O pano de fundo que opera nessas afirmações está colocado pelo momento histórico, no qual o esquema global de situação não entrou em crise, mesmo que as crises particulares se propaguem por toda parte. Mas, à medida que os sintomas da decomposição se acelerem, mudará simultaneamente a apreciação dos acontecimentos, porque se sentirá a necessidade de estabelecer novas prioridades e novos projetos de vida.

4. Os fatores positivos da mudança

O desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser questionado pelo fato de que alguns avanços tenham sido ou sejam utilizados contra a vida e o bem-estar. Nos casos em que se questiona a tecnologia, caberia fazer uma prévia reflexão a respeito das características do sistema que utiliza o avanço do saber com fins espúrios. O progresso na medicina, comunicações, robótica, engenharia genética e tantos outros campos certamente pode ser aproveitado em direção destrutiva. O mesmo vale para a utilização da técnica na exploração irracional de recursos, poluição industrial, contaminação e deterioração ambiental. Mas tudo isso denuncia o signo negativo que comanda a economia e os sistemas sociais. Assim, bem sabemos que hoje se está em condições de solucionar os problemas de alimentação de toda a humanidade e, no entanto, comprovamos diariamente que existe fome, desnutrição e padecimentos infra-humanos, porque o sistema não está disposto a se ocupar desses problemas e sacrificar seus ganhos fabulosos em troca de uma melhora global do nível humano. Também percebemos que as tendências em direção às regionalizações e, finalmente, em direção à mundialização estão sendo manipuladas por interesses particulares em detrimento dos grandes conjuntos. Mas está claro que mesmo nessa distorção avança o processo em direção a uma nação humana universal. A mudança acelerada que se está apresentando no mundo leva a uma crise global do sistema e a um conseqüente reordenamento de fatores. Tudo isso será a condição necessária para alcançar uma estabilidade aceitável e um desenvolvimento harmônico do planeta. Por conseqüente, apesar

das tragédias que podem ser previstas na decomposição deste sistema global atual, a espécie humana prevalecerá sobre todo interesse particular. Nossa fé no futuro se baseia na compreensão da direção da história que começou com nossos antepassados hominídeos. Essa espécie que tem trabalhado e lutado durante milhões de anos para vencer a dor e o sofrimento não sucumbirá ao absurdo. Por isso, é necessário compreender processos mais amplos que simples conjunturas e apoiar tudo o que marcha em direção evolutiva, mesmo que não se vejam seus resultados imediatos. O desalento dos seres humanos valorosos e solidários retarda o avanço da história. Mas é difícil compreender esse sentido se a vida pessoal não se organiza e se orienta também em direção positiva. Aqui não estão em jogo fatores mecânicos ou determinismos históricos, está em jogo a intenção humana que tende a superar todas as dificuldades.

Espero, meus amigos, passar a temas mais reconfortantes na próxima carta, deixando de lado a observação de fatores negativos para esboçar propostas conformes com nossa fé em um futuro melhor para todos.

Recebam com esta um grande abraço.

Silo, 05/12/1991

TERCEIRA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Espero que a presente sirva para ordenar e simplificar minhas opiniões a respeito da situação atual. Também gostaria de considerar certos aspectos da relação entre os indivíduos e entre eles e o meio social em que vivem.

1. A mudança e a crise

Nesta época de grande mudança, estão em crise os indivíduos, as instituições e a sociedade. A mudança será cada vez mais rápida e também as crises individuais, institucionais e sociais. Isso anuncia perturbações que talvez não sejam assimiladas por amplos setores humanos.

2. Desorientação

As transformações que estão ocorrendo tomam direções inesperadas, produzindo uma desorientação geral no que diz respeito ao futuro e ao que se deve fazer no presente. Na realidade, não é a mudança que nos perturba, já que nela observamos muitos aspectos positivos. O que nos inquieta é não saber em que direção vai a mudança e para onde orientar nossa atividade.

3. Crise na vida das pessoas

A mudança está ocorrendo na economia, na tecnologia e na sociedade; sobretudo está operando em nossas vidas, em nosso meio familiar e de trabalho, em nossas relações de amizade. Estão mudando nossas ideias e o que acreditávamos sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre nós mesmos. Muitas coisas nos estimulam, mas outras nos confundem e paralisam. O comportamento dos outros e o nosso próprio nos parece incoerente, contraditório e sem direção clara, tal como ocorre com os acontecimentos que nos rodeiam.

4. Necessidade de dar orientação à própria vida

Portanto, é fundamental dar direção a essa mudança inevitável, e não existe outra forma de fazê-lo senão começando por nós mesmos. Cada um de nós deve dar direção a essas mudanças desordenadas cujo rumo desconhecemos.

5. Direção e mudança de situação

Como os indivíduos não existem isolados, se realmente direcionam suas vidas, modificarão a relação com outros em sua família, em seu trabalho e onde atuem. Esse não é um problema psicológico que se resolve dentro da cabeça de indivíduos isolados, mas sim modificando a situação em que se vive com outros mediante um comportamento coerente. Quando celebramos êxitos ou nos deprimimos por nossos fracassos, quando fazemos planos para o futuro ou nos propomos a introduzir mudanças em nossas vidas, esquecemos do ponto fundamental: estamos em situação de relação com outros. Não podemos explicar o que nos ocorre, nem escolher, sem considerar certas pessoas e certos âmbitos sociais concretos. Essas pessoas que têm especial importância para nós e esses âmbitos sociais nos quais vivemos nos colocam em uma situação precisa a partir da qual pensamos, sentimos e atuamos. Negar isso ou não levar isso em conta cria enormes dificuldades. Nossa liberdade de escolha e ação está delimitada pela situação em que vivemos. Qualquer mudança que queiramos realizar não pode ser proposta em abstrato, senão em referência à situação na qual vivemos.

6. O comportamento coerente

Se pudéssemos pensar, sentir e atuar na mesma direção, se o que fazemos não nos criasse contradição com relação ao que sentimos, diríamos que nossa vida tem coerência. Seríamos confiáveis ante nós mesmos, mesmo que não necessariamente confiáveis para nosso meio imediato. Deveríamos alcançar essa mesma coerência na relação com os outros, tratando os demais como gostaríamos de ser tratados. Sabemos que pode existir uma espécie de coerência destrutiva, como observamos nos racistas, nos exploradores, nos fanáticos e nos violentos, mas está clara sua incoerência na relação, porque tratam os outros de modo muito distinto ao que desejam para si mesmos. Essa unidade de pensamento, sentimento e ação, essa unidade no tratamento que se pede com o tratamento que se dá, são ideais que não se realizam na vida diária. Este é o ponto. Trata-se de um ajuste de condutas a essas propostas, trata-se de valores que, tomados com seriedade, direcionam a vida, independentemente das dificuldades que se enfrentem para realizá-los. Se observarmos bem as coisas, não estaticamente, mas em dinâmica, compreenderemos isso como uma estratégia que deve ir ganhando terreno à medida que passe o tempo. Aqui, sim, valem as intenções, mesmo que as ações não coincidam no princípio com elas, sobretudo se aquelas intenções são mantidas, aperfeiçoadas e ampliadas. Essas imagens do que se deseja conseguir são referências firmes que dão direção em todas as situações. E isso que dizemos não é tão complicado. Não nos surpreende, por exemplo, que uma pessoa oriente sua vida para obter uma grande fortuna. Porém, essa pessoa pode saber antecipadamente que não a conseguirá. Em todo caso, seu ideal a impulsiona, mesmo que não tenha resultados relevantes. Por que, então, não se pode entender que, ainda que a época seja adversa à coerência entre o tratamento que se pede e o tratamento que se dá, ainda que seja adversa ao pensar, sentir e atuar na mesma direção, esses ideais de vida podem dar direção às ações humanas?

7. As duas propostas

Pensar, sentir e atuar na mesma direção e tratar outros como eu desejo ser tratado são duas propostas tão simples que podem ser entendidas como simples ingenuidades por pessoas habituadas às complicações. No entanto, por trás dessa aparente ingenuidade existe uma nova escala de valores cujo ponto mais alto é a coerência; uma nova moral para a qual não é indiferente qualquer tipo de ação; uma nova aspiração que implica sermos consequentes no esforço por dar direção aos acontecimentos humanos. Por trás dessa aparente ingenuidade se aposta no sentido da vida pessoal e social, que será verdadeiramente evolutivo ou marchará para a desintegração. Já não podemos confiar em que velhos valores deem coesão às pessoas em um tecido social que, dia a dia, deteriora-se pela desconfiança, isolamento e individualismo crescentes. A antiga solidariedade entre os membros de classes, associações, instituições e grupos vai sendo substituída pela competição selvagem, da qual não escapam os casais nem

a irmandade familiar. *Nesse processo de demolição não surgirá uma nova solidariedade baseada em ideias e comportamentos de um mundo que se foi, senão graças à necessidade concreta de cada um de direcionar sua vida, e para isso terá que modificar seu próprio meio.* Essa modificação, se é verdadeira e profunda, não se pode colocar em ação por imposições, por leis externas ou por fanatismos de qualquer tipo, senão pelo poder de opinião e da ação mínima conjunta entre as pessoas que fazem parte do meio em que se vive.

8. Chegar a toda a sociedade a partir do meio imediato

Sabemos que, ao mudar positivamente nossa situação, estaremos influenciando em nosso meio, e outras pessoas compartilharão esse ponto de vista, dando lugar a um sistema de relações humanas em crescimento. Teremos que nos perguntar: por que deveríamos ir além de onde começamos? Simplesmente por coerência com a proposta de tratar os outros como queremos que nos tratem. Ou por acaso não levaríamos aos demais algo que se tornou fundamental para nossa vida? Se a influência começa a se desenvolver é porque as relações e, portanto, os componentes de nosso meio se ampliaram. Essa é uma questão que deveríamos levar em conta desde o começo porque, mesmo quando nossa ação começa aplicando-se em um ponto reduzido, a projeção dessa influência pode chegar muito longe. Não há nada de estranho em pensar que outras pessoas decidam somar-se na mesma direção. Afinal, os grandes movimentos históricos seguiram o mesmo caminho: começaram pequenos, como é lógico, e se desenvolveram graças ao fato de as pessoas os terem considerado intérpretes de suas necessidades e inquietudes. Atuar no meio imediato, mas com o olhar colocado no progresso da sociedade, é coerente com tudo o que foi dito. De outro modo, para que faríamos referência a uma crise global que deve ser enfrentada com resolução, se tudo terminasse em indivíduos isolados para os quais os demais não têm importância? Pela necessidade das pessoas que concordem em dar uma nova direção às suas vidas e aos acontecimentos surgirão âmbitos de discussão e comunicação direta. Posteriormente, a difusão através de todos os meios permitirá ampliar a superfície de contato. Outro tanto ocorrerá com a criação de organismos e instituições compatíveis com essa proposta.

9. O meio em que se vive

Já comentamos que é tão veloz e tão inesperada a mudança, que esse impacto está sendo recebido como crise na qual se debatem sociedades inteiras, instituições e indivíduos. Por isso, é imprescindível dar direção aos acontecimentos. No entanto, como pode alguém fazê-lo, submetido como está à ação de eventos maiores? É evidente que cada um pode direcionar somente aspectos imediatos de sua vida e não o funcionamento das instituições ou da sociedade. Por outro lado, pretender dar direção à própria vida não é coisa fácil, já que cada qual vive em situação, não vive isolado, vive em um meio. Esse meio pode ser visto tão amplamente como o Universo, a Terra, o país, o estado, a província etc. No entanto, existe um meio imediato no qual desenvolvemos nossas atividades. Tal meio é familiar, de trabalho, de amigos etc. Vivemos em situação com relação a outras pessoas, e esse é nosso mundo particular do qual não podemos prescindir. Ele atua sobre nós e nós sobre ele de um modo direto. Se temos alguma influência, é sobre esse meio imediato. Mas ocorre que, tanto a influência que exercemos quanto a que recebemos estão afetadas, por sua vez, por situações mais gerais, pela crise e pela desorientação.

10. A coerência como direção de vida

Se quiséssemos dar alguma direção aos acontecimentos, haveríamos de começar pela própria vida e, para fazê-lo, teríamos de considerar o meio em que atuamos. Pois bem, a que direção podemos aspirar? Sem dúvida, àquela que nos proporcione coerência e apoio em um meio tão instável e imprevisível. Pensar, sentir e atuar na mesma direção é uma proposta de coerência na vida. No entanto, isso não é fácil porque nos encontramos em uma situação que não escolhemos completamente. Estamos fazendo coisas que necessitamos, mesmo que em desacordo com o que pensamos e sentimos. Estamos colocados em

situações que não governamos. Atuar com coerência, mais que um fato, é uma intenção, uma tendência que podemos ter presente, de maneira que nossa vida se direcione rumo a esse tipo de comportamento. É claro que unicamente influenciando nesse meio poderemos mudar parte de nossa situação. Ao fazê-lo, direcionaremos a relação com outros, e outros compartilharão tal conduta. Se ao anterior se opõe o fato de que algumas pessoas mudam de meio com certa frequência em razão de seu trabalho ou por outros motivos, responderemos que isso não modifica em nada o proposto, já que sempre se estará em situação, sempre se estará em um meio dado. Se pretendemos coerência, o tratamento que dermos aos demais terá que ser do mesmo gênero do que exigimos para nós mesmos. Assim, nessas duas propostas encontramos os elementos básicos de direção até onde chegam nossas forças. A coerência avançará sempre que avance o pensar, o sentir e o atuar na mesma direção. Essa coerência se estende a outros, porque não há outra maneira de fazê-lo e, ao se estender a outros, começamos a tratá-los do modo que gostaríamos de ser tratados. Coerência e solidariedade são direções, aspirações de condutas a alcançar.

11. A proporção nas ações como avanço em direção à coerência

Como avançar em direção coerente? Em primeiro lugar, necessitaremos de uma certa proporção no que fazemos cotidianamente. É necessário estabelecer quais são as questões mais importantes em nossa atividade. Devemos priorizar o fundamental para que as coisas funcionem, depois o secundário, e assim por diante. Possivelmente, atendendo a duas ou três prioridades, teremos um bom quadro da situação. As prioridades não podem se inverter, tampouco podem se separar a ponto de que nossa situação se desequilibre. As coisas devem caminhar em conjunto, não isoladamente, evitando-se que umas se adiantem e outras se atrasem. Frequentemente, nos cegamos pela importância de uma atividade e, dessa forma, o conjunto fica desequilibrado... Ao final, o que considerávamos tão importante tampouco pode se realizar porque nossa situação geral ficou afetada. Também é certo que às vezes se apresentam assuntos de urgência, aos quais devemos nos dedicar, mas é claro que não se pode viver postergando outros assuntos que dizem respeito ao cuidado da situação geral na qual vivemos. Estabelecer prioridades e levar a atividade em proporção adequada é um avanço evidente em direção à coerência.

12. A oportunidade das ações como avanço em direção à coerência

Existe uma rotina cotidiana dada pelos horários, pelos cuidados pessoais e funcionamento de nosso meio. No entanto, dentro dessas pautas, existe uma dinâmica e riqueza de acontecimentos que as pessoas superficiais não sabem apreciar. Existem pessoas que confundem suas vidas com suas rotinas, mas isso não é assim, de nenhuma maneira, já que muito frequentemente devem escolher entre condições que o meio lhes impõe. Certamente, vivemos entre inconvenientes e contradições, mas será recomendável não confundir ambos os termos. Entendemos por “inconvenientes” os incômodos e os impedimentos que enfrentamos. Não são enormemente graves, mas certamente que, se são numerosos e repetidos, fazem crescer nossa irritação e fadiga. Certamente, estamos em condições de superá-los; eles não determinam a direção de nossa vida, não impedem que levemos adiante um projeto, são obstáculos no caminho, que vão desde a menor dificuldade física até problemas nos quais estamos a ponto de perder o rumo. Os inconvenientes admitem uma graduação importante, mas se mantêm em um limite que não impede o avanço. Algo diferente acontece com o que chamamos “contradições”. Quando nosso projeto não pode ser realizado, quando os acontecimentos nos lançam em uma direção oposta à desejada, quando nos encontramos em um círculo vicioso que não podemos romper, quando não podemos direcionar minimamente nossa vida, estamos tomados pela contradição. A contradição é uma espécie de inversão na correnteza da vida que nos leva a retroceder sem esperança. Estamos descrevendo o caso em que a incoerência se apresenta mais cruamente. Na contradição se opõem o que pensamos, sentimos e fazemos. Apesar de tudo, sempre há a possibilidade de direcionar a vida, mas é necessário saber quando fazê-lo. A oportunidade das ações é algo que não levamos em consideração na rotina cotidiana porque muitas coisas estão codificadas. Mas, no que diz respeito aos inconvenientes importantes e às contradições, as decisões

que tomamos não podem estar expostas à catástrofe. Em termos gerais, devemos retroceder diante de uma grande força e avançar com resolução quando essa força se debilitar. Existe uma grande diferença entre o temeroso que retrocede ou se imobiliza diante de qualquer inconveniente e o que atua, sobrepondo-se às dificuldades, sabendo que, precisamente avançando, pode superar essas dificuldades. Acontece que, às vezes, não é possível avançar porque se apresenta um problema superior às nossas forças, e avançar sem cálculo nos leva ao desastre. O grande problema que enfrentamos será também dinâmico e a relação de forças mudará – ou porque crescemos em influência ou porque sua influência diminui. Rompida a relação anterior, é o momento de proceder com resolução, já que uma indecisão ou uma postergação fará com que novamente se modifiquem os fatores. A execução da ação oportuna é a melhor ferramenta para produzir mudanças de direção.

13. A adaptação crescente como avanço em direção à coerência

Consideremos a questão da direção, da coerência que queremos conseguir. Adaptar-nos a certas situações terá relação com essa proposta, porque adaptar-nos ao que nos leva em direção oposta à coerência é uma grande incoerência. Os oportunistas padecem de uma grande miopia com relação a essa questão. Eles consideram que a melhor forma de viver é a aceitação de tudo, é a adaptação a tudo; pensam que aceitar tudo, sempre que provenha dos que têm poder, é uma grande adaptação, mas é claro que sua vida dependente está muito longe do que entendemos por coerência. Distinguimos entre uma inadaptação, que nos impede de ampliar nossa influência, uma adaptação decrescente, que nos deixa na aceitação das condições estabelecidas, e uma adaptação crescente, que faz crescer nossa influência em direção às propostas que comentamos.

Sintetizando:

1. Existe uma mudança veloz no mundo, movida pela revolução tecnológica, que entra em choque com as estruturas estabelecidas e com a formação e os hábitos de vida das sociedades e dos indivíduos.
2. Essa defasagem gera crises progressivas em todos os campos, e não há razão para supor que vai se deter, senão que, inversamente, tenderá a acentuar-se.
3. O inesperado dos acontecimentos impede prever que direção tomarão os acontecimentos, as pessoas que nos rodeiam e, definitivamente, nossa própria vida.
4. Muitas das coisas que pensávamos e acreditávamos já não nos servem. Tampouco estão à vista soluções que provenham desta sociedade, de instituições e de indivíduos que padecem do mesmo mal.
5. Se decidirmos trabalhar para fazer frente a esses problemas, teremos que dar direção a nossa vida, buscando coerência entre o que pensamos, sentimos e fazemos. Como não estamos isolados, essa coerência terá que chegar à relação com outros, tratando-os do modo que queremos ser tratados. Essas duas propostas não podem ser cumpridas rigorosamente, mas constituem a direção que necessitamos, sobretudo se as tomamos como referências permanentes e nos aprofundamos nelas.
6. Vivemos em relação imediata com outros e é nesse meio onde temos de atuar para dar direção favorável à nossa situação. Essa não é uma questão psicológica, uma questão que possa resolver-se isoladamente na cabeça dos indivíduos – este é um tema relacionado com a situação em que se vive.
7. Sendo coerentes com as propostas que tratamos de levar adiante, chegaremos à conclusão de que o positivo para nós e nosso meio imediato deve ser ampliado para toda a sociedade. Junto a outros que sigam na mesma direção, implementaremos os meios mais adequados para que uma nova solidariedade encontre seu rumo. Por isso, ainda atuando tão especificamente em nosso meio imediato, não perderemos de vista uma situação global que afeta a todos os seres humanos e que requer nossa ajuda, assim como nós necessitamos da ajuda dos demais.
8. As mudanças inesperadas nos levam a pensar seriamente a necessidade de direcionar nossa vida.
9. A coerência não começa e termina em cada um de nós, senão que está relacionada com um meio,

com outras pessoas. A solidariedade é um aspecto da coerência pessoal.

10. A proporção nas ações consiste em estabelecer prioridades de vida e operar com base nelas, evitando que se desequilibrem.

11. A oportunidade de agir leva em conta retroceder diante de uma grande força e avançar com resolução quando esta se debilita. Essa ideia é importante para o objetivo de produzir mudanças na direção da vida se estamos submetidos à contradição.

12. É tão inconveniente a inadaptação em um meio sobre o qual não podemos mudar nada quanto a adaptação decrescente na qual nos limitamos a aceitar as condições estabelecidas. A adaptação crescente consiste no aumento de nossa influência no meio, em direção coerente.

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 17/12/1991

QUARTA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Em cartas anteriores dei minha opinião sobre a sociedade, dos grupos humanos e dos indivíduos, com respeito a este momento de mudança e perda de referências em que estamos vivendo, critiquei certas tendências negativas no desenvolvimento dos acontecimentos, e destaquei as posturas mais conhecidas daqueles que pretendem dar resposta às urgências do momento. Está claro que todas as apreciações, bem ou mal formuladas, respondem a meu particular ponto de vista e este, por sua vez, se insere em um conjunto de ideias que lhes servem de base. Certamente por isso recebi sugestões que me animam a explicitar a partir de “onde” faço minhas críticas ou desenvolvo minhas propostas. Enfim, pode-se dizer qualquer coisa com muita ou pouca originalidade, como acontece com as divagações que temos diariamente e que não pretendemos justificar. Essas divagações hoje podem ser de um tipo e amanhã podem ser do tipo oposto, não passando da frivolidade da apreciação cotidiana. Por isso, em geral, cada dia acreditamos menos nas opiniões próprias e dos demais, dando por certo que se tratam de apreciações conjunturais que podem mudar em poucas horas, como acontece com as oportunidades na bolsa de valores. E, se nas opiniões existe algo com maior permanência, em todo caso é o consagrado pela moda, que logo é substituído pela moda seguinte. Não estou fazendo uma defesa do imobilismo no campo das opiniões, mas destacando a falta de consistência nelas porque, na verdade, seria muito interessante que a mudança acontecesse com base em uma lógica interna e não de acordo com o sopro de ventos errantes. Mas quem suporta lógicas internas em uma época de salve-se quem puder?! Agora mesmo, enquanto escrevo, advirto que o dito até aqui não entra na cabeça de certos leitores porque, ao chegar a este ponto, não terão encontrado três códigos possivelmente exigidos por eles: 1. que o que se está explicando lhes sirva de entretenimento; ou 2. que lhes mostre agora mesmo como podem utilizá-lo em seu negócio; ou 3. que coincida com o consagrado pela moda. Tenho a certeza de que este palavreado que começa com “Estimados amigos” e chega até aqui os deixa totalmente desorientados, como se estivéssemos escrevendo em sânscrito. No entanto, é de se admirar como essas mesmas pessoas compreendem coisas difíceis, que vão das operações bancárias mais sofisticadas até as delícias da técnica administrativa computadorizada. Para eles, é impossível compreender que estamos falando das opiniões, dos pontos de vista e das ideias que lhes servem de base; que estamos falando da impossibilidade de sermos entendidos nas coisas mais simples, se estas não correspondem à paisagem montada por sua educação e suas compulsões. Assim estão as coisas!

Esclarecido o anterior, resumirei nesta carta as ideias que fundamentam minhas opiniões, críticas e

propostas, tendo especial cuidado de não ir muito além do slogan publicitário porque, como explica o sábio jornalismo especializado, as ideias organizadas são “ideologias” e estas, como as doutrinas, são ferramentas de lavagem cerebral daqueles que se opõem à liberdade de comércio e economia social de mercado das opiniões. Hoje, respondendo às exigências do pós-modernismo, isto é, às exigências da *haute-couture* (roupa de festa, gravata borboleta, ombreiras, tênis, casaco com as mangas arregaçadas), da arquitetura desconstrutivista e da decoração estruturada, estamos forçados a fazer com que as peças do discurso não se encaixem. E a não esquecer que a crítica da linguagem também repudia o sistemático, estrutural e processual! É claro que tudo isso tem correspondência com a ideologia dominante da *Company*, que sente horror pela História e pelas ideias de cuja formação não participou e nas quais não pode colocar uma substancial porcentagem de ações.

Brincadeiras à parte, comecemos já com o levantamento de nossas ideias, pelo menos das que consideramos mais importantes. Devo ressaltar que boa parte delas foi apresentada na conferência que dei em Santiago do Chile, em 23/05/1991.

1. Ponto de partida de nossas ideias

Nossa concepção não se inicia admitindo generalidades, mas estudando o particular da vida humana, o particular da existência, o particular do registro pessoal do pensar, do sentir e do atuar. Essa postura inicial a torna incompatível com todo sistema que parta da “ideia”, da “matéria”, do “inconsciente”, da “vontade”, da “sociedade” etc. Se alguém admite ou rejeita qualquer concepção, por lógica ou extravagante que esta seja, sempre ele mesmo estará em jogo, admitindo ou rejeitando. Ele estará em jogo, não a sociedade, o inconsciente ou a matéria.

Falemos, pois, da vida humana. Quando me observo, não do ponto de vista fisiológico, mas do ponto de vista existencial, encontro-me inserido em um mundo dado, não construído nem escolhido por mim. Encontro-me em situação com relação a fenômenos que, começando por meu próprio corpo, são inevitáveis. O corpo, como constituinte fundamental de minha existência, é, além disso, um fenômeno homogêneo com o mundo natural no qual atua e sobre o qual o mundo atua. Mas a naturalidade do corpo tem para mim diferenças importantes com relação ao restante dos fenômenos, a saber: 1. o registro imediato que possuo dele; 2. o registro que, através dele, tenho dos fenômenos externos; e 3. a disponibilidade de alguma de suas operações, graças à minha intenção imediata.

2. Natureza, intenção e abertura do ser humano

Mas ocorre que o mundo se apresenta a mim não somente como um conglomerado de objetos naturais, mas também como uma articulação de outros seres humanos e de objetos e signos produzidos ou modificados por eles. A intenção que noto em mim aparece como um elemento interpretativo fundamental do comportamento dos outros e, assim como constitui o mundo social por compreensão de intenções, sou constituído por ele. Certamente, estamos falando de intenções que se manifestam na ação corporal. É graças às expressões corporais ou à percepção da situação na qual o outro se encontra que posso compreender seus significados, sua intenção. Por outro lado, os objetos naturais e humanos aparecem para mim como prazerosos ou dolorosos e trato de me localizar frente a eles, modificando minha situação.

Desse modo, não estou fechado ao mundo do natural e dos outros seres humanos, senão que, precisamente, minha característica é a “abertura”. Minha consciência se configurou intersubjetivamente, já que usa códigos de raciocínio, modelos emotivos, esquemas de ação que registro como “meus”, mas que também reconheço em outros. E, certamente, meu corpo está aberto ao mundo, enquanto o percebo e atuo sobre ele. O mundo natural, diferentemente do humano, aparece para mim sem intenção. Certamente, posso imaginar que as pedras, as plantas e as estrelas possuem intenção, mas não vejo como chegar a um diálogo efetivo com elas. Até mesmo os animais, nos quais, às vezes, capto a chispa da inteligência, aparecem para mim como impenetráveis e em lenta modificação dentro de sua natureza. Vejo sociedades de insetos totalmente estruturadas, mamíferos superiores usando rudimentos técnicos, mas repetindo seus

códigos em lenta modificação genética, como se fossem sempre os primeiros representantes de suas respectivas espécies. E quando comprovo as virtudes dos vegetais e dos animais modificados e domesticados pelo ser humano, observo a intenção deste abrindo caminho e humanizando o mundo.

3. A abertura social e histórica do ser humano

É insuficiente para mim a definição do ser humano por sua sociabilidade, já que isso não o distingue de diversas espécies; tampouco sua força de trabalho é seu aspecto característico, comparada com a de animais mais poderosos; nem sequer a linguagem o define em sua essência, porque sabemos de códigos e formas de comunicação entre diversos animais. No entanto, em cada novo ser humano, ao se encontrar com um mundo modificado por outros e ser constituído por esse mundo intencionado, descubro sua capacidade de acumulação e incorporação temporal, descubro sua dimensão histórico-social, não simplesmente social. Visto dessa maneira, posso tentar uma definição dizendo: o ser humano é o ser histórico cujo modo de ação social transforma sua própria natureza. Se admito o anterior, terei que aceitar que esse ser pode transformar intencionalmente sua constituição física. E isso está acontecendo. Começou com a utilização de instrumentos que, colocados diante de seu corpo como "próteses" externas, permitiram-lhe prolongar sua mão, aperfeiçoar seus sentidos e aumentar sua força e qualidade de trabalho. Ele não estava naturalmente dotado para os meios líquido e aéreo e, no entanto, criou condições para se deslocar por eles, até começar a migrar de seu meio natural, o planeta Terra. Hoje, além disso, está se interiorizando em seu próprio corpo, mudando seus órgãos, alterando sua química cerebral, fecundando *in vitro* e manipulando seus genes. Se com a ideia de "natureza" se quis assinalar o permanente, tal ideia é hoje inadequada, mesmo se aplicada ao mais objetal do ser humano, ou seja, a seu corpo. E no que diz respeito a uma "moral natural", a um "direito natural" ou a "instituições naturais", encontramos, opostamente, que nesse campo tudo é histórico-social, e nada ali existe "por natureza".

4. A ação transformadora do ser humano

Contígua à concepção de natureza humana, operou uma outra que nos falou da passividade da consciência. Essa ideologia considerou o ser humano como uma entidade que atuava em resposta aos estímulos do mundo natural. O que começou em grosseiro sensualismo, pouco a pouco foi substituído por correntes historicistas que conservaram em seu seio a mesma ideia de passividade. E mesmo quando privilegiaram a atividade e a transformação do mundo acima da interpretação de seus feitos, conceberam tal atividade como resultado de condições externas à consciência. Mas aqueles antigos preconceitos a respeito da natureza humana e da passividade da consciência hoje se impõem, transformados em neoevolucionismo com critérios tais como a seleção natural que se estabelece na luta pela sobrevivência do mais apto. Tal concepção zoológica, em sua versão mais recente, ao ser transplantada ao mundo humano superará as dialéticas anteriores de raças e de classes com uma dialética estabelecida segundo leis econômicas "naturais" que autorregulam toda a atividade social. Assim, uma vez mais, o ser humano concreto fica submerso e coisificado.

Mencionamos as concepções que, para explicar o ser humano, começam com generalidades teóricas e sustentam a existência de uma natureza humana e de uma consciência passiva. Em sentido oposto, afirmamos a necessidade de partir da particularidade humana, afirmamos o fenômeno histórico-social e não natural do ser humano, e afirmamos também a atividade de sua consciência transformadora do mundo, de acordo com sua intenção. Vemos sua vida em situação e seu corpo como objeto natural, percebido imediatamente e submetido, também imediatamente, a numerosos ditames de sua intenção. Por conseguinte, as seguintes perguntas se impõem: como a consciência é ativa, quer dizer, como é que pode intencionar sobre o corpo e, através dele, transformar o mundo? Em segundo lugar, como a constituição humana é histórico-social? Essas perguntas devem ser respondidas a partir da existência particular, para não recair em generalidades teóricas a partir das quais logo deriva um sistema de interpretação. Dessa maneira, para responder à primeira pergunta deve-se apreender, com evidência imediata, como a intenção

atua sobre o corpo e, para responder à segunda, haverá que se partir da evidência da temporalidade e da intersubjetividade no ser humano, e não de leis gerais da história e da sociedade. Em nosso trabalho, *Contribuciones al pensamiento*, tratamos de dar resposta precisamente a essas duas perguntas. No primeiro ensaio de *Contribuciones*, estuda-se a função da imagem na consciência, destacando sua aptidão para mover o corpo no espaço. No segundo ensaio do mesmo livro, estudam-se as questões da historicidade e da sociabilidade. A especificidade desses temas nos distancia demasiadamente desta carta, por isso indicamos o material citado. Silo, *Contribuciones al pensamiento*, Editora Planeta, Buenos Aires, 1990

5. A superação da dor e do sofrimento como projetos vitais básicos

Afirmamos em *Contribuciones al pensamiento* que o destino natural do corpo humano é o mundo, e basta ver sua conformação para comprovar essa afirmação. Seus sentidos e seus aparelhos de nutrição, locomoção, reprodução etc. estão naturalmente conformados para estar no mundo, mas, além disso, a imagem lança através do corpo sua carga transformadora; não o faz para copiar o mundo, para ser reflexo da situação dada, senão, inversamente, para modificar a situação previamente dada. Nesse acontecer, os objetos são limitações ou ampliações das possibilidades corporais, e os corpos alheios aparecem como multiplicação dessas possibilidades. No entanto, são governados por intenções que se reconhecem similares às que manejam o próprio corpo. Por que o ser humano necessitaria transformar o mundo e transformar a si mesmo? Pela situação de finitude e carência espaço-temporal em que se encontra e que registra como dor física e sofrimento mental. Assim, a superação da dor não é simplesmente uma resposta animal, mas uma configuração temporal na qual prima o futuro e que se converte em impulso fundamental da vida, mesmo que esta não se encontre urgida em um momento dado. Por isso, além da resposta imediata, reflexa e natural, a resposta diferida para evitar a dor está impulsionada pelo sofrimento psicológico frente ao perigo, e está representada como possibilidade futura ou fato atual no qual a dor está presente em outros seres humanos. A superação da dor aparece, então, como um projeto básico que guia a ação. É isso o que possibilita a comunicação entre corpos e intenções diversas, no que chamamos de “constituição social”. A constituição social é tão histórica como a vida humana, é configuradora da vida humana. Sua transformação é contínua, mas de um modo diferente ao da natureza, porque nesta as mudanças não ocorrem graças a intenções.

6. Imagem, crença, olhar e paisagem

Um dia qualquer, entro em meu quarto e percebo a janela, a reconheço, é conhecida por mim. Tenho uma nova percepção dela, mas, além disso, atuam antigas percepções que, convertidas em imagens, estão retidas em mim. No entanto, observo que em um ângulo do vidro há uma rachadura... “Isso não estava ali”, digo-me, ao comparar a nova percepção com o que retenho de percepções anteriores. Além disso, experimento uma espécie de surpresa. A janela de atos anteriores ficou retida em mim, mas não passivamente como uma fotografia, mas atuante como são atuantes as imagens. O retido atua frente ao que percebo, mesmo que sua formação pertença ao passado. Trata-se de um passado sempre atualizado, sempre presente. Antes de entrar em meu quarto dava por certo, supunha, que a janela devia estar ali em perfeitas condições; não é que estivesse pensando isso, senão que simplesmente contava com isso. A janela em particular não estava presente em meus pensamentos nesse momento, mas estava copresente, estava dentro do horizonte de objetos contidos em meu quarto. É graças à copresença, à retenção atualizada e sobreposta à percepção, que a consciência infere mais do que percebe. Nesse fenômeno encontramos o funcionamento mais elementar da crença. No exemplo, é como se me dissesse: “Eu acreditava que a janela estava em perfeitas condições”. Se ao entrar em meu quarto aparecessem fenômenos próprios de um campo diferente de objetos, por exemplo uma lancha ou um camelo, tal situação surrealista me pareceria inacreditável, não porque esses objetos não existam, mas porque sua localização estaria fora do campo de copresença, fora da paisagem na qual me formei e que atua em mim sobrepondo-se a toda coisa que percebo.

Pois bem, em qualquer instante presente de minha consciência, posso observar o entrecruzamento de retenções e de futurizações que atuam copresentemente e em estrutura. O instante presente se constitui em minha consciência como um campo temporal ativo de três tempos diferentes. As coisas aqui são muito diferentes das que ocorrem no tempo do calendário, no qual o dia de hoje não está tocado pelo de ontem, nem pelo de amanhã. No calendário e no relógio, o “agora” se diferencia do “já não” e do “ainda não” e, além disso, os acontecimentos estão ordenados um ao lado do outro em sucessão linear, e não posso pretender que isso seja uma estrutura, e sim um agrupamento dentro de uma série total à qual chamo de “calendário”. Voltaremos a tratar disso quando considerarmos o tema da historicidade e da temporalidade.

Por enquanto, continuemos com o dito anteriormente a respeito de que a consciência infere mais do que percebe, já que conta com aquilo que, vindo do passado como retenção, sobrepõe-se à percepção atual. Em cada olhar que lanço a um objeto vejo nele coisas deformadas. Não estamos afirmando isso no sentido explicado pela física moderna, que claramente expõe nossa incapacidade para detectar o átomo e o comprimento de onda que está acima e abaixo de nossos limiares de percepção. Estamos dizendo isso com referência à sobreposição que as imagens das retenções e futurizações fazem da percepção. Assim, quando assisto no campo a um formoso entardecer, a paisagem natural que observo não está determinada em si, senão que a determino, constituo-a por um ideal estético ao qual adiro. E essa paz especial que experimento me entrega a ilusão de que contemplo passivamente, quando na realidade estou colocando ativamente ali numerosos conteúdos que se sobrepõem ao simples objeto natural. Isso não vale somente para este exemplo, mas para todo olhar que lanço em direção à realidade.

7. As gerações e os momentos históricos

A organização social tem continuidade e se amplia, mas isso não pode ocorrer somente pela presença de objetos sociais produzidos no passado e que são utilizados para viver o presente e se projetar em direção ao futuro. Tal mecânica é demasiado elementar para explicar o processo da civilização. A continuidade está dada pelas gerações humanas, que não estão dispostas uma ao lado da outra, e sim que, coexistindo, interagem e se transformam. Essas gerações, que permitem continuidade e desenvolvimento, são estruturas dinâmicas, são o tempo social em movimento, sem o qual a civilização cairia em estado natural e perderia sua condição de sociedade. Ocorre, por outro lado, que em todo momento histórico coexistem gerações de distintos níveis temporais, de distintas retenções e futurizações, que configuram paisagens de situações e crenças diferentes. O corpo e o comportamento de crianças e idosos denotam, para as gerações ativas, uma presença da qual se vem e para a qual se vai. Por sua vez, para os extremos dessa tripla relação, também se verificam localizações de temporalidade extremas. Mas isso não permanece jamais detido porque, enquanto as gerações ativas envelhecem e os idosos morrem, as crianças vão se transformando e começam a ocupar posições ativas. Ao mesmo tempo, novos nascimentos reconstituem continuamente a sociedade. Quando, por abstração, “detém-se” o incessante fluir, podemos falar de “momento histórico” no qual todos os membros localizados em um mesmo cenário social podem ser considerados “contemporâneos”, viventes de um mesmo tempo; mas observamos que não são coetâneos, que não têm a mesma idade, a mesma temporalidade interna quanto à paisagem de formação, quanto à situação atual e quanto ao projeto. Na realidade, uma dialética geracional se estabelece entre as “faixas” mais contíguas, que tratam de ocupar a atividade central, o presente social, de acordo com seus interesses e crenças. É a temporalidade social interna que explica estruturalmente o fluir histórico no qual interagem distintas acumulações geracionais e não a sucessão de fenômenos linearmente dispostos um ao lado do outro, como no tempo do calendário, conforme nos explicou uma ou outra Filosofia da História.

Constituído socialmente em um mundo histórico em que vou configurando minha paisagem, interpreto aquilo aonde lanço meu olhar. Existe minha paisagem pessoal, mas também uma paisagem coletiva que responde nesse momento a grandes conjuntos. Como dissemos antes, distintas gerações coexistem em um mesmo tempo presente. Em determinado momento, para exemplificar grosseiramente, existem aqueles que

nasceram antes do transistor e os que o fizeram entre computadores. Numerosas configurações diferem em ambas as experiências, não apenas no modo de atuar, mas também no modo de pensar e sentir... E aquilo que na relação social e no modo de produção funcionava em uma época deixa de fazê-lo lentamente ou, às vezes, de modo abrupto. Esperava-se um resultado no futuro e esse futuro chegou, mas as coisas não resultaram do modo que foram projetadas. Nem aquela ação, nem aquela sensibilidade, nem aquela ideologia coincidem com a nova paisagem que se vai impondo socialmente.

8. A violência, o Estado e a concentração de poder

O ser humano, por sua abertura e liberdade para escolher entre situações, diferir respostas e imaginar seu futuro, pode também negar a si mesmo, negar aspectos do corpo, negá-lo completamente como no suicídio, ou negar outros. Essa liberdade tem permitido que alguns se apropriem ilegitimamente do todo social, isto é, que neguem a liberdade e a intencionalidade de outros, reduzindo-os a próteses, a instrumentos de suas intenções. Aí está a essência da discriminação, sendo sua metodologia a violência física, econômica, racial e religiosa. A violência pode instaurar-se e perpetuar-se graças ao manejo do aparato de regulação e controle social, isto é, o Estado. Conseqüentemente, a organização social requer um tipo avançado de coordenação a salvo de toda concentração de poder, seja esta privada ou estatal. Quando se pretende que a privatização de todas as áreas econômicas coloque a sociedade a salvo do poder estatal, oculta-se que o verdadeiro problema está no monopólio ou oligopólio que translada o poder de mãos estatais para mãos de um Paraestado, manejado não mais por uma minoria burocrática, mas pela minoria particular que aumenta o processo de concentração.

As diversas estruturas sociais, das mais primitivas até as mais sofisticadas, tendem à concentração progressiva até que se imobilizam, e começa sua etapa de dissolução da qual partem novos processos de reorganização em um nível mais alto que o anterior. Desde o começo da história, a sociedade aponta em direção à mundialização, e assim se chegará a uma época de máxima concentração de poder arbitrário, com características de império mundial, já sem possibilidades de maior expansão. O colapso do sistema global ocorrerá pela lógica da dinâmica estrutural de todo sistema fechado, no qual necessariamente tende a aumentar a desordem. Mas assim como o processo das estruturas tende à mundialização, o processo de humanização tende à abertura do ser humano, à superação do Estado e do Paraestado; tende à descentralização e à desconcentração a favor de uma coordenação superior entre particularidades sociais autônomas. Que tudo termine em caos e reinício da civilização, ou comece uma etapa de humanização progressiva, já não dependerá de inexoráveis desígnios mecânicos, senão da intenção dos indivíduos e dos povos, de seu compromisso com a mudança do mundo e de uma ética da liberdade que, por definição, não poderá ser imposta. E se haverá de aspirar já não a uma democracia formal, manejada como até agora pelos interesses das facções, mas a uma democracia real, na qual a participação direta possa realizar-se instantaneamente graças à tecnologia de comunicação, hoje em condições de fazê-lo.

9. O processo humano

Necessariamente, aqueles que têm reduzido a humanidade de outros têm provocado, com isso, nova dor e sofrimento, reiniciando-se no seio da sociedade a antiga luta contra a adversidade natural, mas agora entre aqueles que querem “naturalizar” outros, a sociedade e a História e, por outro lado, os oprimidos que necessitam humanizar-se, humanizando o mundo. Por isso, humanizar é sair da objetificação para afirmar a intencionalidade de todo ser humano e a primazia do futuro sobre a situação atual. É a imagem e representação de um futuro possível e melhor, o que permite a modificação do presente e o que possibilita toda revolução e toda mudança. Por conseguinte, não basta a pressão de condições opressoras para que se coloque em marcha a mudança, senão que é necessário reconhecer que tal mudança é possível e depende da ação humana. Essa não é uma luta entre forças mecânicas, não é um reflexo natural, é uma luta entre intenções humanas. E isso é precisamente o que nos permite falar de opressores e oprimidos, de justos e injustos, de heróis e covardes. É a única coisa que permite praticar com sentido a solidariedade

social e o compromisso com a liberação dos discriminados, sejam estes maiorias ou minorias.

Enfim, considerações mais detalhadas em torno da violência, do Estado, das instituições, da lei e da religião aparecem no trabalho intitulado *A Paisagem Humana*, incluído no livro *Humanizar a Terra*, que indico para não exceder os limites desta carta. Silo, *Humanizar a Terra*, Editora Presságio, São Paulo, 2019

Quanto ao sentido dos atos humanos, não creio que se trate de convulsões sem significado, nem de “paixões inúteis” que terminam no absurdo da dissolução. Creio que o destino da humanidade está orientado pela intenção que, tornando-se cada vez mais consciente nos povos, abre caminho em direção a uma nação humana universal. Do comentado anteriormente surge a evidência de que a existência humana não começa e termina em um círculo vicioso de encerramento e que uma vida que aspire à coerência deve abrir-se, ampliando sua influência em direção a pessoas e âmbitos, promovendo não somente uma concepção ou algumas ideias, mas também ações precisas que ampliem crescentemente a liberdade.

Na próxima carta, sairemos desses temas estritamente doutrinários para referir-nos novamente à situação atual e à ação pessoal no mundo social.

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 19/12/1991

QUINTA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Entre tantas pessoas com preocupações pelo desenvolvimento dos acontecimentos atuais, encontro-me frequentemente com antigos militantes de partidos ou organizações políticas progressistas. Muitos deles ainda não se recuperaram do choque que lhes provocou a queda do “socialismo real”. No mundo todo, centenas de milhares de ativistas optam por confinar-se em suas ocupações cotidianas, dando a entender com tal atitude que seus velhos ideais foram enclausurados. O que para mim tem representado um fato a mais na desintegração das estruturas centralizadas, além do mais esperado durante duas décadas, para eles tem sido uma catástrofe imprevista. No entanto, não é este o momento de envaidecer-se, porque a dissolução dessa forma política gerou um desequilíbrio de forças que deixa passagem livre para um sistema monstruoso em seus procedimentos e em sua direção.

Há alguns anos estive em um ato público no qual velhos operários, mães trabalhadoras com seus filhos e pequenos grupos de jovens erguiam o punho, entoando os acordes de sua canção. Ainda se via o ondular de bandeiras e se escutava o eco de gloriosas palavras de ordem... E, ao ver isso, considerei que tanta vontade, risco, tragédia e esforço movidos por impulsos genuínos se afastavam por um túnel que levava à absurda negação das possibilidades de transformação. Gostaria de ter acompanhado essa cena comovente com um canto aos ideais do velho militante, aquele que, sem pensar em êxitos, mantinha em pé seu orgulho combativo. Tudo aquilo me provocou uma enorme ambiguidade e hoje, à distância, me pergunto: o que aconteceu com tanta gente boa que solidariamente lutava, para além de seus interesses imediatos, por um mundo que acreditava ser o melhor dos mundos? Não penso somente naqueles que pertenciam a partidos políticos mais ou menos institucionalizados, mas em todos os que escolheram colocar sua vida a serviço de uma causa que acreditaram justa. E, certamente, não posso avaliá-los por seus erros, nem os classificar simplesmente como expoentes de uma filosofia política. Hoje é necessário resgatar o valor humano e reanimar ideais em uma direção possível.

Reconsidero o escrito até aqui e peço desculpas aos que, não tendo participado daquelas tendências e atividades, sintam-se indiferentes a essas questões, mas também a eles peço o esforço de levar em conta assuntos que afetam os valores e ideais da ação humana. Este é o tema da carta de hoje, um pouco dura,

mas destinada a remover o derrotismo que parece ter se apoderado da alma militante.

1. A questão mais importante: saber se se quer viver e em quais condições se quer fazê-lo

Milhões de pessoas lutam hoje para subsistir, ignorando se amanhã poderão vencer a fome, a doença, o abandono. São tais suas carências que qualquer coisa que tentem fazer para superar esses problemas complica ainda mais suas vidas. Ficarão imóveis em um suicídio simplesmente postergado? Tentarão atos desesperados? Que tipo de atividade, ou de risco, ou de esperança estarão dispostas a enfrentar? Que fará todo aquele que, por razões econômicas, ou sociais, ou simplesmente pessoais, encontre-se em situação limite? A questão mais importante sempre consistirá em saber se se quer viver e em quais condições.

2. A liberdade humana, fonte de todo sentido

Mesmo aqueles que não se encontrem em situação limite questionarão sua condição atual, formando um esquema de vida futura. Mesmo aquele que prefira não pensar em sua situação ou que transfira a outros essa responsabilidade escolherá um esquema de vida. Assim, a liberdade de escolha é uma realidade desde o momento em que questionamos o fato de viver e pensamos nas condições em que queremos fazê-lo. Que lutemos ou não por esse futuro sempre deixa de pé a liberdade de escolha. E é unicamente esse fato da vida humana o que pode justificar a existência dos valores, da moral, do direito e da obrigação, ao mesmo tempo que permite refutar toda política, toda organização social, todo estilo de vida que se instale sem justificar seu sentido, sem justificar para que serve ao ser humano concreto e atual. Qualquer moral, ou lei, ou constituição social que parta de princípios supostamente superiores à vida humana coloca esta em situação de contingência, negando seu essencial sentido de liberdade.

3. A intenção, orientadora da ação

Nascemos entre condições que não escolhemos. Não escolhemos nosso corpo, nem o meio natural, nem a sociedade, nem o tempo e o espaço que nos tocou, por sorte ou por desgraça. A partir daí, e em algum momento, contamos com liberdade para nos suicidar ou seguir vivendo, e para pensar nas condições em que queremos fazê-lo. Podemos nos rebelar frente a uma tirania e triunfar ou morrer no empreendimento; podemos lutar por uma causa ou facilitar a opressão; podemos aceitar um modelo de vida ou tratar de modificá-lo. Também podemos nos equivocar na escolha. Podemos crer que, aceitando todo o estabelecido em uma sociedade, por mais perverso que seja, adaptamo-nos perfeitamente, e isso nos brinda as melhores condições de vida; ou, de outro modo, podemos supor que, questionando tudo, sem estabelecer diferenças entre o importante e o secundário, ampliamos nosso campo de liberdade, quando, na realidade, nossa influência para mudar as coisas diminui, em um fenômeno de inadaptação acumulativo. Podemos, por último, priorizar a ação, ampliando nossa influência em uma direção possível que dê sentido à nossa existência. Em todos os casos, teremos que escolher entre condições, entre necessidades, e faremos isso de acordo com nossa intenção e com o esquema de vida a que nos propusermos. Certamente, a própria intenção poderá sofrer mudanças em um caminho tão acidentado.

4. O que faremos com nossa vida?

Não podemos fazer-nos essa pergunta em abstrato, senão em relação à situação em que vivemos e às condições em que queremos viver. Por enquanto, estamos em uma sociedade e em relação com outras pessoas, e nosso destino está em jogo com o destino destas. Se acreditamos que tudo está bem no presente e o futuro pessoal e social que entrevemos nos parece adequado, não cabe outra opção senão seguir adiante, talvez com pequenas reformas, mas na mesma direção. Opostamente, se pensamos que vivemos em uma sociedade violenta, desigual e injusta, ferida por crises progressivas que correspondem a uma mudança vertiginosa no mundo, imediatamente refletimos sobre a necessidade de transformações pessoais e sociais profundas. A crise global nos afeta e nos arrasta, perdemos referências estáveis e torna-se cada vez mais difícil planificar nosso futuro. O mais grave é que não podemos levar adiante uma ação de mudança

coerente, porque as antigas formas de luta que conhecíamos fracassaram e porque a desintegração do tecido social impede a mobilização de conjuntos humanos importantes. Certamente, ocorre conosco o mesmo que com todas as pessoas que padecem as dificuldades atuais e intuem que as condições pioram. Ninguém pode nem quer se mover em ações destinadas ao fracasso e, ao mesmo tempo, ninguém pode continuar assim. E o pior é que, com nossa inatividade, estamos deixando a passagem livre para maiores desigualdades e injustiças. Formas de discriminação e atropelo que acreditávamos superadas renascem com força. Se é tal a desorientação e a crise, por que não poderiam servir de referência social novas monstruosidades cujos representantes falem com clareza e determinem o que devemos fazer todos e cada um de nós? Esses primitivismos são hoje mais possíveis que nunca, porque seu discurso elementar se propaga com facilidade e chega até mesmo àqueles que se encontram em situação limite.

Com maior ou menor grau de informação, muita gente sabe que a situação é crítica em termos aproximados aos que estamos utilizando. No entanto, a opção que se está seguindo cada vez com mais vigor é a de se ocupar da própria vida, omitindo-se em relação às dificuldades de outros e ao que acontece no contexto social. Em muitos casos, celebramos as objeções que se faz ao Sistema, mas estamos muito longe de tentar uma mudança de condições. Sabemos que a democracia atual é simplesmente formal e que responde aos ditames dos grupos econômicos. No entanto, lavamos nossa consciência em ridículas votações em partidos majoritários porque sofremos a chantagem de apoiar esse Sistema ou possibilitar o surgimento de ditaduras. *Nem pensamos que o fato de votar e reivindicar o voto a favor dos pequenos partidos pode constituir-se em um fenômeno de interesse para o futuro, do mesmo modo que o apoio à formação de organizações sindicais fora do enquadramento estabelecido pode se converter em fator importante de aglutinação. Rejeitamos o trabalho enraizado em bairros, em povoamentos, em setores sociais e em nosso meio imediato porque o vemos limitado demais, mas sabemos que é ali onde começará a recomposição do tecido social na hora da crise das estruturas centralizadas. Preferimos atender ao jogo de superfície, de cúpulas, de notáveis e de formadores de opinião, em vez de ter o ouvido pronto para escutar a subterrânea reivindicação do povo. Protestamos pela ação massiva dos meios de difusão controlados pelos grupos econômicos, em vez de nos lançarmos a influir nos pequenos meios e em todo espaço disponível de comunicação social. E, se continuamos militando em alguma organização política progressista, nos movemos à procura de algum personagem, mesmo que incoerente, com espaço na imprensa, alguma personalidade que represente nossa corrente porque é mais ou menos aceitável para os meios informativos do Sistema.* No fundo, tudo isso acontece porque acreditamos que estamos vencidos e não nos resta outro recurso senão remoer em silêncio nossa amargura. E essa derrota chamamos de “dedicar-nos à nossa própria vida”. Enquanto isso, “nossa própria vida” acumula contradições e vamos perdendo o sentido e a capacidade de escolha das condições nas quais queremos viver. Por fim, não podemos aceitar ainda a possibilidade de um grande Movimento de mudança que referencie e aglutine os fatores mais positivos da sociedade e, certamente, a decepção nos impede de representar a nós mesmos como protagonistas desse processo de transformação.

5. Os interesses imediatos e a consciência moral

Devemos escolher as condições em que queremos viver. Se atuamos contrariamente ao nosso projeto de vida, não escaparemos à contradição que nos colocará à mercê de uma longa cadeia de acidentes. Nessa direção, qual será o freio que poderemos aplicar aos fatos de nossa própria vida? Somente o dos interesses imediatos. Assim, podemos imaginar numerosas situações limite, das que trataremos de sair sacrificando todo valor e todo sentido, porque nosso interesse primário será o benefício imediato. Para evitar dificuldades, trataremos de nos esquivar de todo compromisso que nos aproxime da situação limite, mas os próprios acontecimentos nos colocarão em posições que não escolheremos. Não se requer uma especial sutileza para compreender o que acontecerá com as pessoas mais próximas de nós, se compartilham a mesma postura. Por que elas não haveriam de escolher contra nós, se estão movidas pelo mesmo

imediatismo? Por que toda uma sociedade não haveria de tomar a mesma direção? Não existiria limite para a arbitrariedade, e o poder injustificado venceria; e faria isso com violência manifesta, se encontrasse resistências – caso contrário, bastaria a persuasão de valores insustentáveis, aos quais teríamos que aderir como justificativa, experimentando no fundo de nossos corações o sem-sentido da vida. Então, haveria triunfado a desumanização da Terra.

Escolher um projeto de vida entre condições impostas está muito distante de ser um simples reflexo animal. Pelo contrário, é a característica essencial do ser humano. Se eliminamos aquilo que o define, deteremos sua história e poderemos esperar o avanço da destruição, em cada passo que se dê. Se ignorarmos o direito de escolher um projeto de vida e um ideal de sociedade, nos encontraremos com caricaturas de Direito, de valor e de sentido. Se tal é a situação, o que podemos sustentar contra toda a neurose e descontrole que começamos a experimentar ao nosso redor? Cada um de nós verá o que faz com sua vida, mas também cada qual deve considerar que suas ações chegarão além de si mesmo, e isso se aplica da menor até a maior capacidade de influência. Ações unitivas, com sentido, ou ações contraditórias ditadas pelo imediatismo são inevitáveis em toda situação na qual se comprometa a direção de vida.

6. O sacrifício dos objetivos em troca de conjunturas que tenham êxito – alguns defeitos habituais

Toda pessoa comprometida com a ação conjunta, todo aquele que atua com outros na concretização de objetivos sociais com sentido deve compreender muitos defeitos que no passado arruinaram as melhores causas. Maquiavelismos ridículos, personalismos acima da tarefa proclamada em conjunto e autoritarismos de todo tipo encham os livros de História e nossa memória pessoal.

Com que direito se utiliza uma doutrina, uma formulação de ações, uma organização humana, deslocando as prioridades que elas expressam? Com que direito propomos a outros um objetivo e um destino, se depois colocamos como valor primário um suposto êxito ou uma suposta necessidade conjuntural? Qual seria a diferença com relação ao pragmatismo que dizemos repudiar? Onde estaria a coerência entre o que pensamos, sentimos e fazemos? *Os manipuladores de todos os tempos têm efetuado a básica fraude moral de apresentar a outros uma imagem futura mobilizadora, guardando para si uma imagem de êxito imediato. Quando se sacrifica a intenção pactuada com outros, abre-se caminho para qualquer traição negociada com o bando que se diz combater. E, nesse caso, justifica-se tal indecência com uma suposta “necessidade” que se tem escondido na proposta inicial.* Que fique claro que não estamos falando da mudança de condições e de táticas, já que todo aquele que participa compreende a relação entre elas e o objetivo mobilizador proposto. Tampouco estamos nos referindo a erros de apreciação que se podem cometer nas implementações concretas. Estamos observando a imoralidade que distorce as intenções e diante da qual é imprescindível estar alerta. É importante estarmos atentos a nós mesmos e esclarecer a outros para que saibam antecipadamente que, ao romper seus compromissos, nossas mãos ficam tão livres quanto as suas.

Certamente, existem distintos tipos de astúcias na utilização das pessoas, e não é possível fazer uma lista completa delas. Tampouco é o caso de convertermo-nos em “censores morais”, porque bem sabemos que por trás dessa atitude está a consciência repressora, cujo objetivo é sabotar toda ação que não controla, imobilizando os companheiros de luta com a desconfiança mútua. Quando se contrabandeiam supostos valores que vêm de outro campo para julgar nossas ações, é bom recordar que essa “moral” está em questionamento e não coincide com a nossa... Como tais valores poderiam estar entre nós?

Por último é importante atender ao gradualismo trapaceiro que se costuma praticar para inserir situações contra os objetivos propostos. Nesse posicionamento se encontra todo aquele que nos acompanha por motivos diferentes aos que expressa. Sua direção mental é torcida desde o começo e apenas espera a oportunidade de se manifestar. Enquanto isso, gradualmente, utilizará códigos manifestos ou dissimulados que correspondem a um sistema de dupla linguagem. Tal atitude quase sempre coincide com a daqueles

que, em nome dessa organização militante, confundem outras pessoas de boa-fé, fazendo a responsabilidade de suas barbaridades cair sobre a cabeça de pessoas autênticas.

Não é o caso de enfatizar o que, há muito tempo, são conhecidos como os “problemas internos” de toda organização humana, mas me parece conveniente mencionar a raiz conjunturalista que atua em tudo isso e que responde à apresentação de uma imagem futura mobilizadora, guardando para si uma imagem de êxito imediato.

7. O Reino do Secundário

É tal a situação atual, que acusadores de todo tipo exigem explicações com tom de fiscais, supondo que se lhes deve demonstrar inocência. O interessante de tudo isso é que sua tática reside em ressaltar o secundário e, conseqüentemente, ocultar as questões primárias. De certo modo, essa atitude nos faz recordar o funcionamento da democracia nas empresas. De fato, os empregados discutem se, no escritório, as escrivanhinhas devem estar longe ou perto das janelas; se devem colocar flores ou cores agradáveis, o que não está mal. Posteriormente votam e, por maioria, se decide o destino dos móveis e da decoração, o que tampouco está mal. Mas na hora de discutir e propor uma votação sobre a direção e as ações da empresa, se instala um silêncio aterrorizante... Imediatamente, a democracia se congela, porque na realidade se está no Reino do Secundário. Não ocorre algo muito diferente com os fiscais do Sistema. De repente, um jornalista se posiciona nesse papel, transformando em suspeito nosso gosto por certas comidas ou exigindo “compromisso” e discussão em torno de questões esportivas, astrológicas ou de catecismo. Certamente, nunca falta alguma acusação grosseira, à qual, se supõe, devemos responder, e não faltam a montagem de contextos, a utilização de palavras carregadas de duplo sentido e a manipulação de imagens contraditórias. É bom recordar que aqueles que se posicionam em um bando oposto a nós têm o direito de que lhes expliquemos por que eles não estão em condições de nos julgar e por que nós temos plena justificação para julgá-los. Em todo caso, são eles que devem defender sua postura de nossas objeções. Certamente, isso dependerá de certas condições e da habilidade pessoal dos opositores, mas não deixa de indignar o fato de ver como alguns, que têm todo o direito de promover a iniciativa, baixam sua cabeça frente a tanta inconsistência. Também é patético observar, na TV, certos líderes com um palavreado engenhoso, dançando como ursos com a apresentadora do programa ou se submetendo a todo tipo de vexame, contanto que figure em primeiro plano. Ao seguir esses maravilhosos exemplos, muita gente bem-intencionada não consegue compreender como é que se deformou ou substituiu sua mensagem na hora de fazê-la chegar a grandes públicos através de certos meios de comunicação. O que se comentou destaca aspectos do Reino do Secundário, que operam deslocando os temas importantes, resultando na desinformação dos públicos que se pretende esclarecer. Curiosamente, muita gente progressista cai nessa armadilha, sem entender muito bem como a aparente publicidade que lhe dão produz efeito contrário. Por fim, não é o caso de deixar no campo oposto posições que defendemos. Qualquer um pode terminar reduzindo nossa postura à simples frivolidade, ao afirmar que ele também é “humanista”, por exemplo, porque se preocupa com o humano; que é “não violento” porque é contra a guerra; que é antidiscriminador porque tem um amigo negro ou comunista; que é ecologista porque tem que cuidar das focas e das praças. Mas, se o pressionam, não poderá justificar a fundo nada do que diz, mostrando seu verdadeiro rosto anti-humanista, violento, discriminador e depredador.

Os comentários anteriores a respeito de algumas expressões do Reino do Secundário não trazem nenhuma novidade, mas, às vezes, vale a pena prevenir os militantes distraídos que, tentando comunicar suas ideias, não percebem o estranho território em que foram capturados.

Espero que saibam desculpar o incômodo de ter lido uma carta que não se refere a seus problemas e interesses. Confio que na próxima possamos continuar com nossas amenidades.

Recebam com esta um grande abraço,

SEXTA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Vários leitores de minhas cartas voltaram a pedir maior definição a respeito da ação social e política e suas perspectivas transformadoras. Em tal situação, poderia me limitar a repetir o que foi dito no começo da primeira carta: “Há algum tempo, recebo correspondência de diversos países, pedindo explicações ou ampliações sobre temas que aparecem em meus livros. Em geral, o que se pede é esclarecimento sobre assuntos bastante concretos como a violência, a política, a economia, a ecologia, as relações sociais e as interpessoais. Como se vê, as preocupações são muitas e diversas, e é claro que nesses campos terão que ser os especialistas os que deem resposta, e certamente não é meu caso.” Mesmo assim, em correspondência posterior, fiz alguns comentários sobre os tópicos citados, mas sem conseguir satisfazer as inquietudes. Como responder àquelas questões na extensão e natureza de uma carta? Desse modo, fui colocado em uma situação difícil.

Como todos sabemos, participo de uma corrente de opinião, de um movimento que, durante três décadas, vem produzindo numerosas instituições e tem se confrontado com ditaduras e injustiças de todo tipo. Sobretudo, tem se confrontado com a desinformação, a calúnia e o silêncio deliberado. De qualquer maneira, o movimento tem se estendido pelo mundo, conservando sua independência, tanto econômica quanto ideológica. Provavelmente, se tivesse se rendido à conveniência, em uma curta e suja especulação, contaria com reconhecimento e imprensa. Mas isso teria consagrado, finalmente, o triunfo do absurdo, a vitória de tudo aquilo contra o que se tem lutado. Em nossa história há sangue, cárceres, deportações e cercos de todo tipo. É necessário recordá-lo. Nosso movimento sempre se sentiu tributário do Humanismo histórico pela ênfase que aquele colocou na liberdade de consciência, na luta contra todo obscurantismo e na defesa dos mais altos valores humanos. Mas, além disso, esse movimento tem produzido trabalhos e estudos suficientes para dar resposta a uma época em que, finalmente, a crise se acelerou. A tais trabalhos e estudos terei que recorrer, explicando, na extensão de uma carta, os temas e propostas fundamentais dos humanistas de hoje.

DOCUMENTO DO MOVIMENTO HUMANISTA

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do Humanismo histórico e se inspiram nas contribuições de distintas culturas, não somente daquelas que neste momento ocupam um lugar central. São, além disso, homens e mulheres que deixam para trás este século e este milênio e se projetam para um novo mundo.

Os humanistas sentem que sua história é muito longa e que seu futuro é ainda mais extenso. Pensam no porvir, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, creem na liberdade e no progresso social.

Os humanistas são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem e atuam em seu meio imediato. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: múltiplo em etnias, em línguas e costumes; múltiplo em localidades, em regiões e autonomias; múltiplo em ideias e aspirações; múltiplo em crenças, em ateísmo e religiosidade; múltiplo em trabalho;

múltiplo em criatividade.

Os humanistas não querem amos; não querem dirigentes nem chefes, nem se sentem representantes nem chefes de ninguém. Os humanistas não querem um Estado centralizado, nem um Paraestado que o substitua. Os humanistas não querem exércitos policiaescos, nem gangues armadas que os substituam.

Mas, entre as aspirações humanistas e as realidades do mundo de hoje, ergueu-se um muro. É chegado, então, o momento de derrubá-lo. Para isso, é necessária a união de todos os humanistas do mundo.

1. O capital mundial

Eis a grande verdade universal: o dinheiro é tudo. O dinheiro é governo, é lei, é poder. É, basicamente, subsistência. Mas, além disso, é a Arte, a Filosofia e a Religião. Nada se faz sem dinheiro. Não há relações pessoais sem dinheiro. Não há intimidade sem dinheiro, e até mesmo a solidão do repouso depende do dinheiro.

Mas a relação com essa “verdade universal” é contraditória. As maiorias não querem esse estado de coisas. Estamos, então, diante da tirania do dinheiro. Uma tirania que não é abstrata, porque tem nome, representantes, executores e procedimentos indubitáveis.

Hoje não se trata de economias feudais, nem de indústrias nacionais, nem sequer de interesses de grupos regionais. Hoje se trata de que aqueles sobreviventes históricos acomodam sua parcela aos ditames do capital financeiro internacional – um capital especulador que vai se concentrando mundialmente. Dessa maneira, até o Estado nacional requer crédito e empréstimo para sobreviver. Todos mendigam por investimento e dão garantias para que o sistema financeiro se encarregue das decisões finais. Está chegando o tempo no qual as próprias empresas, assim como os campos e as cidades, serão propriedade indiscutível do sistema financeiro. Está chegando o tempo do Paraestado, um tempo no qual a antiga ordem deve ser aniquilada.

Paralelamente, a velha solidariedade se evapora. Em síntese, trata-se da desintegração do tecido social e do advento de milhões de seres humanos desconectados e indiferentes entre si, apesar das penúrias gerais. O grande capital domina não somente a objetividade, graças ao controle dos meios de produção, mas também a subjetividade, graças ao controle dos meios de comunicação e informação. Nessas condições, pode dispor, como quiser, dos recursos materiais e sociais, convertendo em irrecuperável a natureza e descartando progressivamente o ser humano. Para isso, conta com tecnologia suficiente. E, assim como tem esvaziado as empresas e os Estados, tem deixado a ciência vazia de sentido, convertendo-a em tecnologia para a miséria, a destruição e o desemprego.

Os humanistas não necessitam de muita argumentação quando enfatizam que, hoje, o mundo está em condições tecnológicas suficientes para solucionar, em pouco tempo, os problemas de vastas regiões, no que diz respeito a pleno emprego, alimentação, saúde, moradia e educação. Se essa possibilidade não se realiza é, principalmente, porque a especulação monstruosa do grande capital a impede.

O grande capital já esgotou a etapa de economia de mercado e começa a disciplinar a sociedade para enfrentar o caos que ele mesmo produziu. Frente a essa irracionalidade, não se levantam dialeticamente as vozes da razão, senão os mais obscuros racismos, fundamentalismos e fanatismos. E se é este neoirracionalismo o que vai liderar regiões e coletividades, a margem de ação para as forças progressistas fica, dia a dia, reduzida. Por outro lado, milhões de trabalhadores têm tomado consciência tanto das ilusões do centralismo estatista, quanto das falsidades da democracia capitalista. E, assim, os operários se levantam contra suas cúpulas sindicais corruptas, do mesmo modo que os povos questionam os partidos e os governos. Mas é necessário dar uma orientação a esses fenômenos que, de outro modo, se cristalizarão em ações espontâneas sem progresso. É necessário discutir no seio do povo os temas fundamentais dos fatores da produção.

Para os humanistas, existem como fatores da produção o trabalho e o capital, e sobram a especulação e a usura. Na atual situação, os humanistas lutam para que a absurda relação que tem existido entre esses

dois fatores seja absolutamente transformada. Até agora, impôs-se que o ganho seja para o capital e o salário para o trabalhador, justificando tal desequilíbrio com o “risco” por parte de quem faz o investimento... Como se todo trabalhador não arriscasse seu presente e seu futuro no vai-e-vem do desemprego e da crise. Mas, além disso, está em jogo a gestão e a decisão no manejo da empresa. O lucro não destinado ao investimento na empresa, não dirigido a sua expansão ou diversificação, é aplicado na especulação financeira. O lucro que não cria novas fontes de trabalho é aplicado na especulação financeira. Por isso, a luta dos trabalhadores deverá orientar-se a obrigar o capital a atingir seu máximo rendimento produtivo. Mas isso não poderá implementar-se a menos que a gestão e a direção sejam compartilhadas. De outro modo, como se poderiam evitar a demissão em massa, o fechamento e o esvaziamento das empresas? Porque o grande dano está no subinvestimento, na falência fraudulenta, no endividamento forçado e na fuga do capital, não nos ganhos que se possam obter como consequência do aumento da produtividade. E, caso se insista no confisco dos meios de produção por parte dos trabalhadores, seguindo os ensinamentos do século XIX, deveria ser considerado, também, o recente fracasso do socialismo real.

No que diz respeito à objeção de que enquadrar o capital, assim como o trabalho está enquadrado, produz sua fuga a pontos e áreas mais proveitosas, é preciso esclarecer que isso não acontecerá por muito tempo mais, já que a irracionalidade do esquema atual o leva a sua saturação e à crise mundial. Essa objeção, além do reconhecimento de uma imoralidade radical, desconhece o processo histórico da transferência do capital para o sistema financeiro, resultando disso que o próprio empresariado vai se convertendo em empregado sem decisão dentro de uma corrente na qual aparenta autonomia. Por outro lado, à medida em que se acentue o processo recessivo, o próprio empresariado começará a considerar estes pontos.

Os humanistas sentem a necessidade de atuar não somente no campo do trabalho, mas também no campo político, para impedir que o Estado seja um instrumento do capital financeiro mundial, para conseguir que a relação entre os fatores da produção seja justa e para devolver à sociedade sua autonomia roubada.

2. A democracia formal e a democracia real

O edifício da democracia tem sido gravemente atingido ao se racharem suas bases principais: a independência entre poderes, a representatividade e o respeito às minorias.

A teórica independência entre os poderes é um contrassenso. Basta pesquisar, na prática, a origem e a composição de cada um deles para comprovar as íntimas relações que os unem. Não poderia ser de outro modo. Todos fazem parte de um mesmo sistema. Dessa maneira, as frequentes crises em que uns avançam sobre os outros, de sobreposição de funções, de corrupção e irregularidades, correspondem à situação global, econômica e política de determinado país.

No que diz respeito à representatividade, desde a época da extensão do sufrágio universal, pensou-se que existia somente um ato entre a eleição e a conclusão do mandato dos representantes do povo. Mas, à medida que o tempo passa, claramente se vê que existe um primeiro ato, através do qual muitos elegem poucos, e um segundo ato, no qual estes poucos traem aqueles muitos, representando interesses alheios ao mandato recebido. Esse mal se incuba nos partidos políticos, reduzidos a cúpulas separadas das necessidades do povo. Na própria máquina partidária, os grandes interesses financiam candidatos e ditam as políticas que estes deverão seguir. Tudo isso evidencia uma profunda crise no conceito e na implementação da representatividade.

Os humanistas lutam para transformar a prática da representatividade, dando a maior importância à consulta popular, ao plebiscito e à eleição direta dos candidatos. Isso porque ainda existem, em diversos países, leis que subordinam candidatos independentes a partidos políticos, ou melhor, a subterfúgios e limitações econômicas para se apresentarem perante a vontade da sociedade. Toda Constituição ou lei que se oponha à capacidade plena do cidadão de eleger e ser eleito burla a raiz da democracia real, que está acima de toda regulação jurídica. E, no que se refere à igualdade de oportunidades, os meios de difusão devem se colocar a serviço da população no período eleitoral no qual os candidatos expõem suas propostas,

outorgando a todos exatamente as mesmas oportunidades. Por outro lado, devem ser impostas leis de responsabilidade política, mediante as quais todo aquele que não cumpra com o prometido a seus eleitores arrisque-se à perda de prerrogativas, à destituição ou ao julgamento político. Isso porque o outro expediente, o que atualmente é sustentado, mediante o qual os indivíduos ou os partidos que não cumprirem suas promessas sofrerão o castigo das urnas em eleições futuras, não interrompe, em absoluto, o segundo ato de traição aos representados. No que diz respeito à consulta direta sobre os temas de urgência, cada dia existem mais possibilidades para sua implementação tecnológica. Não é o caso de priorizar as consultas e as pesquisas manipuladas, mas sim de facilitar a participação e o voto direto através de meios eletrônicos e computadorizados avançados.

Em uma democracia real, deve-se dar às minorias as garantias que sua representatividade merece, mas, além disso, deve-se levar ao extremo toda medida que favoreça, na prática, sua inserção e desenvolvimento. Hoje, as minorias perseguidas pela xenofobia e pela discriminação pedem, angustiadamente, seu reconhecimento e, nesse sentido, é responsabilidade dos humanistas elevar esse tema ao nível das discussões mais importantes, encabeçando a luta em cada lugar até vencer os neofascismos abertos ou encobertos. Em síntese, lutar pelos direitos das minorias é lutar pelos direitos de todos os seres humanos.

Mas também acontece que, no conglomerado de um país, províncias inteiras, regiões ou autonomias padecem da mesma discriminação sofrida pelas minorias, graças à compulsão do Estado centralizado, que hoje é instrumento insensível nas mãos do grande capital. E isso deverá cessar quando se impulsiona uma organização federativa, na qual o poder político real volte para as mãos de tais entidades históricas e culturais.

Em síntese, priorizar os temas do capital e do trabalho, os temas da democracia real e os objetivos da descentralização do aparato estatal é encaminhar a luta política em direção à criação de um novo tipo de sociedade, uma sociedade flexível e em constante mudança, de acordo com as necessidades dinâmicas dos povos, hoje asfixiados pela dependência.

3. A posição humanista

A ação dos humanistas não se inspira em teorias fantasiosas sobre Deus, a Natureza, a Sociedade ou a História. Ela parte das necessidades da vida, que consistem em afastar a dor e aproximar o prazer. Mas a vida humana agrega às necessidades sua previsão do futuro, baseando-se na experiência passada e na intenção de melhorar a situação atual. Sua experiência não é simples produto de seleções ou acumulações naturais e fisiológicas, como acontece em todas as espécies, e sim experiência social e experiência pessoal direcionadas a superar a dor atual e a evitá-la no futuro. Seu trabalho, acumulado em produções sociais, passa e se transforma de geração em geração, em contínua luta para melhorar as condições naturais, mesmo as do próprio corpo. Por isso, deve-se definir o ser humano como histórico e com um modo de ação social capaz de transformar o mundo e sua própria natureza. E, cada vez que um indivíduo ou um grupo humano se impõe violentamente sobre outros, consegue deter a história, convertendo suas vítimas em objetos “naturais”. A natureza não tem intenções, então, ao negar a liberdade e as intenções de outros, acaba-se por convertê-los em objetos naturais, em objetos de uso.

O progresso da humanidade, em lenta ascensão, necessita transformar a natureza e a sociedade, eliminando a violenta apropriação animal de alguns seres humanos por outros. Quando isso acontecer, passaremos da pré-história para uma plena história humana. Entretanto, não se pode partir de outro valor central que o do ser humano pleno em suas realizações e em sua liberdade. Por isso, os humanistas proclamam: “Nada acima do ser humano e nenhum ser humano abaixo de outro”. Se colocamos como valor central Deus, o Estado, o Dinheiro ou qualquer outra entidade, subordinamos o ser humano, criando condições para seu posterior controle ou sacrifício. Os humanistas têm claro esse ponto. Os humanistas são ateus ou teístas, mas não partem de seu ateísmo ou de sua fé para fundamentar sua visão do mundo e sua ação; partem do ser humano e de suas necessidades imediatas. E se, em sua luta por um mundo

melhor, acreditam descobrir uma intenção que move a História em direção progressiva, colocam essa fé ou esse descobrimento a serviço do ser humano.

Os humanistas enfatizam o problema básico: saber se se quer viver e decidir em que condições fazê-lo.

Todas as formas de violência física, econômica, racial, religiosa, sexual e ideológica, graças às quais se tem travado o progresso humano, causam repugnância aos humanistas. Toda forma de discriminação, manifesta ou encoberta, é motivo de denúncia para os humanistas.

Os humanistas não são violentos, mas, sobretudo, não são covardes, nem temem enfrentar a violência, porque sua ação tem sentido. Os humanistas conectam sua vida pessoal com a social. Não propõem falsas antíteses, e nisso se baseia sua coerência.

Assim está traçada a linha divisória entre o Humanismo e o Anti-Humanismo. O Humanismo coloca como prioritária a questão do trabalho frente ao grande capital; a questão da democracia real frente à democracia formal; a questão da descentralização frente à centralização; a questão da antidiscriminação frente à discriminação; a questão da liberdade frente à opressão; a questão do sentido da vida frente à resignação, à cumplicidade e ao absurdo.

O Humanismo possui a única ética válida do momento atual porque se baseia na liberdade de escolha. Além disso, porque crê na intenção e na liberdade, distingue entre o erro e a má-fé, entre o equivocado e o traidor.

4. Do humanismo ingênuo ao humanismo consciente

É na base social, nos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores, onde o Humanismo deve converter o simples protesto em força consciente orientada à transformação das estruturas econômicas.

No que diz respeito aos membros combativos das organizações sindicais e aos membros de partidos políticos progressistas, sua luta será coerente na medida em que tentem transformar as cúpulas das organizações em que participam, dando às suas coletividades uma orientação que coloque em primeiro lugar e por cima de reivindicações imediatistas as propostas de fundo que o Humanismo propõe.

Amplios setores de estudantes e professores, normalmente sensíveis à injustiça, irão tornando consciente sua vontade de mudança na medida em que a crise geral do sistema os afete. E, certamente, o pessoal da imprensa, em contato com a tragédia cotidiana, está hoje em condições de atuar em direção humanista, assim como setores da intelectualidade, cuja produção está em contradição com as pautas promovidas por este sistema inumano.

São numerosas as posturas que, tendo por base o fato do sofrimento humano, convidam à ação desinteressada a favor dos desfavorecidos ou dos discriminados. Associações, grupos voluntários e setores importantes da população se mobilizam, em várias ocasiões, fazendo sua contribuição positiva. Sem dúvida que uma de suas contribuições consiste em gerar denúncias sobre esses problemas. No entanto, tais grupos não propõem sua ação em termos de transformação das estruturas que dão lugar a esses males. Essas posturas inscrevem-se mais no Humanitarismo do que no Humanismo consciente. Nelas já se encontram protestos e ações específicas suscetíveis de serem aprofundadas e estendidas.

5. O campo anti-humanista

Na medida em que as forças mobilizadas pelo grande capital vão asfixiando os povos, surgem posturas incoerentes que começam a se fortalecer com a explosão desse mal-estar, canalizando-o na direção de falsos culpados. Na base desses neofascismos está uma profunda negação dos valores humanos. Também em certas correntes ecologistas desviantes se aposta, em primeiro lugar, na natureza em vez do ser humano. Já não pregam que o desastre ecológico é desastre justamente porque coloca a humanidade em perigo, e sim porque o ser humano tem atentado contra a natureza. Segundo algumas dessas correntes, o ser humano está contaminado e, por isso, contamina a natureza. Melhor seria, para eles, que a medicina não houvesse tido êxito no combate às enfermidades e no prolongamento da vida. “A Terra primeiro” gritam, histericamente, lembrando as proclamações do nazismo. Daí à discriminação de culturas que contaminam,

de estrangeiros que sujam e poluem, é um curto passo. Essas correntes se inscrevem também no Anti-humanismo porque, no fundo, depreciam o ser humano. Seus mentores depreciam a si mesmos, refletindo as tendências niilistas e suicidas em voga.

Uma faixa importante de gente perceptiva também adere ao ecologismo porque entende a gravidade do problema que este denuncia. Mas, se esse ecologismo tomar o caráter humanista que lhe corresponde, orientará a luta contra os promotores da catástrofe, a saber: o grande capital e a cadeia de indústrias e empresas destrutivas, parentes próximas do complexo militar-industrial. Antes de se preocupar com as focas, sua preocupação será a fome, o aglomeramento urbano, a mortalidade infantil, as enfermidades, os déficits sanitários e habitacionais em muitas partes do mundo. E denunciará o desemprego, a exploração, o racismo, a discriminação e a intolerância em um mundo tecnologicamente avançado. Mundo que, por outro lado, está criando os desequilíbrios ecológicos em função de seu crescimento irracional.

Não é necessário se estender demasiadamente na consideração das direitas como instrumentos políticos do Anti-humanismo. Nelas, a má-fé chega a níveis tão altos que, periodicamente, apresentam-se como representantes do “Humanismo”. Nessa direção, não tem faltado a astuta clericalha que tem pretendido teorizar com base em um ridículo “Humanismo Teocêntrico”(?). Essa gente, inventora de guerras religiosas e inquisições, essa gente que foi carrasco dos pais históricos do humanismo ocidental tem atribuído a si virtudes de suas vítimas, chegando inclusive a “perdoar os desvios” daqueles humanistas históricos. Tão grande é a má-fé e a pirataria na apropriação das palavras, que os representantes do Anti-humanismo vêm tentando se revestir com o nome de “humanistas”.

Seria impossível fazer um inventário dos recursos, instrumentos, formas e expressões dos quais dispõe o Anti-humanismo. Em todo caso, esclarecer sobre suas tendências mais dissimuladas contribuirá para que muitos humanistas espontâneos ou ingênuos revisem suas concepções e o significado de sua prática social.

6. As frentes de ação humanistas

O Humanismo organiza frentes de ação no campo trabalhista, habitacional, sindical, político e cultural, com a intenção de ir assumindo caráter de movimento social. Ao proceder assim, cria condições de inserção das diferentes forças, grupos e indivíduos progressistas, sem que estes percam sua identidade nem suas características particulares. O objetivo de tal movimento consiste em promover a união de forças capazes de influir crescentemente sobre vastos setores da população, orientando, com sua ação, a transformação social.

Os humanistas não são ingênuos nem se satisfazem com declarações próprias de épocas românticas. Nesse sentido, não consideram suas propostas como a expressão mais avançada da consciência social, nem pensam sua organização em termos indiscutíveis. Os humanistas não fingem ser representantes das maiorias. Em todo caso, atuam de acordo com seu parecer mais justo, apontando as transformações que creem serem mais adequadas e possíveis neste momento em que vivem.

Acredito que poderemos continuar com outros assuntos na próxima carta.

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 05/04/1993

SÉTIMA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Hoje falaremos da revolução social. Como isso é possível? Alguns intelectuais nos dizem que a palavra

“revolução” caiu em desuso com o fracasso do “socialismo real”. Possivelmente, em suas cabeças sempre residiu a crença de que as revoluções anteriores a 1917 eram preparativos para a revolução “de verdade”. Está claro que, se fracassou a revolução “de verdade”, já não se pode voltar ao tema. Como de costume, os intelectuais exercitam a censura ideológica e se atribuem a prerrogativa de outorgar, ou não, visto de cidadania às modas e às palavras. Esses funcionários do espírito (melhor dizendo, dos meios de comunicação) mantêm diferenças diametrais conosco: eles pensavam que o monolitismo soviético era eterno e que agora o triunfo do capitalismo é uma realidade inamovível. Eles davam por estabelecido que o substancial de uma revolução era o derramamento de sangue, que o cenário imprescindível eram as bandeiras ao vento, as marchas, os gestos e os discursos inflamados. Em sua paisagem de formação sempre atuou o cinema e a moda Pierre Cardin. Hoje, por exemplo, quando pensam no Islã, imaginam uma moda feminina que lhes inquieta e, quando falam do Japão, não deixam de se alterar porque, além da proposta econômica, está o quimono, sempre a ponto de ser exumado. Se quando eram crianças se nutriram de filmes e livros de piratas, depois se sentiram atraídos por Katmandu, pelo *tour* às ilhas, pela defesa ecológica e pela moda “natural”; se, entretanto, saborearam os faroestes e as cenas de ação, propuseram depois o progresso em termos de guerra competitiva ou a revolução em termos de pólvora.

Estamos imersos em um mundo de códigos de comunicação de massa, em que os formadores de opinião nos impõem sua mensagem através de jornais, revistas e rádios; no qual os escritores de inteligência débil determinam os temas que devem ser discutidos; no qual as pessoas sensatas nos informam e esclarecem sobre o mundo atual... Diante das câmeras, apresenta-se diariamente a corporação de opinantes. Ali, ordenadamente, a palavra passa da psicóloga para o sociólogo, o cientista político, o estilista, a jornalista que entrevistou Kadafi e o inefável astrólogo. Logo, todos gritam em uníssono: “Revolução? Você está completamente *démodé!*” Enfim, a opinião pública (isto é, a que se publica) sustenta que tudo tende a melhorar, apesar de alguns inconvenientes, e certifica, além do mais, a morte da revolução.

Que conjunto de ideias bem articuladas vem se apresentando que desqualifique o processo revolucionário no mundo atual? Só se apresentaram opiniões superficiais. Não há, portanto, concepções vigorosas que mereçam ser discutidas com rigor.

Passemos de uma vez a questões importantes.

1. Caos destrutivo ou revolução

Nesta série de cartas, temos feito vários comentários a respeito da situação geral que estamos vivendo. Como consequência dessas descrições, chegamos à seguinte dicotomia: ou somos arrastados por uma tendência cada vez mais absurda e destrutiva, ou damos aos acontecimentos um sentido diferente. Por trás dessa apresentação está operando a dialética da liberdade frente ao determinismo; a busca humana da opção e o compromisso frente aos processos mecânicos, cujo destino é desumanizante. Desumanizante é a concentração do grande capital até seu colapso mundial. Desumanizante será o mundo resultante, convulsionado pela fome, pelas migrações, guerras e lutas intermináveis, insegurança cotidiana, arbitrariedade generalizada, caos, injustiça, restrição da liberdade e triunfo de novos obscurantismos. Desumanizante será voltar a girar em círculos até o surgimento de outra civilização que repita os mesmos estúpidos passos da engrenagem... se é que isso será possível após a derrubada desta primeira civilização planetária que, nesse momento, começa a se configurar. Mas, nesta longa história, a vida das gerações e dos indivíduos é tão breve e tão imediata que cada qual vê o destino geral como seu destino particular ampliado, e não seu destino particular como destino geral restringido. Assim, é muito mais convincente o que a cada pessoa cabe viver hoje do que aquilo que viverá amanhã ou do que aquilo que seus filhos viverão amanhã. E, certamente, é tal a urgência de milhões de seres humanos que não lhes resta horizonte para considerar um hipotético futuro que possa sobreviver. Demasiada tragédia existe neste preciso instante, e isto é mais que suficiente para lutar por uma mudança profunda de situação. Porque, então, mencionamos o amanhã, se as urgências de hoje são de tal magnitude? Simplesmente porque cada vez mais se manipula

a imagem do futuro e se induz a aguentar a situação atual, como se fosse uma crise insignificante e suportável. “Todo ajuste econômico” – teorizam – “tem um custo social.” “É lamentável” – dizem – “que, para que todos estejamos bem no futuro, vocês tenham que padecer no presente.” “Por acaso antes” – perguntam – “havia essa tecnologia e essa medicina nos lugares de maior abundância? Já chegará a vez de vocês, também!” – afirmam.

E, enquanto nos postergam, esses que prometeram progresso para todos continuam aumentando o fosso que separa as minorias opulentas das maiorias cada vez mais castigadas. Essa ordem social nos encerra em um círculo vicioso que se realimenta e se projeta a um sistema global do qual nenhum ponto do planeta pode escapar. Mas também está claro que em todos os lugares se começa a deixar de acreditar nas promessas da cúpula social, radicalizam-se posições e começa a agitação geral. Lutaremos todos contra todos? Lutarão umas culturas contra outras, uns continentes contra outros, umas regiões contra outras, umas etnias contra outras, uns vizinhos contra outros e uns familiares contra outros? Iremos para um espontaneísmo sem direção, como animais feridos que se agitam de dor, ou somaremos todas as diferenças, bem-vindas sejam, em direção à revolução mundial? O que estou querendo formular é que está se apresentando a dicotomia do simples caos destrutivo ou da revolução como direção que supere as diferenças dos oprimidos. Estou dizendo que a situação mundial e particular de cada indivíduo será mais conflitiva a cada dia e que deixar o futuro nas mãos dos que têm dirigido esse processo até hoje é suicida. Estes já não são os tempos em que se podia varrer com toda oposição e proclamar no dia seguinte: “a paz reina em Varsóvia”. Estes já não são os tempos nos quais os 10% da população podiam dispor, sem limite, dos 90% restantes. Nesse sistema que começa a ser mundialmente fechado, ao não existir uma clara direção de mudança, tudo fica por conta da simples acumulação de capital e poder. O resultado é que em um sistema fechado não se pode esperar outra coisa senão a desordem da mecânica geral. O paradoxo do sistema nos informa que, ao pretender ordenar a desordem crescente, a desordem se acelerará. Não há outra saída senão revolucionar o sistema, abrindo-o à diversidade das necessidades e aspirações humanas. Formuladas as coisas nesses termos, o tema da revolução adquire uma grandeza inusitada e uma projeção que não pôde ter em épocas anteriores.

2. De qual revolução estamos falando?

Em carta anterior, fixamos posições sobre as questões do trabalho frente ao grande capital; da democracia real frente à formal; da descentralização frente à centralização; da antidiscriminação frente à discriminação; da liberdade frente à opressão. Se, no momento atual, o capital vai se transferindo gradualmente para o sistema financeiro, se o sistema financeiro vai se apoderando das empresas, dos países, das regiões e do mundo, a revolução implica a apropriação do sistema financeiro de tal maneira que este preste seu serviço sem visar, em troca, juros que, por si, são usurários. Se, na constituição de uma empresa, o capital visa lucros e o trabalhador, salário ou remuneração e se, na empresa, a gestão e decisão estão nas mãos do capital, a revolução implica que os lucros sejam investidos na produção, sejam diversificados ou sejam utilizados na criação de novas fontes de trabalho, e que a gestão e a decisão sejam compartilhadas entre o trabalho e o capital. Se as regiões ou estados de um país estão atadas à decisão central, a revolução implica a desestruturação desse poder, de maneira que as entidades regionais conformem uma república federativa e que o poder dessas regiões seja igualmente descentralizado, favorecendo a base distrital de onde partiria toda representatividade eleitoral. Se a saúde e a educação são tratadas de modo desigual para os habitantes de um país, a revolução implica educação e saúde gratuitas para todos, porque, definitivamente, esses são os dois valores máximos da revolução, e eles deverão substituir o paradigma da sociedade atual dado pela riqueza e pelo poder. *Colocando tudo em função da saúde e da educação, os complexíssimos problemas econômicos e tecnológicos da sociedade atual terão o parâmetro correto para seu tratamento.* Parece-nos que procedendo de modo inverso não se chegará a configurar uma sociedade com possibilidades evolutivas. O grande argumento do capitalismo é colocar tudo

em dúvida, perguntando sempre de onde sairão os recursos e como aumentará a produtividade, dando a entender que os recursos saem dos empréstimos bancários e não do trabalho do povo. Além disso, de que serve a produtividade se logo some das mãos de quem produz? Nada de extraordinário nos diz o modelo que funcionou por algumas décadas em certas partes do mundo e que hoje começa a se desarticular. Que a saúde e a educação desses países melhorem extraordinariamente é algo que se está por ver à luz do crescimento das pragas, não somente físicas, mas também psicossociais. Se faz parte da educação a formação de um ser humano autoritário, violento e xenófobo; se faz parte de seu progresso em termos de saúde o aumento do alcoolismo, do consumo de drogas e do suicídio, então de nada vale esse modelo. Continuaremos admirando os institutos de educação organizados, os hospitais bem equipados e, além disso, faremos com que estes estejam a serviço do povo sem distinções. Quanto ao conteúdo e significado da saúde e da educação, há muito o que se discutir com o sistema atual.

Falamos de uma revolução social que modifique drasticamente as condições de vida do povo, de uma revolução política que altere a estrutura do poder e, por fim, de uma revolução humana que crie seus próprios paradigmas em substituição aos decadentes valores atuais. *A revolução social a que aponta o Humanismo passa pela tomada do poder político para realizar as transformações correspondentes, mas a tomada desse poder não é um objetivo em si.* Por outro lado, a violência não é um componente essencial dessa revolução. De que valeria a repugnante prática da execução e o cárcere para o inimigo? Qual seria a diferença com os opressores de sempre? A revolução da Índia anticolonialista se produziu por pressão popular e não por violência; foi uma revolução inconclusa determinada por seu ideário curto, mas ao mesmo tempo mostrou uma nova metodologia de ação e luta. A revolução contra a monarquia iraniana foi desencadeada por pressão popular, nem sequer pela tomada dos centros de poder político, já que esses foram se “esvaziando”, até deixar de funcionar... mas em seguida a intolerância arruinou tudo. E, assim, é possível a revolução por distintos meios, inclusive o triunfo eleitoral, mas a transformação drástica das estruturas é algo que, de qualquer maneira, deve-se colocar em andamento de imediato, começando pelo estabelecimento de uma nova ordem jurídica que, entre outros tópicos, mostre claramente as novas relações sociais de produção, que impeça toda arbitrariedade e que regule o funcionamento daquelas estruturas do passado, ainda aptas a serem melhoradas.

As revoluções que hoje agonizam ou as novas que estão surgindo não chegarão além do testemunhal dentro de uma ordem estancada, não chegarão além do tumulto organizado, se não avançarem na direção proposta pelo Humanismo, isto é, na direção de um sistema de relações sociais cujo valor central seja o ser humano e não qualquer outro, como, por exemplo, a “produção”, a “sociedade socialista” etc. Mas colocar o ser humano como valor central implica uma ideia totalmente diferente da que hoje se entende, precisamente, por “ser humano”. Os esquemas de compreensão atuais ainda estão muito distantes da ideia e da sensibilidade necessárias para apreender a realidade do humano. No entanto, e é necessário esclarecer isso, também começa a esboçar-se uma certa recuperação da inteligência crítica fora dos moldes aceitos pela engenhosidade superficial da época. Em G. Petrovic, para citar um caso, encontramos uma concepção precursora do que estamos expondo. Ele define a revolução como a “criação de um modo de ser essencialmente distinto, diferente de todo ser não humano, anti-humano e ainda não completamente humano”. Petrovic termina identificando a revolução como a mais alta forma de ser, como ser em plenitude e como Ser-em-Liberdade (tese sobre “a necessidade de um conceito de revolução”, 1977, A Filosofia e as Ciências Sociais, congresso de Morelia de 1975).

Não se deterá a onda revolucionária que está em andamento como expressão do desespero das maiorias oprimidas. Mas isso ainda não será suficiente, já que a direção adequada desse processo não ocorrerá somente pela mecânica da “prática social”. *Sair do campo da necessidade para o campo da liberdade por meio da revolução é o imperativo desta época, na qual o ser humano está enclausurado. As futuras revoluções, se é que irão além das quarteladas, dos golpes palacianos, das reivindicações de classe, ou de etnia, ou de religião, terão de assumir um caráter transformador inclusivo, com base na essencialidade*

humana. A partir daí, além das mudanças que se produzam nas situações concretas dos países, seu caráter será universalista e seu objetivo, mundializador. Por conseguinte, quando falamos de “revolução mundial” compreendemos que qualquer revolução humanista, ou que se transforme em humanista, ainda que seja realizada em uma situação restrita, carregará o caráter e o objetivo que a projetará para além de si mesma. E essa revolução, por mais insignificante que seja o lugar em que se produza, comprometerá a essencialidade de todo ser humano. A revolução mundial não pode ser proposta em termos de êxito, e sim em sua real dimensão humanizadora. Portanto, o novo tipo de revolucionário que corresponde a esse novo tipo de revolução torna-se, por essência e por atividade, humanizador do mundo.

3. As frentes de ação no processo revolucionário

Gostaria agora de me estender em algumas considerações práticas a respeito da criação das condições necessárias para a unidade, organização e crescimento de uma força social suficiente que possa se posicionar em direção a um processo revolucionário.

A antiga tese frentista de acumulação de forças progressistas baseada no acordo sobre pontos mínimos termina hoje na prática da “colagem” de dissidências partidárias sem inserção social. Desse modo, resulta uma acumulação de contradições entre cúpulas que apontam para o protagonismo jornalístico e a promoção eleitoral. Nas épocas em que um partido com recursos econômicos suficientes podia tornar hegemônica a fragmentação, a proposição das “frentes” eleitorais era viável. Hoje, a situação mudou drasticamente e, no entanto, a esquerda tradicional continua com tais procedimentos, como se nada tivesse acontecido. Faz-se necessário revisar a função do partido no momento atual e se perguntar se os partidos políticos são as estruturas capazes de colocar em andamento a revolução. Porque se o sistema terminou metabolizando os partidos, convertendo-os em “cascas” de uma ação controlada pelos grandes capitais e pelo sistema financeiro, um partido superestrutural sem base humana poderá se aproximar do poder formal (não do poder real), sem por isso introduzir a menor variação de fundo. A ação política exige, por enquanto, a criação de um partido que obtenha representatividade eleitoral em distintos níveis. Mas deve estar claro desde o primeiro momento que essa representatividade tem por objetivo orientar o conflito até o seio do poder estabelecido. Nesse contexto, um membro do partido que obtém representatividade popular não é funcionário público, mas sim uma referência que evidencia as contradições do sistema e organiza a luta em direção à revolução. Em outras palavras, o trabalho político institucional ou partidário é entendido aqui como a expressão de um fenômeno social amplo que possui sua própria dinâmica. Assim, o partido pode desenvolver sua máxima atividade em épocas eleitorais, mas as distintas frentes de ação, que ocasionalmente lhe servem de base, utilizam o próprio fato eleitoral para destacar conflitos e ampliar sua organização. Há aqui diferenças importantes com a concepção tradicional de partido. De fato, até algumas décadas atrás, pensava-se que o partido era a vanguarda de luta que organizava diferentes frentes de ação. Aqui se está propondo tudo em sentido inverso. São as frentes de ação que organizam e desenvolvem a base de um movimento social, e o partido é a expressão institucional desse movimento. Por sua vez, o partido deve criar condições de inserção para outras forças políticas progressistas, já que não pode pretender que aquelas percam sua identidade fundindo-se em seu seio. O partido deve ir além de sua própria identidade, formando com outras forças uma “frente” mais ampla que insira todos os fatores progressistas fragmentados. Mas não se passará do acordo de cúpulas se o partido não contar com uma base real que oriente esse processo. Por outro lado, essa proposta não é reversível no sentido de que o partido faça parte de uma frente que outras superestruturas organizem. Haverá frente política com outras forças, caso estas aceitem as condições que o partido estabelece, cuja força real está dada pela organização de base. Passemos, pois, a considerar as distintas frentes de ação.

É necessário que diferentes frentes de ação realizem seu trabalho na base administrativa dos países, apontando para o bairro ou município. Devem se desenvolver na área, fixando frentes de ação trabalhistas e de moradia, *comprometendo a ação com conflitos reais devidamente priorizados. Esse último ponto*

significa que a luta pela reivindicação imediata não tem significado se ela não leva ao crescimento organizativo e posicionamento para passos posteriores. Está claro que todo conflito deve ser explicado em termos relacionados diretamente com o nível de vida, com a saúde e a educação da população (coerentemente, os trabalhadores da saúde e da educação devem se transformar em simpatizantes imediatos e, posteriormente, em quadros necessários para a organização direta da base social).

No que diz respeito às organizações sindicais, apresenta-se aqui o mesmo fenômeno dos partidos do sistema. Por isso, não é o caso de propor o controle do sindicato ou das agremiações, mas a aglutinação de trabalhadores que, como consequência, desloquem o controle da cúpula tradicional. Deve-se promover todo sistema de eleição direta, todo plenário e assembleia que comprometa os dirigentes e exija que assumam posição perante os conflitos concretos, de maneira que respondam às reivindicações da base ou sejam substituídos. E, certamente, as frentes de ação no campo sindical devem desenhar sua tática, apontando para o crescimento da organização da base social.

Por fim, a implementação de instituições sociais e culturais atuando a partir da base é de suma importância, porque permite aglutinar as coletividades discriminadas ou perseguidas, no contexto do respeito aos direitos humanos, dando-lhes uma direção comum, apesar de suas diferenças particulares. A tese de que cada etnia, coletividade ou grupo humano discriminado deve se tornar forte em si mesmo para enfrentar o atropelo padece de uma importante deficiência de apreciação. Essa postura parte da ideia de que se “misturar” com elementos alheios os faz perder identidade, quando, na realidade, sua posição isolada os expõe e os leva a serem erradicados com maior facilidade ou, então, os coloca em uma posição de radicalização tal que os perseguidores justificam a ação direta contra eles. *A melhor garantia de sobrevivência de uma minoria discriminada é que forme parte de uma frente juntamente com outras que encaminhem a luta por suas reivindicações na direção revolucionária.* Além do mais, é o sistema globalmente considerado que criou as condições de discriminação, e estas não desaparecerão enquanto essa ordem social não for transformada.

4. O processo revolucionário e sua direção

Devemos distinguir entre processo revolucionário e direção revolucionária. Partindo de nossa posição, entende-se *o processo revolucionário como um conjunto de condições mecânicas geradas no desenvolvimento do sistema.* Nesse sentido, tal desenvolvimento cria fatores de desordem que, finalmente, são deslocados, impõem-se ou terminam decompondo a totalidade do esquema. De acordo com as análises que fizemos, a tendência de globalização neste momento está apresentando agudos fatores de desordem no desenvolvimento total do sistema. Trata-se de um processo que é independente da ação voluntária de grupos ou indivíduos. Já consideramos esse ponto em mais de uma oportunidade. O problema que se está formulando agora é, precisamente, o do futuro do sistema, já que este tende a se revolucionar mecanicamente sem mediar orientação progressiva alguma. A orientação em questão depende da intenção humana e escapa à determinação das condições originadas pelo sistema. Em outros momentos, esclarecemos nossa posição a respeito da não passividade da consciência humana; sua característica essencial de não ser simples reflexo de condições objetivas, sua capacidade de opor-se a tais condições e projetar uma situação futura diferente da vivida no momento atual (aqui sugerimos consultar a *Quarta Carta*, tópicos 3 e 4, e o ensaio *Discusiones historiográficas*, capítulo 3, tópicos 2 e 3, do livro *Contribuciones al pensamiento*). *Interpretamos a direção revolucionária dentro desse modo de liberdade entre condições.*

É pelo exercício da violência que uma minoria impõe suas condições ao conjunto social e organiza uma ordem, um sistema inercial que dá continuidade a seu desenvolvimento. Vistas assim as coisas, tanto o modo de produção e as relações sociais consequentes, tanto a ordem jurídica e as ideologias dominantes que regulam e justificam tal ordem, quanto o aparato estatal ou paraestatal através do qual se controla o todo social revelam-se como instrumentos a serviço dos interesses e intenções da minoria instalada. Mas o desenvolvimento do sistema continua mecanicamente, além das intenções dessa minoria que luta por

concentrar cada vez mais os fatores de poder e controle, provocando, com isso, uma nova aceleração no desenvolvimento do sistema, que progressivamente vai escapando de seu controle. Dessa maneira, o aumento da desordem entrará em choque com a ordem estabelecida e provocará, por parte dessa ordem, a aplicação proporcional de seus recursos de proteção. Em épocas críticas, o todo social será disciplinado com todo o rigor da violência disponível pelo sistema. Assim, chega-se ao recurso máximo disponível: o exército. Mas será totalmente certo que os exércitos seguirão respondendo do modo tradicional, em épocas em que o sistema caminha para o colapso global? Se isso não for assim, a mudança de situação que pode ocorrer na direção dos acontecimentos atuais é tema de discussão. Basta refletir sobre as últimas etapas das civilizações que precederam a atual para compreender que os exércitos se alçaram contra o poder estabelecido, dividiram-se nas guerras civis que já estavam delineadas na sociedade e, não podendo introduzir nessa situação uma nova direção, o sistema continuou sua direção catastrófica. Na atual civilização mundial que se perfila, será cumprido o mesmo destino? Consideraremos os exércitos na próxima carta.

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 07/08/1993

OITAVA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

De acordo com o anunciado na carta anterior, comentarei na presente alguns pontos referidos aos exércitos. Certamente, o interesse deste escrito estará centrado na relação entre as Forças Armadas, o poder político e a sociedade. Tomarei como base o documento discutido há três meses em Moscou (sob o título de *A Necessidade de uma Posição Humanista nas Forças Armadas Contemporâneas*, na Conferência internacional sobre Humanização das atividades militares e reforma das Forças Armadas, patrocinada pelo Ministério de Defesa da CEEI, em Moscou, 24-28 de maio de 1993). Somente me afastarei dos conceitos contidos no documento original ao tratar da posição militar no processo revolucionário, tema este que me permitirá ampliar algumas ideias esboçadas anteriormente.

1. Necessidade de uma redefinição do papel das Forças Armadas

As Forças Armadas estão hoje definindo seu novo papel. Isso começou depois das iniciativas de desarmamento proporcional e progressivo empreendidas pela União Soviética no final da década de 80. A diminuição da tensão que existia entre as superpotências provocou uma reviravolta no conceito de defesa dos países mais importantes. Não obstante, a substituição gradual dos blocos político-militares (particularmente do Pacto de Varsóvia) por um sistema de relações relativamente cooperativas ativou forças centrífugas que causam novos choques em distintos pontos do planeta. Certamente, em pleno período da Guerra Fria os conflitos em áreas restritas eram frequentes e amiúde prolongados; porém, seu caráter atual tem mudado de signo, ameaçando estender-se pelos Bálcãs, pelo mundo muçulmano e por várias zonas da Ásia e África.

A reivindicação limítrofe que outrora preocupava as Forças Armadas contíguas hoje toma outra direção, dada a tendência ao separatismo no interior de alguns países. As disparidades econômicas, étnicas e linguísticas tendem a modificar fronteiras que se supunham inalteráveis, ao mesmo tempo em que ocorrem migrações em grande escala. Trata-se de grupos humanos que se mobilizam para escapar de situações desesperadoras, para conter ou expulsar de áreas definidas outros grupos humanos. Esses e outros fenômenos revelam mudanças profundas, particularmente na estrutura e na concepção de Estado. Por um

lado, assistimos a um processo de regionalização econômica e política; por outro, observamos a discórdia crescente no interior de países que caminham para essa regionalização. *É como se o Estado nacional, desenhado há 200 anos, não aguentasse mais os golpes que lhe dão por cima as forças multinacionais e por baixo as forças separatistas.* Cada vez mais dependente, cada vez mais atado à economia regional e cada vez mais comprometido na guerra comercial contra outras regiões, o Estado sofre uma crise sem precedentes no controle da situação. Suas constituições são modificadas para dar lugar ao deslocamento de capitais e recursos financeiros; seus códigos e leis civis e comerciais tornam-se obsoletos. Até a tipificação penal varia quando hoje pode ser sequestrado um cidadão cujo delito será julgado em outro país por magistrados de outra nacionalidade e com base em leis estrangeiras. Assim, o velho conceito de soberania nacional fica sensivelmente diminuído. Todo o aparato jurídico-político do Estado, suas instituições e o pessoal a seu serviço imediato ou mediato sofrem os efeitos dessa crise geral. As Forças Armadas também passam por essa situação, elas que em seu momento receberam o papel de sustentáculo da soberania e da segurança geral. Privatizadas a educação, a saúde, as comunicações, as reservas naturais e até importantes áreas da segurança dos cidadãos, privatizados os bens e serviços, diminui a importância do Estado tradicional. É coerente pensar que, se a administração e os recursos de um país saem da área do controle público, a Justiça seguirá o mesmo processo, e as Forças Armadas receberão o papel de milícia privada, destinada à defesa de interesses econômicos vernáculos ou multinacionais. Tais tendências estão crescendo ultimamente no interior dos países.

2. Permanência de fatores agressivos na etapa de distensão

Ainda não desapareceu a agressividade de potências que, em seu momento, deram por concluída a Guerra Fria. Atualmente, existem violações de espaços aéreos e marítimos; aproximações imprudentes a territórios distantes; incursões e instalação de bases; estabelecimento de pactos militares; guerras e ocupação de territórios estrangeiros pelo controle das vias de navegação ou posse de fontes de recursos naturais. Os antecedentes estabelecidos pelas guerras da Coreia, Vietnã, Laos e Camboja, pela crise de Suez, Berlim e Cuba, pelas incursões em Granada, Trípoli e Panamá têm mostrado ao mundo a desproporção da ação bélica, tantas vezes aplicada sobre países indefesos, e isso pesa na hora de falar de desarmamento. Esses fatos adquirem singular gravidade, porque casos como o da Guerra do Golfo ocorrem nos flancos de países de grande importância, que poderiam interpretar tais manobras como ameaçadoras para sua segurança. Semelhantes excessos estão causando efeitos residuais nocivos ao fortalecerem a frente interna de setores que julgam seus governos incompetentes para conter aqueles avanços. Assim, isso pode chegar a comprometer o clima de paz internacional, tão necessário neste momento.

3. Segurança interna e reestruturação militar

Com relação à segurança interna, é necessário citar dois problemas que parecem perfilar-se no horizonte dos acontecimentos imediatos: as explosões sociais e o terrorismo.

Se o desemprego e a recessão tendem a crescer nos países industrializados, é possível que estes sejam cenário de convulsões ou transbordamentos, invertendo-se, em alguma medida, o quadro que se apresentava em décadas anteriores, quando o conflito se desenvolvia nas periferias de um centro, que continuava crescendo sem sobressalto. Acontecimentos como os ocorridos em Los Angeles no ano passado poderiam estender-se para além de uma cidade e inclusive para outros países. Por último, o fenômeno do terrorismo aproxima-se como perigo de proporções, dado o poder de fogo com que hoje podem contar indivíduos e grupos relativamente especializados. Essa ameaça que chegaria a se expressar por meio do artefato nuclear ou de explosivos deflagrantes e moleculares de alto poder atinge também outras áreas, como a das armas químicas e bacteriológicas de custo reduzido e fácil produção.

São, pois, muitas e numerosas as preocupações das Forças Armadas, dado o panorama instável do mundo de hoje. Por outro lado, além dos problemas estratégicos e políticos que estas devem considerar, estão os temas internos de reestruturação, de corte de importantes contingentes de tropas, do modo de

recrutamento e capacitação, de renovação de material, de modernização tecnológica e, primariamente, de recursos econômicos. Mas se esses problemas de contexto que temos mencionado devem ser compreendidos a fundo, é importante acrescentar que nenhum deles poderá ser resolvido cabalmente se não ficar claro qual função primária os exércitos devem cumprir. Afinal, é o poder político o que dá sua orientação às Forças Armadas, e são estas que atuam com base naquela orientação.

4. Revisão dos conceitos de soberania e segurança

Na concepção tradicional, tem-se dado às Forças Armadas a função de resguardar a soberania e segurança dos países, dispondo do uso da força de acordo com o mandato dos poderes constituídos. Desse modo, o monopólio da violência que corresponde ao Estado se transfere para os corpos militares. Porém, existe aqui um primeiro ponto de discussão sobre o que se deve entender por “soberania” e por “segurança”. Se estas – ou mais modernamente o “progresso” de um país – requerem fontes de abastecimento extraterritoriais, navegabilidade marítima indiscutível para proteger o deslocamento de mercadoria, controle de pontos estratégicos com o mesmo fim e ocupação de territórios distantes, estamos diante da teoria e da prática colonial ou neocolonial. No colonialismo, a função dos exércitos consistiu em abrir caminho, primeiramente para os interesses das coroas da época e, depois, para as companhias privadas, que conseguiram concessões especiais do poder político em troca de créditos convenientes. A ilegalidade desse sistema foi justificada mediante a suposta barbárie dos povos ocupados, incapazes de dar-se uma administração adequada. A ideologia correspondente a essa etapa consagrou o colonialismo como sistema “civilizador” por excelência.

Em épocas do imperialismo napoleônico, a função do exército, que por outro lado ocupava o poder político, consistiu em expandir fronteiras com o objetivo declamado de redimir os povos oprimidos pelas tiranias, graças à ação bélica e à instauração de um sistema administrativo e jurídico que consagrou em seus códigos a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. A ideologia correspondente justificou a expansão imperial com base no critério de “necessidade” de um poder constituído pela revolução democrática frente às monarquias ilegais baseadas na desigualdade que, além disso, faziam frente comum para asfixiar a Revolução.

Mais recentemente, e seguindo os ensinamentos de Clausewitz, tem-se entendido a guerra como simples continuação da política, e o Estado, promotor dessa política, tem sido considerado o aparato de governo de uma sociedade radicada em certos limites geográficos. A partir daí, tem-se chegado a definições, caras aos geopolíticos, nas quais as fronteiras aparecem como “a pele do Estado”. Em tal concepção organológica, essa “pele” se contrai ou se expande de acordo com o tom vital dos países, e assim deve se ampliar com o desenvolvimento de uma comunidade que reivindica “espaço vital”, dada sua concentração demográfica ou econômica. A partir dessa perspectiva, a função do exército é ganhar espaço conforme as exigências dessa política de segurança e soberania, que tem prioridade sobre as necessidades de outros países limítrofes. Aqui a ideologia dominante proclama a desigualdade das necessidades que as coletividades experimentam, conforme suas características vitais. Essa visão zoológica da luta pela sobrevivência do mais apto rememora as concepções do darwinismo transportadas ilegitimamente às práticas políticas e militares.

5. A legalidade e os limites do poder vigente

Contemporaneamente, flutua no ar muito das três concepções que usamos para exemplificar como os exércitos respondem ao poder político e como se enquadram segundo os ditames que, ocasionalmente, este entende por segurança e soberania. De maneira que, se a função do exército é servir ao Estado no que diz respeito a segurança e soberania, e a concepção sobre esses dois temas varia de governo para governo, as Forças Armadas terão que se ater a isso. Admite-se algum limite ou exceção? Claramente se observam duas exceções: *1. aquela na qual o poder político se constituiu de forma ilegítima e se esgotaram os recursos civis para mudar essa situação de anormalidade; e 2. aquela na qual o poder político se constituiu legalmente, mas em seu exercício se converteu em ilegal, havendo-se esgotado os recursos civis*

para mudar a situação anômala. Em ambos os casos, as Forças Armadas têm o dever de restabelecer a legalidade interrompida, o que equivale a continuar os atos que por via civil não puderam concluir-se. Nessas situações, o exército se deve à legalidade e não ao poder vigente. Não se trata, então, de propiciar um estado deliberativo do exército, mas de destacar a prévia interrupção da legalidade realizada por um poder vigente de origem delituosa ou que se converteu em delituoso. A pergunta que se deve fazer é: de onde provém a legalidade e quais são suas características? Respondemos que a legalidade provém do povo, que é quem adotou um tipo de Estado e de leis fundamentais às quais os cidadãos devem se submeter. No caso extremo em que o povo decidisse modificar esse tipo de Estado e esse tipo de leis, a ele caberia fazê-lo, não podendo existir uma estrutura estatal e um sistema legal acima dessa decisão. Esse ponto nos leva à consideração do fato revolucionário que trataremos mais adiante.

6. A responsabilidade militar frente ao poder político

É preciso destacar que os corpos militares devem estar formados por cidadãos responsáveis por suas obrigações com respeito à legalidade do poder estabelecido. Se o poder estabelecido funciona com base em uma democracia na qual se respeita a vontade majoritária por eleição e renovação dos representantes populares, respeitam-se as minorias nos termos consagrados pelas leis e respeitam-se a separação e independência de poderes, então não são as Forças Armadas que têm de deliberar acerca dos acertos ou erros desse governo. Assim como na implantação de um regime ilegal, as Forças Armadas não podem sustentá-lo mecanicamente, invocando uma “obediência devida” a esse regime. Ainda chegando ao conflito internacional, as Forças Armadas tampouco podem praticar o genocídio, seguindo instruções de um poder enfebrecido pela anormalidade da situação. Porque se os direitos humanos não estão acima de qualquer outro direito, não se entende para que existe organização social nem Estado. E ninguém pode invocar “obediência devida” quando se trata do assassinato, da tortura e da degradação do ser humano. Se os tribunais criados após a Segunda Guerra Mundial ensinaram algo, foi que a pessoa de armas tem responsabilidades como ser humano, mesmo na situação limite do conflito bélico.

Neste ponto pode-se perguntar: não é o exército uma instituição cuja preparação, disciplina e equipamento o transformam em fator primário de destruição? Respondemos que assim estão estabelecidas as coisas há muito tempo antes da situação atual e que, independentemente da aversão que sentimos por toda forma de violência, não podemos propor o desaparecimento ou o desarmamento unilateral de exércitos, criando vazios que seriam preenchidos por outras forças agressivas, como mencionamos anteriormente ao nos referirmos aos ataques realizados a países indefesos. *São as próprias Forças Armadas que têm uma importante missão a cumprir ao não obstruir a filosofia e a prática do desarmamento proporcional e progressivo, inspirando, além disso, os camaradas de outros países nessa direção, e deixando claro que a função castrense no mundo de hoje é a de evitar catástrofes e servidão ditadas por governos ilegais que não respondem ao mandato popular.* Então, o maior serviço que as Forças Armadas poderão prestar a seus países e a toda a humanidade será o de evitar que existam as guerras. Essa proposta, que parece utópica, está respaldada atualmente pela força dos fatos, que demonstram a pouca praticidade e a periculosidade para todos quando o poder bélico global ou unilateral aumenta.

Gostaria de voltar ao tema da responsabilidade militar por meio de uma exemplificação inversa. Durante a época da Guerra Fria, se repetia no Ocidente uma dupla mensagem: por um lado, a Otan e outros blocos se estabeleciam para sustentar um estilo de vida ameaçado pelo comunismo soviético e, ocasionalmente, chinês. Por outro, empreendiam-se ações militares em áreas distantes para proteger os “interesses” das potências. Na América Latina, o golpe de Estado dado pelos exércitos da zona tinha preferências pela ameaça da subversão interna. As Forças Armadas ali deixavam de responder ao poder político e se alçavam contra todo direito e contra toda Constituição. Praticamente um continente inteiro se encontrava militarizado, respondendo à chamada “Doutrina de Segurança Nacional”. O rastro de morte e atraso que aquelas ditaduras deixaram foi singularmente justificada ao longo da cadeia de comandos com a ideia de “obediência

devida”. Por meio dela se explicou que na disciplina castrense se seguem ordens do comando imediato. Essa posição, que faz recordar as justificativas dos genocidas do nazismo, é um ponto que deve ser considerado na hora de discutir os limites da disciplina castrense. Nosso ponto de vista a respeito desse particular, como já comentamos, é que, se o exército rompe a dependência do poder político, torna-se uma força irregular, um bando armado fora da lei. Esse assunto está claro, mas admite uma exceção: o levante militar contra um poder político estabelecido ilegalmente ou que se tenha colocado em situação facciosa. As Forças Armadas não podem invocar “obediência devida” a um poder ilegal, porque se convertem em sustentação dessa irregularidade, assim como em outras circunstâncias tampouco podem produzir o golpe militar, desviando-se da função de cumprir com o mandato popular. Isso no que se refere à ordem interna e, em relação ao fato bélico internacional, não podem atentar contra a população civil do país inimigo.

7. Reestruturação militar

No que diz respeito ao recrutamento dos cidadãos, nosso ponto de vista é favorável à substituição do serviço militar obrigatório pelo serviço militar optativo, sistema este que permitirá maior capacitação do soldado profissional. Porém, a essa limitação de tropas corresponderá também uma redução importante de quadros e do comando. E é claro que não se efetuará uma reestruturação adequada sem atender aos problemas pessoais, familiares e sociais que serão causados a numerosos exércitos que hoje mantêm um esquema sobredimensionado. A nova situação trabalhista, geográfica e de inserção social desses contingentes será equilibrada, caso se mantenha uma relação militar flexível durante o tempo necessário à recolocação. Na reestruturação que hoje ocorre em distintas partes do mundo, deve-se levar em conta principalmente o modelo de país em que ela ocorre. Naturalmente, um sistema unitário tem características diferentes de um sistema federativo ou dos sistemas de distintos países que estão confluindo em uma comunidade regional. Nosso ponto de vista, favorável ao sistema federativo e aberto à confederação regional, requer, para o desenho correto da reestruturação, compromissos sólidos e permanentes que permitam continuidade no projeto. Se não houver uma vontade clara das partes nessa direção, a reestruturação não será possível, porque o aporte econômico de cada integrante estará submetido a vaivéns políticos ocasionais. Sendo este o caso, as tropas federais só poderão existir formalmente, e os contingentes militares serão a simples somatória do potencial de cada comunidade que faz parte da federação. Isso trará também problemas de comando unificado de difícil solução. Em suma, será a orientação política a que terá que dar as pautas e, em tal situação, as Forças Armadas particulares necessitarão de uma condução coordenada e bastante precisa.

Um problema de relativa importância na reestruturação refere-se a certos aspectos dos corpos de segurança. Estes, se não são militarizados, atuam com relação à ordem interna e com referência à proteção dos cidadãos ainda que, habitualmente, estejam envolvidos em operações de controle muito distantes do fim para o qual foram criados. Em muitos países, o organograma no qual se inscrevem faz com que dependam diretamente das carteiras políticas como o Ministério do Interior, diferente do Ministério da Guerra ou da Defesa. Por outro lado, as polícias, entendidas como servidoras da cidadania e dispostas para que se cumpra com uma ordem jurídica não lesiva para os habitantes de um país, têm um caráter acessório e estão sob jurisdição do Poder Judiciário. Porém, amiúde, por seu caráter de força pública, realizam operações que diante dos olhos da população faz com que pareçam forças militares. Claramente se percebe a inconveniência de tal confusão, e é de interesse das Forças Armadas que essas distinções fiquem claras. Outro tanto ocorre com distintos organismos do Estado que manejam corpos secretos e de informações, encobertos e sobrepostos, que tampouco têm a ver com o regime castrense. Os exércitos precisam de um adequado sistema de informações que lhes permita operar com eficiência e que em nada se pareça com mecanismos de controle e monitoramento da cidadania, porque sua função diz respeito à segurança da Nação, e não à aprovação ou à reprovação ideológica do governo de plantão.

8. A posição militar no processo revolucionário

Supõe-se que em uma democracia o poder provém da soberania popular. Tanto a conformação do Estado como a dos organismos que dele dependem derivam da mesma fonte. Assim, o exército cumpre com a função que lhe outorga o Estado para defender a soberania e dar segurança aos habitantes de um país. Por isso, podem ocorrer aberrações, dependendo se o exército ou uma facção ocuparem ilegalmente o poder, de acordo com o que vimos anteriormente. No entanto, como também mencionamos, poderia ocorrer o caso extremo em que o povo decidisse mudar esse tipo de Estado e esse tipo de leis, isto é, esse tipo de sistema. Ao povo caberia fazê-lo, não podendo existir uma estrutura estatal e um sistema legal por cima dessa decisão. Sem dúvida, as Constituições de muitos países contemplam a possibilidade de que elas mesmas sejam modificadas pela decisão popular. Dessa maneira, poderia ocorrer uma mudança revolucionária em que a democracia formal abrisse caminho para a democracia real. No entanto, se essa possibilidade fosse obstruída, estaria sendo negada a própria origem de onde brota toda legalidade. Em tal circunstância, e havendo-se esgotado todos os recursos civis, é obrigação do exército cumprir com essa vontade de mudança, deslocando uma facção instalada, já ilegalmente, do manejo da coisa pública. Chegar-se-ia desse modo, mediante a intervenção militar, à criação de condições revolucionárias nas quais o povo coloca em andamento um novo tipo de organização social e um novo regime jurídico. *Não é necessário destacar as diferenças entre a intervenção militar, que tem por objetivo devolver ao povo sua soberania arrebatada, do simples golpe militar, que rompe a legalidade estabelecida por mandato popular.* Com respeito às mesmas ideias, a legalidade exige que se respeite a demanda do povo, mesmo no caso em que este proponha mudanças revolucionárias. Por que as majorias não haveriam de expressar seu desejo de mudança de estruturas e, ainda, por que não haveriam de ter as minorias a oportunidade de trabalhar politicamente para conseguir uma modificação revolucionária da sociedade? *Negar por meio da repressão e da violência a vontade de mudança revolucionária compromete seriamente a legalidade do sistema das atuais democracias formais.*

Observe que não temos tratado de assuntos relativos a estratégia nem a doutrina militar, tampouco de questões de tecnologia e organização castrense. Não poderia ser de outro modo. *Nós definimos o ponto de vista humanista a respeito das Forças Armadas com relação ao poder político e à sociedade.* São as pessoas de armas as que têm à frente um enorme trabalho teórico e de implementação prática para adaptar esquemas a este momento tão especial que o mundo está vivendo. A opinião da sociedade e o genuíno interesse das Forças Armadas por conhecer essa opinião, ainda que não seja especializada, é de fundamental importância. Paralelamente, uma relação viva entre membros de exércitos de distintos países e a discussão franca com a civilidade é um passo importante no que se refere ao reconhecimento da pluralidade dos pontos de vista. Os critérios de isolamento de uns exércitos em relação a outros e de indiferença em relação às demandas do povo são próprios de uma época em que o intercâmbio humano e material estava restringido. O mundo está mudando para todos e, também, para as Forças Armadas.

9. Considerações sobre os exércitos e a revolução

Hoje se impõem duas opiniões que nos interessam particularmente. A primeira anuncia que a época das revoluções já passou; a segunda, que o protagonismo militar na tomada de decisões políticas se atenua gradualmente. Também se supõe que somente em certos países atrasados ou desorganizados aqueles obstáculos do passado continuam sendo ameaças. Por outro lado, pensa-se que o sistema de relações internacionais, ao tomar um caráter cada vez mais sólido, fará sentir seu peso, até que aquelas antigas irregularidades desapareçam. Sobre a questão das revoluções, como já foi exposto, temos um ponto de vista diametral. Quanto a que o concerto de nações “civilizadas” vá impor uma Nova Ordem na qual não tenha lugar a decisão militar, é tema sumamente discutível. Nós destacamos que é, precisamente, nas nações e regiões que vão ganhando caráter imperial onde as revoluções e a decisão militar farão sentir sua presença. *Cedo ou tarde, as forças do dinheiro, cada vez mais concentradas, enfrentarão as majorias e,*

nessa situação, sistema financeiro e exército tornar-se-ão termos antitéticos. Estamos, assim, localizados nas antípodas da interpretação dos processos históricos. Somente os tempos já próximos colocarão em evidência a correta percepção dos fatos que, para alguns, seguindo a tradição dos últimos anos, parecerão “inacreditáveis”. Com aquela visão, o que se dirá quando isso ocorrer? Provavelmente que a humanidade voltou ao passado ou, como é mais comum, que “o mundo está se desordenando”. Nós acreditamos que fenômenos como o irracionalismo crescente, o surgimento de uma forte religiosidade e outros tantos mais não estão postos no passado, mas sim que correspondem a uma nova etapa que teremos que encarar com toda a valentia intelectual e com todo compromisso humano que formos capazes. Em nada ajudará seguir sustentando que o melhor desenvolvimento da sociedade corresponde ao do mundo atual. Mais importante será compreender que a situação que estamos vivendo leva diretamente ao colapso de todo um sistema que alguns consideram defeituoso, porém “aperfeiçoável”. Não existe tal sistema atual “aperfeiçoável”. Pelo contrário, nele está, acima de tudo, a desumanidade de todos os fatores que vêm sendo acumulados ao longo de muitos anos. Se alguém julga essas afirmações como carentes de fundamento, tem todo o direito à condição de apresentar, por sua vez, uma posição coerente. E se pensa que nossa postura é pessimista, afirmamos que frente a esse processo mecânico negativo prevalecerá a direção de humanização do mundo, empurrada pela revolução que será realizada pelos grandes conjuntos humanos, hoje despojados de seu próprio destino.

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 10/08/1993

NONA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Muitas vezes tenho recebido correspondências nas quais se pergunta: “O que acontece hoje com os direitos humanos?” Pessoalmente não estou em condições de dar uma resposta precisa. Assim, creio que aqueles que assinaram a Declaração Universal de Direitos Humanos, isto é, mais de 160 Estados da Terra, devem saber o que está ocorrendo. Esses Estados assinaram em 10 de dezembro de 1948, ou depois, a aceitação daquele documento elaborado no seio das Nações Unidas. Todos compreenderam do que se tratava, todos se comprometeram a defender os direitos proclamados. Também se assinou um Tratado de Helsinque, e os países designaram representantes para as comissões de direitos humanos e os tribunais internacionais.

1. Violações dos direitos humanos

Se, a exemplo da crônica cotidiana, pegássemos o ocorrido nesse campo nos últimos tempos, teríamos que refazer a pergunta e formulá-la assim: “O que acontece com o jogo hipócrita dos governos no manejo dos direitos humanos?” Bastaria acompanhar minimamente as agências de informação, consultar jornais, revistas, rádios e TV para responder à pergunta. Tomemos como exemplo o último informe da Anistia Internacional (somente em 1992) e exponhamos sumariamente alguns dos dados fornecidos.

As violações dos direitos humanos aumentaram no mundo com várias catástrofes, dentre as quais se destacam as guerras da Iugoslávia e Somália. Houve presos de consciência em 62 países, torturas institucionais em 110 e assassinatos políticos realizados pelos governos em 45. A guerra na Bósnia-Herzegovina mostrou claramente os abusos e carnificinas efetuadas por todos os bandos contra dezenas de milhares de pessoas, que foram assassinadas, torturadas e desprovidas de alimentos, muitas vezes simplesmente em função de sua etnia. Em outros pontos como Tadjiquistão e Azerbaijão se observaram os

mesmos fenômenos. As denúncias de torturas e maus tratos por parte das forças de segurança têm aumentado consideravelmente na Alemanha, França, Espanha, Portugal, Romênia e Itália. Nesses casos, a raça das vítimas desempenhou um importante papel. Também os grupos armados de oposição no Reino Unido, Espanha e Turquia cometeram sérias transgressões aos direitos humanos. Nos Estados Unidos foram executadas 31 pessoas (a maior cifra desde 1977, ano em que foi novamente instaurada a pena de morte). Milhares de civis desarmados foram mortos na Somália nesse período. Forças de segurança e “esquadrões da morte” assassinaram cerca de 4.000 pessoas na América Latina. Na Venezuela ocorreram dezenas de prisões e execuções de presos políticos durante a suspensão de garantias constitucionais, que veio após as tentativas de golpe de 4 de fevereiro e 27 de novembro. Em Cuba foram mantidas encarceradas, por razões políticas, cerca de 300 pessoas, mas ao não se permitir a entrada no país de observadores internacionais da Anistia, tampouco se pôde verificar a exatidão dos dados. No Brasil, a polícia matou 111 presos durante um motim carcerário em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro e em outros pontos do país centenas de crianças e outros “indesejáveis” foram executados. No Peru, 139 pessoas “desapareceram” e outras 65 foram executadas extrajudicialmente pelas forças de segurança. Foram recebidos informes de maus tratos generalizados nas zonas montanhosas rurais, e aproximadamente 70 pessoas foram condenadas à prisão perpétua depois de julgamentos irregulares. Os grupos armados de oposição também assassinaram várias dezenas de pessoas em distintos pontos do território. Na Colômbia, as reiteradas denúncias sobre violações aos direitos humanos foram desmentidas pelo gabinete presidencial, que trata dessa matéria atribuindo as informações a opositores políticos interessados em falsear a imagem da realidade política do país. No entanto, a Anistia denunciou que as Forças Armadas e grupos paramilitares executaram extrajudicialmente não menos de 500 pessoas, ao mesmo tempo que grupos armados de oposição e organizações do narcotráfico assassinaram cerca de 200. A Anistia acrescenta que a luta contra os militantes islâmicos provocou uma deterioração da situação dos direitos humanos em vários países árabes, como Argélia e Egito. Torturas, processos injustos, assassinatos políticos, “desaparecimentos” e outras violações graves foram perpetradas por agentes governamentais em todo o Oriente Médio. No Egito, a adoção de uma nova legislação “facilitou” a tortura dos presos políticos, e oito militantes islâmicos, supostos integrantes de um grupo armado, foram condenados à morte por um tribunal militar “depois de um processo não equitativo”. Na Argélia, cerca de 10.000 pessoas foram presas, sem acusação ou sem processo, em acampamentos isolados no deserto. Por sua vez, grupos fundamentalistas se declararam responsáveis por assassinatos de civis e de graves violações aos direitos humanos na Argélia e Egito, assim como nos territórios ocupados por Israel. As detenções sem processo estão particularmente difundidas na Síria, mas também ocorrem em Israel, Líbia, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Marrocos e Tunísia. Na China, a Anistia chamou a atenção para a quantidade de presos de “consciência” e a existência de penas que recaem sobre ativistas políticos sem prévios processos judiciais.

Agências de notícias de distintas orientações têm exibido mapas do mundo nos quais dezenas de países são vistos manchados pelo atropelo dos direitos humanos, e outros nos quais se contabilizam os mortos em guerras religiosas e entre etnias. Também aparecem diversos pontos onde milhares de pessoas pereceram por causa da fome em seu lugar de origem ou em meio a grandes migrações.

Mas o mencionado acima não esgota o tema dos direitos humanos, nem conseqüentemente as violações que estes sofrem.

2. Os direitos humanos, a paz e o humanitarismo como pretextos de intervenção

Hoje se fala, com renovado vigor, dos direitos humanos. No entanto, tem mudado o signo dos que fazem ondular essas bandeiras. Em décadas passadas, o progressismo trabalhou ativamente na defesa de princípios que haviam sido consagrados pelo consenso das nações. Assim, não faltaram as ditaduras que, em nome daqueles direitos, burlaram a necessidade de liberdade pessoal e coletiva. Algumas explicaram que, enquanto não se discutisse o sistema em vigor, os cidadãos teriam acesso a moradia, saúde, educação

e trabalho. Logicamente, disseram, não havia que confundir liberdade com libertinagem, e “libertinagem” era discutir o regime.

Hoje as direitas têm recolhido aquelas bandeiras, e pode-se vê-las ativas na defesa dos direitos humanos e da paz, sobretudo naqueles países que não dominam totalmente. Aproveitando alguns mecanismos internacionais, organizam forças de intervenção capazes de chegar a qualquer ponto do globo, a fim de impor justiça. Em primeiro lugar, levam remédios e alimentos, para depois atacar à bala as populações, favorecendo a facção que melhor lhes é subordinada. Rapidamente qualquer quinta coluna poderá invocar que em seu país a paz é perturbada, que os direitos humanos são pisoteados, a fim de solicitar ajuda dos intervencionistas. Na realidade, têm-se aperfeiçoado os primitivos tratados e pactos para a defesa mútua, com documentos que legalizam a ação de forças “neutras”. Assim se implementa hoje, remoçada, a velha Pax Romana. Enfim, são os avatares ornitológicos que, começando com a águia dos pendões legionários, tomou logo forma de pomba de Picasso, até chegar ao dia de hoje, em que no plumoso cresceram garras. Já não regressa à Arca bíblica portando um ramo de oliveira, senão que volta à arca de valores levando um dólar em seu forte bico.

Adequadamente, tempera-se tudo com ternas argumentações. E nisso deve-se ter cuidado, porque *ainda quando se intervém em terceiros países por razões humanitárias evidentes para todos, criam-se precedentes para justificar novas ações, sem razões tão humanitárias nem tão evidentes para todos*. É de se notar que, como consequência do processo de mundialização, as Nações Unidas estão exercendo um papel militar crescente, que introduz não poucos perigos. Uma vez mais está sendo comprometida a soberania e autodeterminação dos povos mediante a manipulação dos conceitos de paz e de solidariedade internacional.

Deixemos os temas da paz para outra ocasião e observemos um pouco mais de perto os direitos humanos que, como todos sabemos, não se limitam a questões de “consciência”, de liberdade política e de expressão. A proteção desses direitos não se reduz tampouco a evitar a perseguição, o encarceramento e a morte dos cidadãos em razão de suas diferenças com um regime dado. Quer dizer, não se circunscreve à defesa das pessoas frente à violência física direta que se pode exercer contra elas. Sobre esse ponto há muita confusão e muito trabalho desordenado, porém algumas ideias básicas foram expressas na Declaração.

3. Os outros direitos humanos

O documento, no artigo 2, diz: “Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.” E alguns dos direitos proclamados são os seguintes: Artigo 23, “1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.”; Artigo 25, “1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como a sua família, saúde e bem-estar e, em especial, alimentação, vestimenta, moradia, assistência médica e serviços sociais necessários; tem, da mesma forma, direito aos seguros em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perdas de seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade.”

Os artigos subscritos pelos Estados-membros baseiam-se na concepção da igualdade e universalidade dos direitos humanos. Não estão no espírito nem na exposição taxativa da Declaração condições tais como: “estes direitos serão respeitados *desde que* não perturbem as variáveis macroeconômicas”. Ou então: “os mencionados direitos serão respeitados *quando* se alcance uma sociedade de abundância”. Não obstante, poder-se-ia torcer o sentido do exposto, apelando ao Artigo 22: “Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito a previdência social e a obter mediante o esforço nacional e a cooperação internacional, *tendo em conta a organização e os recursos de cada Estado*, a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”. Neste “*tendo*

em conta a organização dos recursos de cada Estado”, dilui-se o exercício efetivo dos direitos, e isso nos leva diretamente à discussão dos modelos econômicos.

Suponhamos um país com suficiente organização e recursos que, de imediato, passe ao sistema de economia de livre mercado. Em tal situação, o Estado tenderá a ser um simples “administrador”, ao mesmo tempo que a empresa privada se preocupará com o desenvolvimento de seus negócios. Os orçamentos para saúde, educação e previdência social sofrerão cortes crescentes. O Estado deixará de ser “assistencialista”, por conseguinte não terá responsabilidade pela situação. A empresa privada tampouco deverá se responsabilizar pelos problemas, já que as leis que poderiam obrigá-la a proteger tais direitos serão modificadas. A empresa entrará em conflito ainda com regulamentos sobre salubridade e segurança trabalhista. Porém, a ideia e a prática salvadoras da privatização da saúde colocarão a empresa em situação de preencher o vazio deixado na etapa anterior de transição. Esse esquema se repetirá em todos os campos à medida que avance a privatização, que oferecerá seus eficientes serviços a quem possa pagá-los, com o que 20% da população terá suas necessidades cobertas. E, então, quem defenderá os direitos humanos dentro da concepção universal e igualitária, se estes seriam exercidos *“tendo em conta a organização e os recursos de cada Estado?”* Porque está claro que “quanto menor o Estado, mais próspera será a economia deste país”, segundo explicam os defensores dessa ideologia. Nesse tipo de discussão, de imediato se passará da declamação idílica sobre a “abundância geral” à brutalidade expositiva que, com caráter de ultimato, será apresentada, aproximadamente, nestes termos: “Se as leis limitarem o capital, este abandonará o país, não chegarão investimentos, não haverá empréstimos internacionais, nem refinanciamento de dívidas contraídas anteriormente, o que reduzirá as exportações e a produção e, por último, comprometerá a ordem social.” Assim, com toda simplicidade, ficaria exposto um dos tantos esquemas de extorsão. Se isso que estamos comentando se aplicava à situação de um país com recursos suficientes em sua passagem para a economia de livre mercado, é fácil imaginar o agravamento de condições quando o país em questão não conta com os requisitos básicos de organização e recursos. Tal como está propondo a Nova Ordem Mundial e, em razão da interdependência econômica, em todos os países (ricos ou pobres), o capital estará atentando contra a concepção universal e igualitária dos direitos humanos.

A discussão anterior não pode ater-se aos termos estritamente gramaticais do artigo 22, porque nele (e em toda a Declaração dos Direitos Humanos) não se está colocando acima das pessoas uma valorização econômica que relativize seus direitos. Tampouco é legítimo introduzir argumentos tangenciais ao se explicar que, sendo a economia a base do desenvolvimento social, há que se dedicar todos os esforços às variáveis macroeconômicas, para que uma vez obtida a abundância, possa se atender aos direitos humanos. Isso é tão torpemente linear quanto dizer: “já que a sociedade está submetida à lei da gravidade, é necessário concentrar-se nesse problema e, quando for resolvido, falaremos dos direitos humanos”. Em uma sociedade saudável, não ocorre aos cidadãos construir em barrancos instáveis, porque conhecem os condicionamentos da gravidade e, igualmente, todo mundo sabe claramente que existem os condicionamentos econômicos e a importância de sua correta resolução em função da vida humana. De todas as maneiras, essas são digressões que não vão ao tema central.

A consideração sobre os direitos humanos não fica reduzida a essas últimas questões de trabalho, remuneração e assistência, como em seu momento tampouco fora limitada aos âmbitos de expressão política e à liberdade de consciência. Destacamos alguns defeitos na redação da Declaração, mas ainda assim devemos convir que bastaria uma escrupulosa aplicação de seus artigos por parte de todos os governos para que este mundo experimentasse uma mudança positiva de grande importância.

4. A universalidade dos direitos humanos e a tese cultural

Existem diversas concepções de ser humano, e essa variedade de pontos de vista, amiúde, tem por base as distintas culturas a partir das quais se observa a realidade. O que estamos propondo afeta globalmente

a questão dos direitos humanos. Com efeito, frente à ideia de um ser humano universal com os mesmos direitos e com as mesmas funções em todas as sociedades, hoje se levanta a tese “cultural”, que defende uma postura diferente sobre esses temas. Assim, os que sustentam essa posição consideram que os supostos direitos humanos universais não são senão a generalização do ponto de vista sustentado pelo Ocidente, e que pretendem uma validade universal injustificável. Tomemos, por exemplo, o artigo 16, “1. Os homens e as mulheres, a partir da idade núbil, têm direito, sem restrição alguma por motivos de raça, nacionalidade ou religião, a casar-se e constituir uma família; e desfrutarão de iguais direitos no que se refere ao matrimônio, durante o matrimônio e em caso de dissolução do matrimônio; 2. Somente mediante seu livre e pleno consentimento os nubentes poderão contrair matrimônio; 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade, e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.” Esses três incisos do artigo 16 trazem numerosas dificuldades de interpretação e aplicação para várias culturas que, partindo do Oriente Médio e do Levante, chegam à Ásia e à África. Ou seja, trazem dificuldades para a maior parte da humanidade. Para esse mundo tão extenso e variado, nem sequer o matrimônio e a família coincidem com os parâmetros que pareçam tão “naturais” ao Ocidente. Por conseguinte, essas instituições e os direitos humanos universais referidos a elas estão em discussão. Outro tanto ocorre se tomarmos a concepção de Direito em geral e de Justiça, se confrontarmos as ideias de punição do delinquente com as de reabilitação do mesmo delinquente, tópicos estes nos quais não há acordo, mesmo entre os países do mesmo contexto cultural ocidental. Sustentar como válido para toda a humanidade o ponto de vista da própria cultura leva a situações francamente grotescas. Assim, nos Estados Unidos se considera um atentado aos direitos humanos universais a amputação legal da mão do ladrão, que é praticada em alguns países árabes, enquanto se discute academicamente se é mais humano o gás cianídrico, a descarga de 2.000 volts, a injeção letal, o enforcamento ou outra macabra delícia da pena capital. Porém, é evidente que, assim como nesse país há uma grande parte da sociedade que repudia a pena de morte, naquele outro lugar são numerosos os difamadores de todo tipo de castigo físico para o réu. O próprio Ocidente, arrastado pela mudança de usos e costumes, vê-se em uma situação difícil na hora de sustentar sua ideia tradicional de família “natural”. Pode existir hoje família com filhos adotivos? Certamente que sim. Pode existir família em que o casal está constituído por membros do mesmo sexo? Algumas legislações já o admitem. O que define, então, a família? Seu caráter “natural” ou o compromisso voluntário de cumprir com determinadas funções? Com que razões pode-se basear a excelência da família monogâmica de algumas culturas sobre a poligâmica ou poliândrica de outras culturas? Se esse é o estado da discussão, pode-se seguir falando de um Direito universalmente aplicável à família? Quais serão e quais não serão os direitos humanos que devem ser defendidos nessa instituição? Claramente, a dialética entre a tese universalista (pouco universal em sua própria área) e a cultural não se pode resolver no caso da família (que usamos como um de muitos exemplos possíveis) e temo que tampouco possa solucionar-se em outros campos da atividade social.

Digamo-lo de uma vez: aqui está em jogo a concepção global de ser humano, insuficientemente fundamentada por todas as posturas em discussão. A necessidade de tal concepção é evidente, porque nem o Direito em geral nem os direitos humanos em particular poderão prevalecer se não forem esclarecidos em seu significado mais profundo. Já não é o caso de serem propostas abstratamente as questões mais gerais do Direito. *Ou se trata de direitos que para ser vigentes dependem do poder estabelecido ou se trata de direitos como aspirações a cumprir-se.* Sobre isso, dissemos em outra ocasião (no capítulo *A Lei* da parte *A Paisagem Humana*, no livro *Humanizar a Terra*): “Pessoas práticas não se perderam em teorias e declararam que é necessário que exista uma lei para que exista a convivência social. Também se afirmou que a lei é feita para defender os interesses de quem a impõe. Ao que parece, é a situação prévia de poder a que instala determinada lei que, por sua vez, legaliza o poder. Assim, o poder como imposição de uma intenção, aceita ou não, é o tema central. Diz-se que a força não gera direitos, porém esse contrassenso pode ser aceito se a força é pensada somente como fato físico brutal, quando, na realidade, a força (econômica, política etc.) não necessita ser exposta de modo perceptível para se fazer presente e impor

respeito. Por outro lado, mesmo a força física (a das armas, por exemplo), expressa em sua descarnada ameaça, impõe situações que são justificadas legalmente, e não devemos desconhecer que o uso das armas, em uma ou outra direção, depende da intenção humana e não de um direito.” E mais adiante: “Quem viola uma lei desconhece uma situação imposta no presente, expondo sua temporalidade (seu futuro) às decisões de outros. Porém, é evidente que aquele “presente” em que a lei começa a vigorar tem raízes no passado. O costume, a moral, a religião ou o consenso social parecem ser as fontes invocadas para justificar a existência da lei. Cada uma delas, por sua vez, depende do poder que a impôs. E essas fontes são revisadas quando o poder que as originou entrou em decadência ou se transformou de tal modo que a manutenção da ordem jurídica anterior começa a se chocar com o “razoável”, com o “sentido comum” etc. Quando o legislador muda uma lei, ou um conjunto de representantes do povo muda a Constituição de um país, não se viola aparentemente a lei em geral, porque aqueles que atuam não ficam expostos às decisões de outros, porque têm em suas mãos o poder ou atuam como representantes de um poder, e nessa situação fica evidente que o poder gera direitos e obrigações, e não o inverso.” Para terminar a citação: “Os direitos humanos não têm a vigência universal que seria desejável porque não dependem do poder universal do ser humano, senão do poder de uma parte sobre o todo. Se as mais elementares reivindicações sobre o governo do próprio corpo são pisoteadas em todas as latitudes, podemos falar somente de aspirações que terão que se transformar em direitos. *Os direitos humanos não pertencem ao passado, estão ali no futuro atraindo a intencionalidade, alimentando uma luta que se reaviva em cada nova violação do destino do ser humano. Por isso, toda reivindicação que se faça a favor deles tem sentido porque mostra aos poderes atuais que não são onipotentes e que não têm o futuro controlado.*”

Sobre nossa concepção geral do ser humano não é necessário voltar aqui nem reafirmar que o reconhecimento que fazemos das realidades culturais diversas não invalida a existência de uma estrutura humana comum, no sobrevir histórico e na direção convergente. A luta pelo estabelecimento de uma nação humana universal é também a luta, a partir de cada cultura, pela vigência de direitos humanos cada vez mais precisos. Se em uma cultura é desconhecido, de partida, o direito à vida plena e à liberdade, colocando acima do ser humano outros valores, é porque ali algo se desviou, algo está divergindo do destino comum e, então, a expressão dessa cultura *nesse ponto preciso*, deve ser claramente repudiada. É certo que contamos com formulações imperfeitas dos direitos humanos, porém são por hora as únicas que temos em nossas mãos para defender e aperfeiçoar. *Esses direitos hoje são considerados como simples aspirações e não podem ser plenamente vigentes, dados os poderes estabelecidos. A luta pela plena vigência dos direitos humanos leva, necessariamente, ao questionamento dos poderes atuais, orientando a ação para a substituição destes pelos poderes de uma nova sociedade humana.*

Recebam com esta um grande abraço,

Silo, 21/11/1993

DÉCIMA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos,

Qual é o destino dos acontecimentos atuais? Os otimistas pensam que entraremos em uma sociedade mundial de abundância, na qual os problemas sociais ficarão resolvidos: uma espécie de paraíso na Terra. Os pessimistas consideram que os sintomas atuais demonstram uma enfermidade crescente das instituições, dos grupos humanos, e até do sistema demográfico e ecológico global: uma espécie de inferno na Terra. Os que relativizam a mecânica histórica deixam tudo condicionado ao comportamento que assumirmos no momento atual: o céu ou o inferno dependerão de nossa ação. Certamente, há aqueles para

os quais não interessa minimamente o que acontecerá com quaisquer outros que não sejam eles mesmos.

Entre tantas opiniões nos importa aquela que faça o futuro depender do que façamos hoje. Apesar disso, mesmo nessa postura há diferença de critérios. Alguns dizem que, como esta crise foi provocada pela voracidade do sistema financeiro e das empresas multinacionais, quando se chegar a um ponto perigoso para seus interesses, estas colocarão em andamento mecanismos de recuperação, tal como aconteceu em ocasiões anteriores. Em matéria de ação, propiciam a adaptação gradual aos processos de reconversão do capitalismo em benefício das maiorias. Outros, ao contrário, indicam que não é o caso de fazer toda situação depender do voluntarismo das minorias, mas se trata de manifestar a vontade das maiorias mediante a ação política e o esclarecimento do povo, que se encontra chantageado pelo esquema dominante. Segundo eles, chegará um momento de crise geral no sistema, e essa situação deve ser aproveitada para a causa da revolução. Mais adiante estão aqueles que afirmam que tanto o capital quanto o trabalho, as culturas, os países, as formas organizativas, as expressões artísticas e religiosas, os grupos humanos e até os indivíduos estão envolvidos em um processo de aceleração tecnológica e de desestruturação que não controlam. Trata-se de um longo processo histórico que hoje produz uma crise mundial e que afeta todos os esquemas políticos e econômicos, não dependendo destes a desorganização geral nem a recuperação geral. *Os defensores dessa visão estrutural insistem que é necessário forjar uma compreensão global desses fenômenos, ao mesmo tempo em que se atua nos campos mínimos de especificidade social, grupal e pessoal. Dada a interconexão do mundo, não sustentam um gradualismo com êxito que seria adotado socialmente ao longo do tempo, senão que tratam de gerar uma série de “efeitos demonstração” suficientemente enérgicos para produzir uma inflexão geral do processo.* Consequentemente, exaltam a capacidade construtiva do ser humano para se dedicar a transformar as relações econômicas, modificar as instituições e lutar sem descanso para desarticular todos os fatores que estão provocando uma involução sem retomo. Nós aderimos a esta última postura. Está claro que tanto essa opinião quanto as anteriores foram simplificadas e que, além disso, foram omitidas múltiplas variantes que derivam de cada uma delas.

1. A desestruturação e seus limites

É pertinente destacar os limites da desestruturação política, considerando que esta não se deterá até chegar à base social e ao indivíduo. Exemplifiquemos. Em alguns países é mais evidente que em outros a perda do poder político centralizado. Graças ao fortalecimento das autonomias ou à pressão das correntes separatistas, ocorre que determinados grupos de interesse, ou simples oportunistas, desejariam deter o processo justamente ali onde ficasse em suas mãos o controle da situação. De acordo com essas aspirações, o cantão separado, ou a nova república separada do país anterior, ou a autonomia liberada do poder central deveriam permanecer como as novas estruturas organizativas. Mas acontece que esses poderes começam a ser questionados pelas microrregiões, municípios ou comunas, pelos condados etc. Ninguém vê por que razões uma autonomia liberada do poder central deveria, por sua vez, centralizar o poder com respeito a unidades menores, por mais que se pusesse como pretexto o uso do mesmo idioma, ou um folclore comum, ou uma imponderável “coletividade histórica e cultural”, porque, quando se trata de arrecadação fiscal ou de finanças, o folclore fica somente para o turismo e as gravadoras musicais. No caso em que os municípios se emancipassem do poder autônomo, os bairros aplicariam a mesma lógica e, assim, continuaria essa corrente até os vizinhos que vivem separados por uma rua. Alguém poderia dizer: “Por que haveríamos de pagar os mesmos impostos, nós que vivemos deste lado da linha e os que vivem do outro lado? Nós temos melhores condições de vida, e nossos impostos vão solucionar os problemas dessas outras pessoas que não querem progredir com seu esforço. É melhor que cada um se arrume com o seu.” É claro que em cada casa da vizinhança se poderia ouvir as mesmas inquietudes, e ninguém poderia deter esse processo mecânico justamente no ponto que lhe interessasse. Quer dizer que não se pararia tudo em um simples processo de feudalização ao estilo medieval, que foi dado por populações reduzidas e distantes, e por relações de intercâmbio esporádicas, através de vias de comunicação controladas pelos feudos em

conflito ou por grupos arrecadadores de pedágio. A situação não se assemelha à de outras épocas em matéria de produção, consumo, tecnologia, comunicações, densidade demográfica etc.

Por outro lado, as regiões econômicas e os mercados comuns tendem a absorver o poder de decisão dos antigos países. Em dada região, as autonomias poderiam deixar de lado a antiga unidade nacional, mas também os municípios, ou grupos de municípios, tenderiam a passar por cima dos velhos níveis administrativos e pedir sua inclusão na nova superestrutura regional, reivindicando sua participação como membro pleno. As autonomias, municípios, ou grupos de municípios que contassem com um forte potencial econômico poderiam ser seriamente considerados pela unidade regional.

Nada impediria que, na guerra econômica entre os distintos blocos regionais, alguns países membros começassem a estabelecer relações “bilaterais ou multilaterais”, escapando à órbita do mercado regional no qual estão incluídos. Por que a Inglaterra, por exemplo, não poderia estabelecer relações mais estreitas com o Nafta da América do Norte, conseguindo a princípio exceções dentro da CEE e depois, de acordo com o avanço dos negócios, o que impediria que ela se incluísse no novo mercado regional, abandonando o anterior? E se o Canadá entrasse em um processo de separatismo, o que impediria que Quebec começasse negociações fora da região do Nafta? Já não poderiam existir na América do Sul organizações do tipo da Alalc ou Pacto Andino, se Colômbia e Chile começassem a integrar suas economias com vistas à inclusão no Nafta, frente a um Mercosul que se veria afetado por possíveis separações no Brasil. Por outro lado, se Turquia, Argélia e outros países do norte do Mediterrâneo começassem sua inclusão na CEE, outros países excluídos reforçariam uma mútua aproximação para negociar em conjunto com outras áreas geográficas. E o que aconteceria no contexto dos blocos regionais que hoje se visualizam, com potências como China, Rússia e o Leste Europeu, dadas as suas rápidas transformações centrífugas?

Provavelmente as coisas não acabarão como nos exemplos que demos, mas a tendência à regionalização pode tomar caminhos inesperados e resultar em um esquema bem diferente do proposto com base na contiguidade geográfica e, portanto, baseado em um vulgar preconceito geopolítico. De maneira que uma nova desordem pode ocorrer dentro de esquemas recentes, que têm como objetivo não somente a união econômica, mas também uma intenção de bloco político e militar. E como, definitivamente, será o grande capital que decidirá qual a melhor evolução para seus negócios, ninguém deveria estar tão seguro, imaginando mapas regionais arranjados de acordo com a contiguidade geográfica, da qual a estrada, a via férrea e a ligação radiofônica foram protagonistas, mas que hoje tendem a ficar redesenhados pelo tráfego aéreo e marítimo de grande volume e pela comunicação mundial via satélite. Já em épocas do colonialismo, a continuidade geográfica foi substituída por um tabuleiro ultramarino de grandes potências, que foi decaindo com os dois conflitos mundiais. A acomodação atual, para alguns, retrocede o problema a etapas pré-coloniais, fazendo-lhes imaginar que uma região econômica deva estar organizada em um continuum espacial, no qual projetam seu nacionalismo particular para um tipo de “nacionalismo” regional.

Definitivamente, estamos dizendo que ***os limites da desestruturação não estão dados, no particular, pelos novos países emancipados ou as autonomias liberadas de um poder central, e que tampouco estão dados, no geral, por regiões econômicas organizadas em base à contiguidade geográfica. Os limites mínimos da desestruturação estão chegando ao vizinho e ao indivíduo, e os máximos, à comunidade mundial.***

2. Alguns campos importantes no fenômeno da desestruturação

Gostaria de destacar, entre tantos outros possíveis, três campos de desestruturação: o político, o religioso e o geracional.

Fica claro que os partidos se alternarão ocupando o já reduzido poder estatal, ressurgindo como “direita”, “centro” e “esquerda”. Já ocorrem e ocorrerão muitas “surpresas”, ao comprovar-se que forças dadas por desaparecidas emergem novamente e que agrupamentos e alinhamentos entronizados desde décadas atrás se dissolvem em meio ao descrédito geral. Isso não é novidade no jogo político. O realmente original

é que tendências supostamente opostas poderão se suceder sem modificar minimamente o processo desestruturador que em breve afetará a elas mesmas. E, em se tratando de propostas, linguagem e estilo político, poderemos assistir a um sincretismo geral, no qual os perfis ideológicos ficarão cada dia mais confusos. Frente a uma luta de slogans e formas vazias, o cidadão médio irá se afastando de toda participação para se concentrar no mais perceptível e imediato. Mas a desconformidade social se fará sentir crescentemente mediante ações espontâneas, a desobediência civil, a comoção e a aparição de fenômenos psicossociais de crescimento explosivo. É nesse ponto que aparece perigosamente o neoirracionalismo, que pode liderar, assumindo formas de intolerância como bandeira de luta. Nesse sentido, é claro que, se um poder central pretende asfixiar as reivindicações de independência, as posições tenderão a se radicalizar, arrastando as agrupações políticas à sua própria esfera. Que partido poderá ficar indiferente (com risco de perder sua influência), se estoura a violência em um ponto, motivada pela questão territorial, étnica, religiosa ou cultural? As correntes políticas haverão de tomar posições como hoje ocorre em vários lugares da África (18 pontos em conflito); América (Brasil, Canadá, Guatemala e Nicarágua, sem considerar as reivindicações das coletividades indígenas do Equador e outros países da América do Sul, e sem atender ao agravamento do problema racial nos EUA); Ásia (10 pontos, contando o conflito sino-tibetano, mas sem destacar as diferenças intercantonais que estão surgindo ao longo de toda China); Ásia do Sul e do Pacífico (12 pontos, incluindo as reivindicações das coletividades autóctones da Austrália); Europa Ocidental (16 pontos); Europa Oriental (quatro pontos, considerando a República Tcheca e a Eslováquia, a ex-Iugoslávia, Chipre e a ex-URSS como um só ponto cada uma, porque de outro modo as zonas em conflito podem elevar-se a 30, levando em conta vários países Bálticos e a ex-União Soviética com dificuldades interétnicas fronteiriças em mais de 20 repúblicas repartidas além da Europa Oriental); Levante e Oriente Médio (nove pontos).

Também os políticos terão que fazer eco da radicalização que as religiões tradicionais vão experimentando, como ocorre entre muçulmanos e hindus na Índia e Paquistão, entre muçulmanos e cristãos na ex-Iugoslávia e Líbano, entre hindus e budistas no Sri Lanka. Deverão expedir-se nas lutas entre seitas dentro de uma mesma religião, como ocorre na zona de influência do Islã, entre sunitas e xiitas, e na zona de influência do cristianismo, entre católicos e protestantes. Terão de participar da perseguição religiosa que começou no Ocidente através da imprensa e da instauração de leis limitantes à liberdade de culto e de consciência. É evidente que as religiões tradicionais tenderão à perseguição das novas formas religiosas que estão surgindo em todo o mundo. Segundo os bem-pensantes, normalmente ateus, mas objetivamente aliados à seita dominante, a fustigação aos novos grupos religiosos “não constitui uma limitação à liberdade de pensamento, senão uma proteção à liberdade de consciência, que se vê agredida pela lavagem cerebral dos novos cultos que, além disso, atentam contra os valores tradicionais, a cultura e a forma de vida da civilização”. Desse modo, políticos alheios ao tema religioso começam a tomar partido nessa orgia de caça às bruxas porque, entre outras coisas, enxergam a popularidade massiva que começam a alcançar essas novas expressões de fé de fundo revolucionário. Já não poderão dizer, como no século XIX, “a religião é o ópio dos povos”, já não poderão falar do isolamento adormecido das multidões e dos indivíduos, quando as massas muçulmanas proclamam a instauração de repúblicas islâmicas; quando o budismo no Japão (desde o colapso da religião nacional xintoísta, ao fim da Segunda Guerra Mundial) motoriza a tomada do poder pelo Komeito; quando a Igreja Católica tende à formação de novas correntes políticas depois do desgaste do social cristianismo e do terceiro-mundismo na América Latina e África. Em todo caso, os filósofos ateus dos novos tempos terão de mudar os termos e substituir em seu discurso “ópio dos povos” por “anfetamina dos povos”.

As lideranças terão de fixar posições a respeito de uma juventude que toma características de “grupo de risco majoritário”, porque se lhe atribui perigosas tendências para a droga, a violência e a incomunicação. Essas lideranças, que insistem em ignorar as raízes profundas de tais problemas, não estão em condições de dar respostas adequadas por meio da participação política, do culto tradicional ou das ofertas de uma

civilização decadente manejada pelo Dinheiro. Enquanto isso, está se facilitando a destruição psíquica de toda uma geração e o surgimento de novos poderes econômicos que lucram vilmente com a angústia e o abandono psicológico de milhões de seres humanos. Muitos se perguntam agora a que se deve o crescimento da violência entre os jovens, como se não tivessem sido as velhas gerações e a que atualmente detém o poder as que aperfeiçoaram uma violência sistemática, aproveitando-se inclusive dos avanços da ciência e tecnologia para tornar suas manipulações mais eficientes. Alguns destacam um certo “autismo” juvenil e, tendo em conta essa apreciação, poder-se-ia estabelecer relações entre a maior longevidade dos adultos e o maior tempo de capacitação requerido para que os jovens superem o limiar da postergação. Essa explicação tem base, mas é insuficiente para a compreensão de processos mais amplos. O que se observa é que a dialética das gerações, motor da história, ficou provisoriamente detida, e com ela se abriu um perigoso abismo entre dois mundos. Aqui é oportuno lembrar que, quando um pensador advertiu há décadas sobre aquelas tendências que hoje já se expressam como problemas reais, os mandarins e seus formadores de opinião só atinaram a rasgar-se as vestimentas, acusando esse discurso de promover a guerra geracional. Naqueles tempos, uma poderosa força juvenil que deveria ter expressado o advento de um fenômeno novo, mas também a continuação criativa do processo histórico, foi desviada para as difusas exigências da década de 1960 e empurrada para um guerrilheirismo sem saída em vários pontos do mundo. Se atualmente pretende-se que as novas gerações canalizem seu desespero no tumulto musical e no estádio de futebol, limitando suas reivindicações à camiseta e ao pôster de inocentes proclamações, haverá novos problemas. Essa situação de asfixia cria condições catárticas irracionais, aptas para serem canalizadas pelos fascistas, autoritários e violentos de todo tipo. Não é semeando a desconfiança em relação aos jovens ou suspeitando que em toda criança exista um criminoso em potencial que se estabelecerá o diálogo. Além disso, ninguém mostra entusiasmo para dar participação nos meios de comunicação social às novas gerações, ninguém está disposto à discussão pública desses problemas, a menos que se trate de “jovens exemplares”, que reproduzam a temática politqueira com música de rock ou se dediquem, com espírito de escoteiros, a limpar pinguins sujos de petróleo, sem questionar o grande capital como promotor do desastre ecológico! Muito temo que qualquer organização genuinamente juvenil (seja trabalhista, estudantil, artística ou religiosa) será suspeita das piores maldades se não estiver apadrinhada por um sindicato, um partido, uma fundação ou uma igreja. Depois de tanta manipulação, se continuará perguntando por que os jovens não se integram nas maravilhosas propostas que o poder estabelecido faz, e se continuará respondendo que o estudo, o trabalho e o esporte mantêm ocupados os futuros cidadãos úteis à sociedade. Em tal caso, ninguém deveria preocupar-se com a falta de “responsabilidade” de gente tão atarefada. Mas, se o desemprego continua aumentando, se a recessão se torna crônica, se o desamparo se propaga por todo lado, veremos no que vai se transformar a não participação de hoje. Por diferentes motivos (guerras, fome, desemprego, fadiga moral) a dialética das gerações se desestruturou, produzindo-se aquele silêncio de duas longas décadas, aquela quietude que tende agora a ser comovida por um grito e por uma ação dilacerante sem destino.

Por todo o anterior, parece claro que ninguém poderá orientar razoavelmente os processos de um mundo que se dissolve. Essa dissolução é trágica, mas também dá lugar ao nascimento de uma nova civilização, a civilização mundial. Se isso é assim, também há de estar se desintegrando um tipo de mentalidade coletiva, ao mesmo tempo que emerge uma nova forma de conscientizar o mundo. Sobre esse ponto gostaria de trazer aqui o dito na primeira carta: “(...) está nascendo uma sensibilidade correspondente aos novos tempos. É uma sensibilidade que capta o mundo como uma globalidade e adverte que as dificuldades das pessoas em qualquer lugar terminam implicando a outras, mesmo que se encontrem a muita distância. As comunicações, o intercâmbio de bens e o veloz deslocamento de grandes contingentes humanos de um ponto a outro mostram esse processo de mundialização crescente. Também estão surgindo novos critérios de ação ao considerar-se a globalidade de muitos problemas, compreendendo-se que a tarefa daqueles que querem um mundo melhor será efetiva sempre que cresça a partir do meio no qual se tem alguma influência.

Diferentemente de outras épocas, cheias de frases vazias com as quais se buscava reconhecimento externo, hoje se começa a valorizar o trabalho humilde e sentido, mediante o qual não se pretende engrandecer a própria figura, mas mudar a si mesmo e ajudar a mudar o meio familiar, de trabalho e de relação. Os que apreciam realmente as pessoas não desprezam essa tarefa silenciosa, mas incompreensível para qualquer oportunista formado na antiga paisagem dos líderes e da massa, paisagem em que ele aprendeu a usar outros para ser lançado ao ápice social. Quando alguém comprova que o individualismo esquizofrênico já não tem saída e comunica abertamente a todos seus conhecidos o que pensa e o que faz, sem o ridículo temor de não ser compreendido; quando se aproxima de outros; quando se interessa por cada um e não por uma massa anônima; quando promove o intercâmbio de ideias e a realização de trabalhos em conjunto; quando claramente expõe a necessidade de multiplicar essa tarefa de reconexão em um tecido social destruído por outros; quando sente que mesmo a pessoa mais “insignificante” é de qualidade humana superior a qualquer desalmado colocado no topo da conjuntura da época... Quando ocorre tudo isso, é porque no interior desse alguém começa a falar novamente o Destino que tem movido os povos em sua melhor direção evolutiva; esse Destino tantas vezes torcido e tantas vezes esquecido, mas reencontrado sempre nos recantos da História. Não somente se vislumbra uma nova sensibilidade, um novo modo de ação, mas, além disso, uma nova atitude moral e uma nova disposição táctica frente à vida.”

Milhares de pessoas em todo o mundo aderem hoje às ideias expressas no Documento Humanista. Há os comunistas-humanistas, os social-humanistas ou os ecologistas-humanistas que, sem renunciar às suas bandeiras, dão um passo para o futuro. Há também os que lutam pela paz, pelos direitos humanos e pela não discriminação. Certamente há também os ateus e as pessoas de fé no ser humano e em sua transcendência. Todos esses têm em comum uma paixão pela justiça social, um ideal de irmandade humana com base na convergência da diversidade, uma disposição de saltar por cima de todo preconceito, uma personalidade coerente na qual a vida pessoal não está separada da luta por um novo mundo.

3. A ação específica

Ainda restam militantes políticos que se inquietam por saber quem será primeiro-ministro, presidente, senador ou deputado. É possível que esses não compreendam a desestruturação para a qual estamos avançando e quão pouco significam as mencionadas “hierarquias” em relação à transformação social. Também haverá mais de um caso em que a inquietude está ligada à situação pessoal de supostos militantes, preocupados com sua posição no âmbito do negócio político. A pergunta, em todo caso, deve referir-se a compreender como priorizar os conflitos nos lugares em que cada um desenvolve sua vida cotidiana, e saber como organizar frentes de ação adequadas com base em tais conflitos. Em todo caso, deve ficar claro quais características devem ter as comissões laborais e estudantis de base, os centros de comunicação direta e as redes de conselhos de vizinhos; o que se deve fazer para dar participação a todas as organizações mínimas em que se expresse o trabalho, a cultura, o esporte e a religiosidade popular. E aqui convém esclarecer que, quando nos referimos ao meio imediato das pessoas, formado por companheiros de trabalho, parentes e amigos, em particular devemos mencionar os lugares em que se dão essas relações.

Falando em termos espaciais, a unidade mínima de ação é a vizinhança na qual se percebe todo conflito, mesmo que suas raízes estejam muito distantes. Um centro de comunicação direta é um ponto da vizinhança onde se deve discutir todo problema econômico e social, todo problema de saúde, de educação e de qualidade de vida. A preocupação política consiste em priorizar essa vizinhança, e não o município, o condado, a província, a autonomia ou o país. Na verdade, muito antes de que se formassem os países, existiam as pessoas congregadas como grupos humanos que, ao se radicarem, converteram-se em vizinhos. Depois, e à medida que se foram montando superestruturas administrativas, foi-se arrebatando sua autonomia e poder. Desses habitantes, desses vizinhos deriva a legitimidade de uma ordem dada, e a partir daí deve surgir a representatividade de uma democracia real. O município deve estar nas mãos das

unidades de bairros, e se isso é assim, não se pode propor como objetivo colocar deputados e representantes de distintos níveis, como ocorre na política cupular, senão que essa colocação deve ser consequência do trabalho da base social organizada. O conceito de “unidade de bairro” vale tanto para uma população extensa como para uma população concentrada em bairros ou altos edifícios. A conexão entre unidades de bairros deve decidir a situação de um dado bairro e esse bairro não pode, inversamente, depender em suas decisões de uma superestrutura que dita ordens. No momento em que as unidades de bairro coloquem em andamento um plano humanista de ação municipal, e esse município ou bairro organize sua democracia real, o “efeito demonstração” se fará sentir muito além dos limites desse reduto. Não se trata de propor um gradualismo que vá ganhando terreno até chegar a todos os rincões de um país, mas de mostrar na prática que em um ponto está funcionando um novo sistema.

Os problemas de detalhe que todo o anterior apresenta são numerosos, mas seu tratamento neste escrito parece excessivo.

Recebam com esta última carta um grande abraço.

Silo, 15/12/1993